

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

LARISSA CRISTINA DA SILVA

**OLHARES DE DENTRO: UMA ANÁLISE SOBRE OS SIGNIFICADOS DO
CENTRO DE
REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) PARA
MULHERES DO BAIRRO PARQUE DAS HORTÊNCIAS, ARARAQUARA, SP**

**FRANCA
2018**

LARISSA CRISTINA DA SILVA

**OLHARES DE DENTRO: UMA ANÁLISE SOBRE OS SIGNIFICADOS DO
CENTRO DE
REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) PARA
MULHERES DO BAIRRO PARQUE DAS HORTÊNCIAS, ARARAQUARA, SP**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Nassif Soares

FRANCA

2018

Silva, Larissa Cristina da.

Olhares de dentro : uma análise sobre os significados do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para mulheres do bairro Parque das Hortências, Araraquara, SP / Larissa Cristina da Silva.

–Franca : [s.n.], 2018.

142 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Ana Cristina Nassif Soares.

1. Sistema Único de Assistência Social (Brasil). 2. Direitos sociais. 3. Política social. I. Título.

CDD – 362

LARISSA CRISTINA DA SILVA

**OLHARES DE DENTRO: UMA ANÁLISE SOBRE OS SIGNIFICADOS DO
CENTRO DE
REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) PARA
MULHERES DO BAIRRO PARQUE DAS HORTÊNCIAS, ARARAQUARA, SP**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidenta: _____

Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Nassif Soares, FCHS – UNESP – Franca, SP.

1º Examinador: _____

Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca, FCLAr – UNESP – Araraquara, SP.

2ª Examinadora: _____

Prof.^a Dr.^a Regina Célia de Souza Beretta, UNIFRAN – Franca, SP.

Franca, _____ de _____ de 2018.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo à minha mãe Maira, por ser minha grande referência, por batalhar junto comigo, por me acolher nas dores, mas me mostrar toda beleza que há em ser o que eu sou. Hoje, não tenho dúvidas de que o que há de melhor em mim, devo a ela.

Agradeço ao meu pai Antonio Carlos, pelo amor imensurável, pela presença constante, pela preocupação calada e pela segurança que me passa por simplesmente existir.

Aos meus irmãos Marcelo e Ricardo, por serem meus grandes companheiros, pelo apoio, pela torcida, e pela certeza do que nos une.

À minha avó Laura, por esse amor que não se explica, e pela compreensão mediante minhas ausências nos chás dos finais de tarde, aos domingos.

Agradeço às minhas grandes parceiras nessa trajetória: Alinne, Christiane, Giselle e Marina, por me proporcionarem mais leveza neste processo, e por me fazerem acreditar que a Academia também pode ser um lugar de afeto e de acolhida. Meu muito obrigada!

Falando ainda em afeto e acolhida, não poderia deixar de agradecer à minha orientadora Prof.^a Dr^a Ana Cristina Nassif Soares. Obrigada pela dedicação, pela paciência, pela disposição e por se empenhar em tirar o melhor de mim.

À Helga, Leianne e Marina, por renovarem minhas forças e me lembrarem sempre do porquê cheguei até aqui, e junto ao Lutero agradeço também por continuarem sendo o meu lar.

À Carol, Letícia, Flávia, Daniel e Gisele, por permanecerem sendo parte da minha caminhada desde a Graduação, e por se fazerem sempre tão presentes, mesmo neste processo que por vezes nos parece tão solitário e as vezes até egoísta. Acrescento ainda mais um agradecimento à Flávia, pela sua importante contribuição na elaboração do resumo em inglês.

À Keite e à Suzana, pelas inúmeras tentativas em marcar nosso café da tarde respeitando sempre o meu tempo. Obrigada por não desistirem de mim!

À Dandara, minha amiga-irmã de longa data, obrigada por querer estar sempre tão presente e não medir esforços para isso!

Agradeço também de todo meu coração à toda equipe do CRAS Hortências. Obrigada pela confiança, pela receptividade, e por compartilharem algumas das dores

e delícias de quem luta diariamente por um mundo mais justo. A vocês todo meu respeito e admiração!

Agradeço à Sofia, Marli e Patrícia por terem confiado a mim suas histórias, suas lágrimas e seus sorrisos. Foi uma honra tê-las conhecido e não há palavras para descrever o que cada uma foi capaz de me proporcionar, não só enquanto pesquisadora, mas sobretudo enquanto mulher negra. Obrigada!

Às professoras Adriana Giaqueto e Regina Beretta, e ao professor Dagoberto José Fonseca, meus mais sinceros agradecimentos por toda contribuição dada desde a banca de qualificação até a de defesa. Agradeço as críticas, provocações e sugestões, todas feitas com muito respeito, comprometimento e seriedade, fundamentais não apenas para o aprimoramento de nosso trabalho, mas também para o processo constante de reflexão e aprendizado.

Por fim, agradeço a todas e todos que de alguma forma estiveram comigo nessa jornada. Este trabalho é nosso!

“Não digo que esse mundo desconsertado já se consertou. Mas Ayoluwa, alegria de nosso povo, e sua mãe, Bamidele, a esperança, continuam fermentando o pão nosso de cada dia. E quando a dor vem encostar-se a nós, enquanto um olho chora, o outro espia o tempo procurando a solução.” (Conceição Evaristo)

SILVA, Larissa Cristina da. **Olhares de dentro**: uma análise sobre os significados do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para mulheres do bairro Parque das Hortências, Araraquara, SP. 2018. 142 f. Dissertação de Mestrado em Serviço Social – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

RESUMO

Pautada na proposição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) implantado no ano de 2005, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) traz, em tese, a territorialização da assistência, ao entender que mediante a diversidade societária do Brasil, políticas públicas homogêneas seriam ineficientes mediante às possibilidades de demandas diversas por conta da desigualdade social. Dessa forma, seria necessário um maior conhecimento dessas realidades aproximando-se desses territórios. A fim então de disponibilizar seus serviços nos territórios visando acessibilidade e universalidade de seu alcance, o SUAS estabelece a implantação do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) nos territórios caracterizados como de “vulnerabilidade social”. Enquanto unidade de proteção social básica do SUAS, o CRAS é o responsável pelo desenvolvimento de programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, e com isso atua nas esferas familiar, comunitária, individual e coletiva estabelecendo assim uma relação direta e cotidiana especialmente com as mulheres, sendo elas, de longe, as mais presentes neste espaço. Diante disto, tivemos então como objetivo dessa Dissertação compreender os significados que o CRAS do bairro Parque das Hortências, localizado na cidade de Araraquara, interior de São Paulo, tem para algumas moradoras daquela região. Realizamos uma pesquisa qualitativa e quantitativa respaldada pelo materialismo histórico dialético. Abordamos o contexto histórico da relação do Estado com as demandas sociais vindas dos processos de urbanização, e analisamos como esse quadro mais geral se colocou na realidade das mulheres do Parque das Hortências. Estudamos ainda a inserção das demandas das mulheres nas políticas sociais, a partir de suas participações nos movimentos sociais e posteriormente de suas participações institucionalizadas, buscando compreender os desfechos dessas atuações principalmente no que se refere às políticas sociais. O que pudemos observar ao longo de nossa pesquisa é que as relações que essas mulheres foram estabelecendo com o CRAS foram mediadas por situações e necessidades distintas que, por sua vez modificaram ou não suas leituras a respeito do mesmo. Buscamos compreender como uma determinada visão de mundo vai depender da forma como as forças sociais conflitantes se confrontam e sustentam seus interesses, lembrando que o CRAS não se reduz ao fornecimento imediato de ajudas, mas trata-se de uma mediação que atua nas tramas das relações de conquista e reivindicações entre o Estado e a população e, portando, comporta este conflito entre os interesses do Estado e as demandas da população. Esperamos com este trabalho contribuir com análises e debates acerca do sentido que o CRAS possa ter dentro de determinadas realidades, bem como acerca das formas de implementação do desenvolvimento de ações e projetos fomentados pelo mesmo.

Palavras-chave: Sistema Único de Assistência Social (Brasil). Direitos sociais. Política Social.

SILVA, Larissa Cristina da. **Looks from within:** an analyzis of the meanings of the Reference and Social Assistance Center (CRAS) for women in the neighborhood Park of Hortências. 2018. 142 f. Dissertation (Master of Social Work) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

ABSTRACT

Guided by the proposal of the Single System of Social Assistance (SUAS) implemented in 2005, the National Policy of Social Assistance (PNAS) brings, theoretically, the territorialisation of assistance, in understanding that through Brazil's societal diversity, homogeneous public policies would be inefficient through the possibilities of diverse demands due to social inequality. This way, a greater knowledge of these realities would be necessary, approaching these territories. With the purpose of making its services available in the territories aiming at accessibility and universality of its scope, the SUAS establishes the implementation of the Reference and Social Assistance Center (CRAS) in territories characterized as the "social vulnerability". As a basic social protection unit of SUAS, the CRAS is responsible for the development of programs and projects for the reception, coexistence and socialization of families and individuals, and with this, it operates in the family, community, individual and collective spheres, thus establishing a direct and daily relationship especially with women, who are by far, the most present in this space. On this, the objective of this dissertation was to understand the meanings that the CRAS the neighborhood Park of Hortências, located in the city of Araraquara, São Paulo, has for some residents of the region in question. We performed a qualitative and quantitative research supported by dialectical historical materialism. We approach the historical context of the relationship between the State and the social demands arising from urbanization processes, and analyze how this more general framework if put on women's reality in the Park of Hortências. We also study the insertion of women's demands in social policies, based on their participation in social movements and later on their institutionalized participation, seeking to understand the outcomes of these actions, especially with regard to social policies. What we have been able to observe throughout our research is that the relationships that these women were establishing with the CRAS were mediated by different situations and needs, which in turn modified their readings about the same. We seek to understand how a particular worldview will depend on how conflicting social forces confront and sustain their interests, noting that the CRAS is not reduced to the immediate supply of aid, but it is a mediation that acts on the plots of the relations of conquest and demands between the State and the population and, therefore, this conflict between the interests of the State and the demands of the population. We hope with this work to contribute with analyzes and debates about the meaning that the CRAS can have within certain realities, as well as on the forms of implementation of the development of actions and projects fomented by the center.

Keywords: Single System of Social Assistance (Brazil). Social rights. Social Policy.

Lista de figuras

Figura 1- Imagem via satélite do bairro Parque das Hortências	26
Figura 2- Localização do bairro Parque das Hortências	27
Figura 3- Mapa do bairro Parque das Hortências	32
Figura 4- Contatos para entrevista a partir do método bola de neve	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVF - Apoio e Valorização Familiar
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico - Cadastro Único
CEB's - Comunidades Eclesiais de Base
CEBRIJ - Centro Brasileiro da Infância e Juventude
CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especial de Assistência Social
FEPASA - Ferrovia Paulista S.A.
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNHIS - Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social
MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMM - Marcha Mundial das Mulheres
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG's - Organizações não Governamentais
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAIF - Programa de Atenção Integral à Família
PBF - Programa Bolsa Família
PCC – Primeiro Comando da Capital
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PT - Partido dos Trabalhadores
SAB's - Sociedades Amigas de Bairro
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESA - Serviço Especial de Saúde
SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

USF - Unidade de Saúde da Família

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1. A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	15
1. O universo da Pesquisa	15
1.1. Breve histórico do bairro Parque das Hortências	15
1.1.1. <i>A interiorização da economia: contextualizando o processo de urbanização do interior de São Paulo</i>	16
1.1.2. <i>O processo de urbanização em Araraquara</i>	18
1.1.3. <i>O bairro Parque das Hortências</i>	22
1.2. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Hortências	32
2. Nossa escolha metodológica	33
2.1. Trajetória da pesquisa	36
2.2. Método	41
3. Sujeitas da pesquisa	44
CAPÍTULO 2. O CRAS: UMA POLÍTICA TERRITORIALIZADA	52
1. Questão social e território	52
1.1. Parque da Hortências: as verticalidades e horizontalidades do lugar	62
2. A Chegada do CRAS	78
2.1. O processo de descentralização e territorialização da política de assistência ..	78
2.2. A Matricialidade Sociofamiliar	83
2.3. O CRAS no Parque das Hortências.....	86
CAPÍTULO 3. O CRAS E AS MULHERES: A LÓGICA INSTITUCIONAL EM UMA REALIDADE DE CONTRADIÇÕES	89
1. A chegada das mulheres nas políticas sociais	89
1.1. O caminho da institucionalização de suas lutas	90
1.2. A chegada até à assistência	94
2. O CRAS e as mulheres	98
2.1. Trajetórias	98
2.2. Os sentidos do CRAS	113
CONCLUSÕES	119
REFERÊNCIAS	126
APÊNDICES	134
ANEXOS	138

INTRODUÇÃO

O presente trabalho possui como recorte analítico o bairro Parque das Hortências, bairro periférico da cidade de Araraquara, interior do estado de São Paulo, através do qual buscamos analisar, a partir das relações construídas entre as moradoras do bairro e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), se e como este adquire significação para estas mulheres daquela região tomando como base suas perspectivas e experiências em relação ao mesmo.

Esta preocupação surgiu ao longo do nosso trabalho de pesquisa realizado para a monografia de conclusão de curso orientado pela Prof.^a Dr.^a Renata Medeiros Paoliello, em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Araraquara-SP), entre os anos de 2012 a 2014. Com o título “Dessas lutas que ninguém vê: relatos do cotidiano de mulheres negras do Jardim das Hortências”, nossa proposta foi tratar das formas como as mulheres negras sobreviviam na periferia dentro de um contexto de limitações econômicas e sociais. Para a realização da pesquisa, o CRAS tornou-se referência como forma de viabilizar o contato com as sujeitas – as moradoras do bairro. Ao longo dessa trajetória de pesquisa junto ao CRAS foi possível perceber a importância deste local enquanto um espaço de convivência e interações que fazia parte da dinâmica do bairro, e mais especificamente do cotidiano das mulheres sendo elas de longe as maiores frequentadoras deste espaço.

O CRAS se inseriu no Parque das Hortências, no ano de 2005, a partir de uma estrutura de ação padronizada, ou seja, estabelecida pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que direcionou suas ações a territórios caracterizados como de “vulnerabilidade social” que, no entendimento dessa política corresponde às áreas cuja população não somente lida com a ausência de renda ou com a pobreza, mas também de trabalho, de serviços sociais públicos e redes sociorrelacionais. Ou seja

famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas

diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2005, p. 33).

No entanto, apesar de partir de uma lógica padronizada de atuação do poder público frente às populações empobrecidas, ao adentrar o Parque das Hortências, o CRAS torna-se, em grande medida, um dos importantes eixos onde passam a se referenciar as relações locais. É ali que muitas mulheres vão buscar apoio e auxílio material, a fim de suprirem necessidades básicas, além dos mais variados tipos de informações, desde as relacionadas aos serviços públicos até mesmo às de caráter mais privado. Diante disso, surgiu então a indagação a respeito de seu significado frente às mulheres daquele bairro: Quais as expectativas construídas em relação ao CRAS e em que medida elas estão atreladas às suas vivências? Como elas se relacionam com a lógica institucional imposta pelo equipamento?

A relevância de nos debruçarmos em tais indagações se dá em dois importantes âmbitos: primeiro, refletir a partir da perspectiva dessas mulheres, sobre a dimensão das intervenções assistenciais e o que estas representam para as mulheres em condição de pauperização e cerceamento de direitos; segundo, sobre o tipo de relação que equipamentos como o CRAS podem estabelecer com essa população, a partir dos sentidos que esta lhe atribui.

Sobre a construção e organização do texto

Dividimos essa Dissertação em três partes:

- Capítulo I – A construção da pesquisa;
- Capítulo II – O CRAS: uma política territorializada;
- Capítulo III – O CRAS e as mulheres: a lógica institucional em uma realidade de contradições

No primeiro capítulo optamos por apresentar a construção desta pesquisa familiarizando a leitora e o leitor com a metodologia, bem como com o próprio campo também neste momento apresentado.

A pesquisa foi realizada no bairro Parque das Hortências, localizado na cidade de Araraquara, interior de São Paulo. Realizamos uma pesquisa qualitativa e de

caráter quantitativo, uma vez que contamos com dados mensuráveis como os estatísticos e os demográficos. Utilizamos a técnica de “História de Vida” apoiando-nos no uso previamente autorizado do gravador. Também recorremos às observações participantes que, por sua vez foram registradas no Diário de Campo. A pesquisa contou com a participação de três mulheres que contribuíram com suas histórias, experiências e perspectivas, porém, também contamos com moradores e moradoras do bairro que, embora não tenham feito parte de nossas entrevistas, muito colaboraram também através das diversas conversas informais.

No segundo capítulo analisamos como se deu historicamente a relação entre o Estado e as demandas sociais vindas dos processos de urbanização, e como esse quadro mais geral esteve colocado na realidade das mulheres do Parque das Hortências, a partir do que relataram e dos sentidos que construíram sobre o mesmo. Depois discutimos o processo de democratização e descentralização das políticas e em contrapartida, a ofensiva neoliberal. Dentro deste contexto visamos compreender o surgimento da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 2004 e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, materializando a LOAS através dos equipamentos como CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Por fim, no terceiro capítulo trazemos uma análise a respeito da forma como as questões de gênero foram inseridas nas políticas de assistência evidenciando a participação efetiva das mulheres nesse processo. Também discutimos sobre alguns marcadores sociais que condicionam a presença de mulheres enquanto usuárias do serviço de assistência e em seguida analisamos as relações que essas três mulheres moradoras do bairro Parque das Hortências estabelecem com o CRAS, a partir de suas trajetórias de vida e das experiências que tiveram com o mesmo.

Esperamos que esse trabalho possa evidenciar a importância de se pensar a construção da relação entre o CRAS e as moradoras e moradores do bairro, levando em conta o potencial do papel de sujeito da própria população local, mediante sua apropriação do espaço do CRAS, bem como das ações promovidas pelo mesmo.

CAPÍTULO 1. A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Neste capítulo apresentamos o universo da pesquisa, a trajetória percorrida, além do método e procedimentos aos quais recorreremos. Também apresentamos as sujeitas¹ da pesquisa e a forma como analisamos e interpretamos os dados.

1. O universo da Pesquisa

1.1. Breve histórico do bairro Parque das Hortências²

Em uma perspectiva mais geral, a história do bairro Parque das Hortências, assim como de tantos outros localizados em zonas periféricas, se insere no espraiamento da cidade, impulsionado pelo seu acelerado processo de urbanização. Porém, este processo de urbanização ao qual nos referimos tem em suas raízes a “interiorização industrial”, fenômeno este que impulsionou a desconcentração das indústrias sentido São Paulo – resto do país, ou especialmente, São Paulo – interior. Isso modificou o modo de apropriação e uso do espaço urbano desta região, bem como sua dinâmica demográfica, interiorizando não apenas a produtividade industrial, mas também os problemas urbanos até então tipicamente metropolitanos, dentre os quais podemos destacar a produção de espaços isolados e precarizados.

Dessa forma, partimos então de uma breve análise acerca deste período de interiorização da economia para em seguida chegarmos ao modo como isso afetou a forma como as cidades do interior foram se expandindo. A partir desse momento, passamos então a analisar mais especificamente o caso de Araraquara, cujas ocupações do espaço foram impulsionadas sobretudo pela ação especulativa. Esta, através do processo intenso de loteamentos, combinado à ausência de fiscalização e controle do uso do solo, impulsionou o surgimento de lotes cada vez mais distantes e menos estruturados. Foi dentro deste contexto que, por fim, passamos a recompor a história do bairro Parque das Hortências.

¹ Apesar de ser mais comum a utilização da palavra no masculino, optamos por utilizá-la no feminino em respeito ao modo como as entrevistadas se identificam, considerando importante não validar a desigualdade de gênero presente também em nosso idioma.

² Embora o nome do bairro faça referência à flor cuja grafia é com “s” (Hortênsia), optamos por respeitar a grafia que consta em seu registro formal na Prefeitura, sendo então com “c” (Parque das Hortências).

1.1.1. A interiorização da economia: contextualizando o processo de urbanização do interior de São Paulo

A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo (MOREIRA, 1995) se deu principalmente a partir da década de 1970, com o processo de integração do mercado nacional através de uma política explícita de desconcentração industrial no sentido São Paulo - resto do país. Em resposta à crise econômica deflagrada pós período conhecido como “milagre econômico brasileiro”, de 1968 – 1973, foram implementadas, no final de 1974, uma série de medidas, dentre as quais o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que previa a integração do mercado nacional. No entanto, embora os investimentos implementados pelo II PND tenham se dado na direção dos outros estados brasileiros, São Paulo ainda reteve grande parte da concentração industrial, uma vez que o processo de desconcentração que ocorreu no período de 1970 a 1989, se deu dentro do próprio estado. Isso ocorreu porque, mesmo tendo havido este espraiamento da atividade industrial, a região sudeste, em especial a área metropolitana de São Paulo, continuou concentrando e catalisando o poder de mando³.

O processo de descentralização ocorreu em grande medida dado ao estrangulamento dos recursos estruturais das grandes cidades (SELINGARDI-SAMPAIO; MENDES, 1993), especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, que já não comportavam mais as demandas populacionais – intensificadas com o processo de migração principalmente do campo – e das novas unidades industriais que surgiam. Neste sentido, apesar de haver no II PND a preocupação em buscar um melhor equilíbrio produtivo e econômico entre as diferentes regiões no território nacional, o que se evidenciava era, na verdade, um grande interesse por parte das metrópoles,

³ Esta liderança de São Paulo corresponde ao processo germinal de industrialização brasileira atrelado à dinâmica de acumulação da economia cafeeira paulistana, que segundo Negri (1994) foi a “mais promissora” entre os demais estados cafeeiros (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Guanabara). Tal desenvolvimento fomentou uma estrutura complexa, exigindo assim uma rede urbana que compreenderia um sistema de transportes e uma rede de serviços a fim de atender uma grande massa de trabalhadores, o que, para além da expansão dos mercados ou existência de uma rede de transporte capaz de ligar várias regiões, ampliou sobretudo sua capacidade de acumulação. Diante de tais fatos, Negri (1994, p. 144) explica suas consequências “O que precisa ser evidenciado é que a indústria montada na periferia nacional era complementar à de São Paulo e dependente de seus mercados de insumos, bens de capital e produtos finais. Assim, independentemente de se realizar a ritmos elevados, seu crescimento era solidário com a expansão industrial do Sudeste e sobretudo de São Paulo. Isto era válido, em particular, nos contextos de baixo grau de abertura comercial da economia brasileira, até fins da década de 70.”

principalmente São Paulo, em retirar de si as responsabilidades no enfrentamento dos graves problemas urbanos como: transporte, habitação, saneamento, poluição, etc (NEGRI, 1994). Não à toa, o governo estadual reforçou propostas e investimentos a fim de acelerar esse processo de desconcentração.

Em contrapartida, o interior oferecia fatores bastante atrativos e favoráveis ao desempenho industrial e ao próprio fluxo migratório, tais como melhores condições urbanas de saneamento, saúde, habitação, educação e transporte. Além disso, houveram investimentos em políticas públicas voltadas para os serviços de telecomunicações e energia. A região também ofereceu isenção de taxas e impostos e ainda houve a criação de distritos industriais (MOREIRA, 1995). No entanto, todo esse investimento por parte das prefeituras acabou por comprometer recursos (disponíveis ou não) para subsidiar a vinda desse capital produtivo, uma vez que não dimensionaram os impactos sobre as questões urbanas, financeiras, ambientais e as possíveis reduções em orçamentos do município que afetariam áreas como a da saúde, educação, saneamento e demais infraestruturas (NEGRI, 1994). Como resultado, muitos municípios passaram a padecerem dos mesmos problemas urbanos que até então eram característicos das metrópoles, ilustrando dessa forma, um processo que descentralizou não somente a produção industrial, como também os problemas da urbanização.

Vale salientar que esse processo de descentralização foi previsto e bastante incentivado pelo Estado como podemos observar em uma das diretrizes do II PND:

Na região Sudeste, a estratégia regional deverá conferir prioridade: 1) À coordenação dos investimentos em infraestrutura e à regulamentação do uso do solo nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, de modo a conter a taxa de crescimento dessas metrópoles e induzir à descentralização das atividades produtivas, particularmente das industriais, para centros periféricos de médio porte, que apresentem potencialidades locais (BRASIL, 1974, p. 69).

A fim de impulsionar o processo de descentralização, a ação estatal se concentrou no desencadeamento técnico, promovido pela instalação de refinarias de petróleo em Paulínia e São José dos Campos, pela instalação do polo petroquímico de Cubatão, através da expansão da Cosipa no setor siderúrgico e da criação do Proálcool (SELINGARDI-SAMPAIO; MENDES, 1993). Houveram também investimentos em órgãos e institutos de pesquisa e centros tecnológicos que atraíram investimentos produtivos privados nas áreas de informática, microeletrônica e

telecomunicações. Já o governo estadual foi o responsável pelo desenvolvimento e recuperação de modernas rodovias (Castelo Branco, Bandeirantes, Imigrantes, Rodovia dos Trabalhadores, Anhanguera e Washington Luiz) que facilitaram os transportes entre capital e interior.

Com a complexidade da estrutura industrial incluindo também a modernização do campo, veio também a mudança na dinâmica demográfica refletida nesse período no aumento de importância relativa do componente migratório, onde as pessoas das cidades menores se deslocaram rumo as cidades maiores. No interior, essa reorganização populacional passou também pelo avanço do processo de urbanização.

De acordo com o Moreira (1995), entre as décadas de 1970 e 1980, o interior apresentou taxas de crescimento populacional expressivas, mas ainda inferiores às do estado e região metropolitana, porém, no período de 1980 a 1990, o quadro se reverteu e o interior passou a apresentar taxas de crescimento populacional maiores que a média estadual e da grande São Paulo. Ainda segundo o autor, as regiões que apresentaram maiores taxas de crescimento populacional foram, por ordem: Vale do Paraíba, Sorocaba, Campinas e Ribeirão Preto.

As transformações na estrutura produtiva pelas quais passou o interior paulista nas duas últimas décadas, conforme esboçado nos itens anteriores, vai corresponder um grau de urbanização tão intenso (da ordem de 92,8% em 1991) que colocará o estado de São Paulo entre as áreas mais urbanizadas do mundo (MOREIRA, 1995, p. 16).

1.1.2. O processo de urbanização em Araraquara

Entre 1970 e 1985, a região de Araraquara se tornou a maior produtora de cana de açúcar da região de Ribeirão Preto e a segunda produtora do estado de São Paulo perdendo apenas para Piracicaba. Outro cultivo importante na cidade era a laranja; as duas lavouras representavam 48% da área agrícola do município, e em 1985 essa participação subiu para 56% (MOREIRA, 1995). Já em 1988, a região destacava-se tanto no surgimento de açúcar e álcool como também na produção de sucos cítricos, com a presença de uma unidade produtora no próprio município – a Cutrale – e três outras na cidade de Matão – Citrosuco, Frutopic e Brascitros. No que diz respeito à indústria, o ramo da agroindústria representa 60% de sua transformação industrial no município (VALE, 2005), no entanto, o setor que mais empregava na época era o mecânico seguido pelos setores têxteis e alimentar. Em 1985, a indústria era a

atividade econômica que mais empregava mão de obra na cidade, porém, em 1990 o setor de serviços passou a absorver maior número de mão de obra (MOREIRA, 1995).

Neste cenário de desenvolvimento econômico são nas cidades que se concentrarão os serviços de apoio ao moderno setor primário interiorano, além dos serviços de comunicação, crédito, finanças, *shoppings* e grandes magazines. Por outro lado, nas cidades também se manifestarão uma série de problemas decorrentes da luta pela apropriação e uso do espaço urbano, resultando na verticalização e adensamento de certas áreas e a periferização de outras. Isso resultará em um processo simultâneo de dispersão e concentração da população e das atividades econômicas, fomentando a ação de diferentes capitais imobiliários (MOREIRA, 1995). Ademais, incluímos ainda as dificuldades de locomoção, aumento da violência urbana, déficits habitacionais e outros fatores que contemplam o processo acelerado de urbanização.

Para Moreira (1995), Araraquara não fugiu, pelo menos totalmente, à regra. Embora seu crescimento e sua expansão urbana tenham início a partir da década de 1950, tendo um acentuado crescimento demográfico com a população urbana ultrapassando a população rural (VALE, 2005), foi a partir da década de 1970, inserida em todo este contexto até aqui colocado, que o município passou pelo processo acelerado de espraiamento de sua malha urbana. Segundo Moreira (1995), entre 1970 e 1980, enquanto o crescimento da população total era de 2,4%, a taxa de crescimento da população urbana era de 3,4%. No período posterior, entre os anos de 1980 e 1991, a população urbana continuava crescendo com taxas superiores à da população total (3,4% e 2,5% respectivamente), porém, agora com uma diferença menor entre as duas. O componente migratório também mereceu destaque: no período de 1970 e 1980, 31,37% era seu saldo de participação no crescimento populacional enquanto 68,63% correspondia ao saldo vegetativo⁴. Já no período de 1980-1991, o saldo vegetativo era de 71,61% enquanto que o migratório era de 28,61%.

O que o autor observa é que o processo de urbanização do interior trouxe consigo uma série de características próprias da urbanização metropolitana, dentre as quais ele destaca em Araraquara, a ação especulativa que diante da ausência de políticas públicas de controle de uso do solo urbano, empreende a intensa valorização

⁴ Também conhecido como “crescimento natural”, corresponde ao crescimento da população em um determinado território baseado no número de pessoas que nasceram em um certo período, comparado ao número de falecimentos.

de terrenos vagos, o que acaba resultando na expansão sem controle de loteamentos carentes de infraestrutura (MOREIRA, 1995).

Segundo Cintrão (2004 apud VALE, 2005) a implantação de loteamento na cidade se deu a partir de 1950. Segundo a autora, com a valorização do espaço urbano em detrimento das moradias rurais, os proprietários de tais terras passaram a vislumbrar um mercado bastante lucrativo e assim passaram a transformar as áreas rurais em lotes urbanos. Entre 1962 e 1976, com a criação dos Distritos Industriais, houve uma explosão urbana por todas as direções dando início inclusive aos bairros populares. No entanto, ao final dos anos de 1970, o processo de loteamento já não acompanhava mais a procura para a construção, dando assim início aos vazios urbanos, à espera de valorização (VALE, 2005).

Segundo Moreira (1995), mais especificamente entre 1975 e 1982, a taxa de lotes urbanos vagos em Araraquara superou a de prédios urbanos, além disso, também observou que nesse mesmo período a taxa de crescimento dos lotes também superou as taxas de crescimento da população que por sua vez foi superada pela taxa de construção. De acordo com as estimativas do autor, a primeira foi de 4,7%, enquanto que a segunda, no mesmo período, foi de 6,42%. Dessa forma, o autor concluiu que a expansão física territorial neste período deu-se seguindo, fundamentalmente, uma lógica privada, marcadamente especulativa.

Entre as décadas de 1970 e 1980, o número de lotes ocupados passou a ter a mesma proporção que os de lotes desocupados (VALE, 2005) levando então o poder público a aprovar a Lei nº 2.467, de 11 de junho de 1979, a fim de inibir os processos de abertura de novos loteamentos, demonstrando inclusive preocupação quanto aos custos que estes geravam aos cofres públicos⁵. Dessa forma, passou-se a exigir do loteador toda a infraestrutura, desde a

[...] rede distribuidora de água com as respectivas derivações prediais e necessárias à instalação de hidrantes, [...] conforme o caso, captação, recalque e reservatório d'água, bem como redes coletoras de esgoto com as respectivas derivações prediais [...] colocação de guias, sarjetas, plantação de grama [...] arborização [...] pavimentação asfáltica das vias (ARARAQUARA, 1979, p. 79).

⁵ “Artigo 72. A Prefeitura poderá não aprovar projetos de arruamento e loteamento ainda que seja apenas para restringir o excessivo número de lotes e o consequente aumento de investimentos em obras – de infraestrutura e custeio dos serviços públicos [...]” (ARARAQUARA, 1979, p.71)

Já no período de 1983 a 1993, a evolução de loteamento foi bem mais lenta do que no período anterior. Enquanto nesse período foram registrados 21 loteamentos, no período anterior, entre 1975 e 1982, foram registrados 98 loteamentos. Embora este segundo período coincida com o surgimento de ações do poder público a fim de disciplinar a expansão físico territorial do município⁶, Moreira (1995) atribui a queda no processo de loteamentos principalmente à conjuntura recessiva deste período e também à saturação do processo de fracionamento do solo urbano, o que favoreceu a ocupação dos lotes já existentes (VALE, 2005).

O fato é que a expansão urbana de Araraquara contou com um forte componente especulativo que, por sua vez, determinou não somente o crescimento da mesma, como também os tipos de ocupação e uso, e isso, contando inclusive com uma política por vezes omissa e conivente, resultando assim em uma ocupação do solo desequilibrada social e espacialmente (VALE, 2005).

Importante observar que a presença de vazios urbanos não só altera as características de seu entorno, como também o seu valor fazendo com que surjam loteamentos cada vez mais isolados.

[...] a formação dos vazios ocorre porque novos loteamentos são implantados em áreas não contíguas aos loteamentos existentes, dotados de alguma infraestrutura. Assim, áreas de terras desocupadas são mantidas entre os antigos bairros e os novos, as quais adquirem uma valorização pelos efeitos das externalidades positivas geradas no seu contorno (RAIA JÚNIOR, 1995 apud LIMA, 1998, p. 07).

Kowarick exemplifica bem essa lógica especulativa empreendida pelo mercado imobiliário através de sua análise acerca desse processo na cidade de São Paulo:

[...] entre o novo loteamento e o último já equipado deixava-se uma área de terra vazia, sem lotear. Completado o novo loteamento, a linha de ônibus que o serviria seria, necessariamente, um prolongamento a partir do último centro equipado. Quando estendida, a linha de ônibus passa pela área não loteada trazendo-lhe imediata valorização. O mesmo ocorreria (e ocorre) com os demais serviços públicos [...]. Desta forma, transferia-se para o valor da terra, de modo direto e geralmente antecipado, a benfeitoria pública (KOWARICK, 1979, p. 33).

⁶ Além da já citada Lei Municipal nº 2.467, de 11 de junho de 1979, nos referimos também à implementação da Lei Municipal nº 3.297 de 3 de junho de 1986, a qual estabelece normas para uso do solo urbano e dá outras providências.

Tal benfeitoria para o poder público corresponde a investimentos mais onerosos que, por sua vez, recaem sobre a população de baixa renda à medida que tais custos são socializados através do pagamento de tributos. Além disso, o isolamento destes loteamentos distanciam a população de locais de concentração de empregos e serviços, inclusive os prestados por equipamentos públicos. O aumento da distância também faz crescer o tempo e o valor gasto com transporte (quando estes são disponibilizados), comprometendo assim atividades produtivas e de lazer da população ali presente (LIMA, 1998).

1.1.3. O bairro Parque das Hortências

6 de março de 2018. Chego na Coordenadoria Executiva de Habitação por volta das 07:20h. [...] Espero em torno de quarenta a cinquenta minutos até que a moça ali da frente me chame para eu ir até a mesa de Cecília⁷ (uma das responsáveis pela coordenadoria de habitação), que estava me esperando. Chego e me sento em uma das cadeiras, e ela pergunta se de fato nos falamos anteriormente. Conto que nos falamos na sexta-feira por telefone e que ela pediu que eu comparecesse hoje pois na segunda-feira não estaria por lá. Ela faz um aceno com a cabeça concordando. Começo então falando um pouco sobre minha pesquisa e conto que algumas informações, eu as obtive junto aos moradores principalmente sobre o início do bairro e que outras buscava ali com ela. Ela então responde “Que ótimo! Então acho que você também poderá me dizer algumas coisas...”; em seguida, abre um mapa enquanto me contava que no momento eles estão estudando um projeto para a implementação de uma ação no Parque das Hortências. Neste momento, ela usa um termo técnico, aparentemente siglas. Digo que não entendi e então ela fala: “É um plano urbano local, mas dentro do plano da cidade” e explica que por conta disso o que podia me dizer era a respeito da situação dos loteamentos sendo este o seu foco de análise no momento.

Segundo ela, pelo menos uma parte dos loteamentos ali estão em situação irregular, alguns deles estão registrados com uma certa metragem, mas na verdade foram desmembrados e construídos de forma ilegal. “Provavelmente esses moradores não devem ter documentação nenhuma!”, explica. Relata ainda outros casos, em que casas construídas em regime de mutirão foram indevidamente comercializadas ou alugadas... “De um modo geral, são essas as informações que tenho para te passar”, conclui. Em seguida pergunto sobre o mutirão e ela cita “três momentos” apontando os três processos impressos em sua mesa. Desses três, dois se referem ao Parque das Hortências que, segundo ela, ocorreram entre o final do mandato do prefeito Edinho e início do mandato de Barbieri, ou seja, entre 2008 e 2010. O primeiro através do PAC e depois através do Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social (FNHIS). No entanto, observamos que a lei que regulamenta tais ações saiu anos depois “Estranho isso, né?!” comenta. Pergunto: “E sobre o mutirão

⁷ Em respeito aos princípios éticos da pesquisa que asseguram o sigilo e anonimato daquelas e daqueles que dela façam parte, informamos que todos os nomes e apelidos que aparecem referentes ao campo são fictícios, com exceção aos que dizem respeito às pessoas públicas (prefeitos, vereadoras/es...). Vale salientar que os nomes fictícios atribuídos às mulheres entrevistadas foram escolhidos por elas mesmas, já os demais foram escolhidos de forma aleatória por nós mesmas.

que teve no início do bairro, por volta dos anos 80? Soube que foram as primeiras casas construídas pela Deodata⁸. “Ah, acho que são essas casas aqui então!”, neste momento, as localiza no mapa e circula. Cecília explica que de fato não sabe ao certo sua procedência, nem o tipo de documento ou inscrição que essas pessoas que ali residem têm. “Qual o nome dela?” Respondo: “Deodata do Amaral” e então ela anota o nome no mapa. “Mas quem é essa?” Respondo que foi uma vereadora e que inclusive é recordista de votos em Araraquara “Olha só...” comenta, e logo em seguida chama um rapaz. Ele se aproxima e ela pergunta se ele sabe algo a respeito, “Ah sim, são aquelas casas lá! Deixa eu perguntar para Morgana”. Ao retornar diz que segundo Morgana, essas casas não foram de um processo de mutirão, mas foram construídas pela prefeitura no governo do prefeito Roberto Massafra e isso é tudo o que sabem. Pergunto então sobre a chegada dos serviços públicos no bairro e Cecília diz não poder me ajudar quanto a esses dados “Olha, tem coisas que estamos descobrindo só agora!”, e volta a falar sobre o processo de loteamento. Explica que embora houvesse a lei que regulamenta o loteamento, já em 1979, exigindo por parte do loteador o cumprimento de algumas determinações estruturais como asfaltamento, guia, arborização... isso não vem acontecendo ao longo dos anos por falta de fiscalização: “A lei está aí, mas ela não é pra fiscalizar”; por outro lado: “Ah aí vem um ‘bam bam bam’ faz do jeito dele e ninguém fala nada porque é o ‘bam bam bam’ da cidade, entende?!” Ela diz que, com isso, os dados e registros ficam desencontrados quanto ao que realmente se passa no bairro, e que por isso, reconhece que precisa iniciar uma pesquisa de campo, ir até o bairro, verificar as documentações e assim inclusive recuperar algumas áreas que são de interesse social e que, portanto, pertencem à prefeitura e que estão em situação irregular, para que então consiga fazer seu uso regular. Saí pensando: de fato o Hortências da Dona Sofia, da Dona Marli parece um lugar distante dali. (Diário de Campo)

O início do bairro se inscreve entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, justamente em um período no qual temos um alto índice de lotes vazios, também de construções, mas também um considerável fluxo migratório no município. Para Vale (2005), este período, principalmente a partir dos anos de 1980, merece destaque pelo surgimento de novos conjuntos habitacionais e a criação, por parte da Caixa Econômica Federal, de linhas de financiamento para a autoconstrução⁹, o que contribuiu, segundo a autora, para a diminuição do déficit habitacional na cidade.

No entanto, em uma análise mais minuciosa a respeito da situação habitacional no município, Moreira (1995) parece se aproximar daquilo que Cecília nos relata em nossa conversa, a respeito dos processos de loteamentos. O autor constata, em 1982, um déficit¹⁰ de 52 unidades domiciliares, porém, faz uma ressalva ao observar que

⁸ Vereadora citada pelas moradoras do bairro.

⁹ Casas construídas ou reformadas pelos próprios moradores que eventualmente podem contar com o apoio de amigos, vizinhos, associações e etc, caracterizando assim os mutirões.

¹⁰ O cálculo de déficit habitacional realizado pelo autor baseia-se em três critérios: a) demanda demográfica: relacionada ao crescimento populacional; b) demanda de reposição: estoque de

provavelmente esses dados não revelariam as reais situações habitacionais da cidade, uma vez que dadas as dimensões que a periferização assumia nesse período, havia uma forte suspeita de expansão desmedida de moradias clandestinas e paupérrimas. Ele calculou o número de construções clandestinas através da diferença entre o total de residências e o total de Habite-se¹¹, e descobriu que as construções sem registro representavam 18% das residências regularizadas entre 1975 e 1982, e ainda as relacionou ao processo de autoconstrução dados “[...] a sua localização periférica, o nível de renda das famílias e a baixa qualidade dos materiais empregados.” (MOREIRA, 1995, p. 43)

Ainda de acordo com o autor, as evidências da autoconstrução se reforçavam quando analisada a interferência do poder público na questão habitacional. Ele cita dados de Lima (1986) que revelam que apenas 13,7% dos 5.953 novos domicílios próprios, do período entre 1970 e 1980, passaram pelas vias institucionais de financiamento, e conclui “Assim como o poder público municipal ficou alheio ao processo de parcelamento das terras urbanas, assim manteve-se quanto à elaboração de uma política habitacional explícita.” (MOREIRA, 1995, p. 43)

O que está posto de uma forma geral na análise de Moisés a respeito da situação habitacional de Araraquara nos anos de 1980, e na constatação de Cecília sobre o bairro Parque das Hortências, corresponde na verdade a um processo que vincula aplicação de lei e mercado imobiliário capitalista.

Como já explicitado anteriormente, a busca pelo lucro no auge da valorização do espaço urbano em detrimento do espaço rural fomentou de modo exponencial os processos de loteamentos em Araraquara, já no final dos anos de 1970, fazendo com que o poder público aprovasse leis (a partir de 1979) que inibissem de alguma forma tal processo, empreitado principalmente pela iniciativa privada. Mas, como afirma Maricato (2000, p. 31) “Entre a lei e sua aplicação há um abismo mediado pelas relações de poder na sociedade.”

A omissão por parte do poder público em fiscalizar fez com que a lei se tornasse um mecanismo abstrato, principalmente em áreas cujo interesse financeiro fosse mínimo. Isso não somente facilitou a prevalência da lógica especulativa, com a

domicílios para reposição devido à deterioração que ocorre ao longo do tempo; c) demanda latente: domicílios inadequados que precisam ser substituídos.

¹¹ Documento emitido pela Prefeitura autorizando o início da utilização efetiva das construções e edificações destinadas à habitação.

formação de vazios urbanos e territórios fragmentados, como também expôs uma parcela da população que, dadas as suas poucas condições foi encurralada para estes territórios que além de precarizados, muitas vezes já se encontravam em situação irregular, caracterizando assim o que Maricato (2000) chama de “cidade ilegal” em detrimento da “cidade legal”. Trata-se de uma população que se vê excluída do mercado formal, cujas exigências econômica e burocrática para financiamento ignoram suas reais condições sociais:

A dificuldade no financiamento de imóveis populares, em todo o Brasil (caso da carta de créditos da Caixa Econômica Federal, em meados dos anos 90), deve-se à ilegalidade generalizada desses imóveis cuja documentação não corresponde às exigências do banco. Há portanto uma correlação entre financiamento e imóvel legal que termina por excluir grande parte da população do acesso a empréstimos destinados à aquisição ou construção de moradia. (MARICATO, 2000, p. 32)

Por outro lado, as políticas de promoção pública existem, mas não dão conta de toda esta demanda fazendo com que parcela dessa população apele para seus próprios recursos produzindo sua moradia como pode (MARICATO, 2000), tornando-se muitas vezes visíveis aos olhos do poder público apenas quando sua ocupação ali já está consolidada.

Dessa forma, não surpreende a trajetória do bairro Parque das Hortências, cujo registro do início de seu processo de loteamento data do ano de 1977, enquanto que boa parte dos serviços e equipamentos públicos (asfalto, escola, creche, unidade básica de saúde...) chegam ao bairro somente por volta dos anos 2000.

Localizado na região sudeste de Araraquara, o bairro Parque das Hortências foi tomando forma com a chegada de uma população vinda de várias regiões do país, que ali foram se instalando, atraída sobretudo pelo baixo custo daquela área. Circundado por vazios urbanos e possuindo apenas uma via de acesso, cuja volta é tomada por uma imensa área verde que transpõe a rodovia Antônio Machado Sant’Anna – unindo a cidade de Araraquara à cidade de Ribeirão Preto – o Parque das Hortências veio a se tornar um dos bairros mais isolados da cidade e hoje conta com aproximadamente 3.897 habitantes¹².

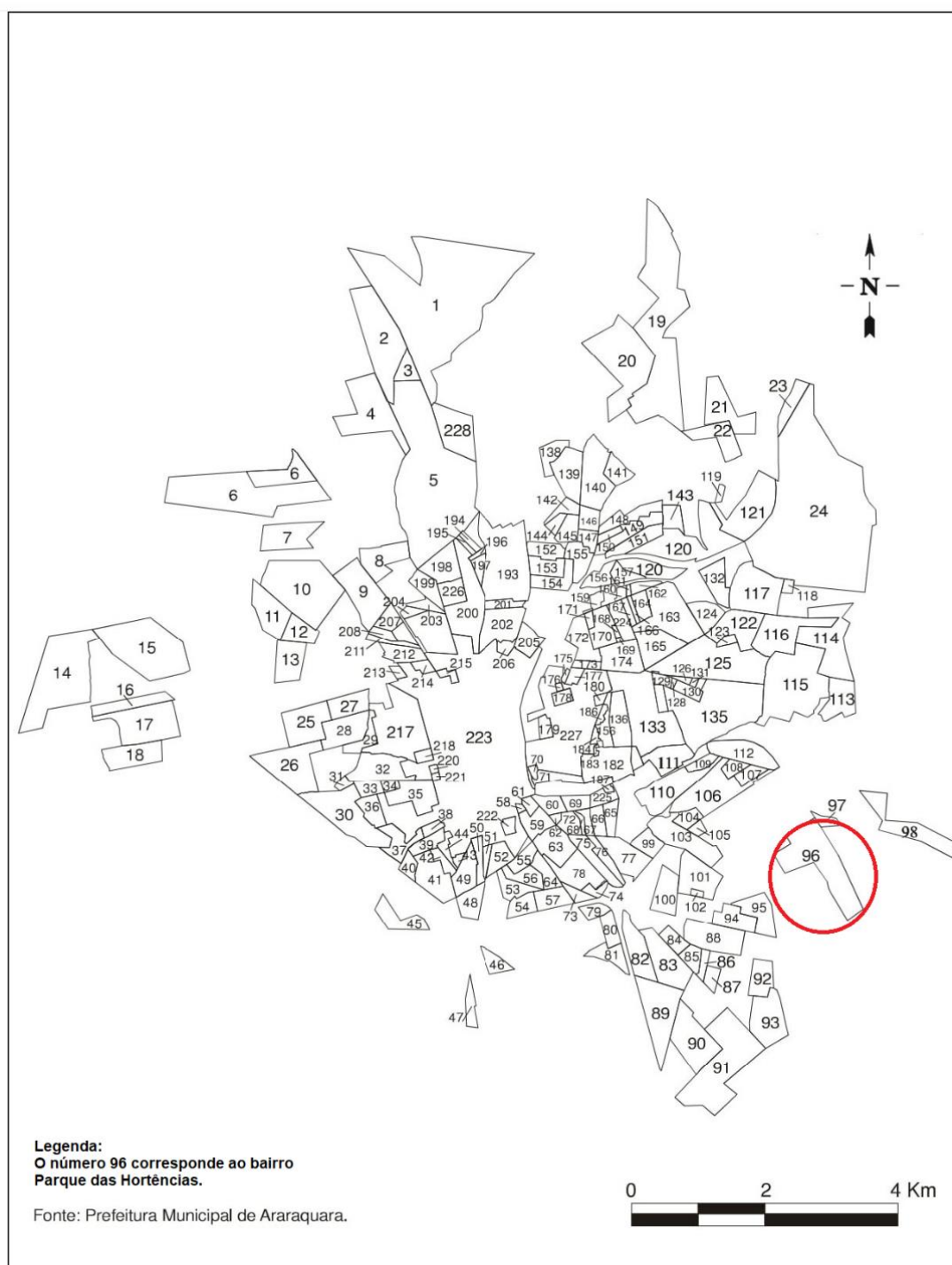
¹² Dado coletado pela Unidade de Saúde da Família “Dr. José Nigro Neto” em março de 2016.

Figura 1. Imagem via satélite do bairro Parque das Hortências.



Fonte: **Google**

Figura 2. Localização do bairro Parque das Hortências.



Fonte: VALE (2005)

O início do bairro se deu com o processo de loteamento de uma área até então composta por pasto onde se criava gado, cuja proprietária era Jandira Bertoni Freire

(CASTRO, 2009). Este processo teve seu início registrado em 1977, mas só constou como definitivo em 1981¹³.

Foram poucas as informações a qual tivemos acesso a respeito da história do princípio de ocupação deste território. No que encontramos a respeito, consta que correspondia a um processo de favelização com cerca de 500 barracões, que ao longo do tempo foram sendo substituídos por casas de alvenaria, em um primeiro momento, a partir da organização popular de um mutirão cuja iniciativa foi atribuída a Deodata do Amaral¹⁴, em meados dos anos de 1980. Durante este período consta também a ação do loteador Alfredo Miguel Saba, e a este é atribuída a venda de lotes, vinculada à distribuição de blocos de concreto para a construção das casas¹⁵. Em nossa ida a campo tais fatos não apareceram com tamanha riqueza nas falas de nossas interlocutoras, principalmente porque estas chegaram ao bairro já nos anos de 1990, mas ainda assim a figura de Deodata do Amaral se fez presente em algumas conversas, especialmente no que se refere às suas ações assistencialistas.

Sofia, uma de nossas entrevistadas, chegou ao bairro na década de 1990 e conta as condições do bairro ainda em processo de formação:

Aqui era pouco movimento, só que era muito complicado assim né... que matava muita gente... Se já tinha essas coisas aí de droga, mas ninguém sabia porque eu mesma não conhecia. Não tinha creche, não tinha escola, não tinha posto de saúde, não tinha um mercado, o mercado que tinha era o bar do Paulo. Não tinha nada! Aí depois foi reconstruindo e hoje tá aí.

Em uma conversa no ônibus vindo para o bairro, uma moradora relata sua chegada, também em meados dos anos de 1990, de forma bastante semelhante à de Sofia “A gente costumava dizer quando encontrava algum defunto, que o do dia seguinte já estava encomendado”. Marli, outra moradora do bairro que ali reside há 18 anos explica que no começo era “*tudo muito bagunçado*”, muita violência: roubos,

¹³ Informação obtida na Coordenadoria Executiva de Planejamento Urbano de Araraquara.

¹⁴ Deodata Leopoldina Toledo do Amaral foi vereadora por quatro mandatos consecutivos (1983; 1989; 1993; 2001) e Secretária da Promoção Social de Araraquara. Mas foi como visitadora de Saúde Pública do Serviço Especial de Saúde (SESA), trabalho exercido de 1954 a 1978, que Deodata conheceu diversos pontos da cidade, principalmente os mais precarizados. Por sua iniciativa, o poder público realizou mutirões para levar redes de água e esgoto aos bairros da periferia da cidade. (ARARAQUARA, 2014) Disponível em: <http://www.camara-arq.sp.gov.br/site/index.php/deodata-do-amaral-denomina-predio-anexo-da-camara-de-araraquara/> Acesso em: 03 jan. 2018.

¹⁵ Tal relato consta no blog criado em 2011 pela Rede Social de Araraquara. A fonte do relato é atribuída ao Caderno de Formação Cultural produzido pelo Centro Brasileiro da Infância e Juventude (CEBRIJ) e a moradoras do bairro. Disponível em <http://hortenciasdl.blogspot.com.br/2011/01/o-bairro.html> Acesso em: 30 jan. 2018.

assassinatos, e que por conta disso, nem entregas os moradores recebiam, pois, os caminhões eram constantemente assaltados, e por isso com o passar do tempo passaram a se recusar a entrarem no bairro. No entanto, ela diz que *“todo mundo ali começou a dar um jeito nisso”* e a *“limpar o bairro botando pra correr”* essas pessoas que cometiam os crimes. Ela conta que hoje as pessoas podem sair e deixar suas casas abertas, ela mesma faz isso, e *“ninguém mexe”*, segundo ela, nem mesmo os comerciantes têm problemas ali.

Quanto ao transporte público, este também não adentrava o bairro, tendo então que os moradores e moradoras irem até a rodovia para que pudessem utilizá-lo. Em dias de chuva a situação se agravava, pois sem o asfalto as ruas se transformavam em barro dificultando a locomoção de quem precisasse sair daquela região, fosse para chegar até o ponto de ônibus na rodovia, fosse para caminhar em direção ao centro da cidade:

Isso aqui... a gente saía daqui pra ir pra cidade a pé porque eu andava a pé porque não tinha dinheiro pra pagar o ônibus. Ia na cidade a pé. Aí já andava com um paninho. Chegava lá, lá no Yolanda, ali no Jardim das Palmeira limpava o pé e ia pra cidade. Porque o nome do povo daqui era pé vermelho. Quando chovia...misericórdia! Parecia urubu carçado de galocha! (Sofia)

Quanto ao asfaltamento, este chegou no bairro somente em 2002:

Tinham as casas, mas asfalto não tinha. Quem asfaltou isso aqui... asfaltaram isso aqui em 2002. Foi quando asfaltaram! Nossa! Óia...Parecia que era coisa de rico! Nossa...ficou todo mundo...eu mesma fiquei...nossa...eu achava a coisa mais bonita isso aqui tudo asfalto! Porque quando nós mudou aqui, não tinha! (Sofia)

O mutirão ocorreu, segundo as mesmas, em 2004, dessa vez, através do programa Mutirão da Casa Própria¹⁶:

*Sofia: Nós fazia assim a inscrição, a inscrição né que fala?!
Marli: É inscrição
Sofia: Pra pegar as casinha?
Marli: É
Sofia: Todo ano nós ia lá na prefeitura fazer.
Marli: Eu fiz inscrição pra pegar as casinha no Parque São Paulo, mas não consegui*

¹⁶ Construção de moradia para a população de baixa renda e considerada de extrema “vulnerabilidade social”; surgiu antes ainda da instituição do programa Minha Casa, Minha Vida. Ao adquirirem a casa, os mutirantes passam a pagar uma mensalidade (que começou no valor de 10 reais) por um período de dez anos (ASSIS, 2010) Disponível em: <http://www.camara-arq.sp.gov.br/publico/Noticia/Noticia.aspx?IDNoticia=6207> Acesso em: 05 fev. 2018.

Sofia: Eu também fiz

Marli: Não consegui pegar!

Sofia: Aí depois apareceu esse homem de lá do Del Rey que não era daqui com essa notícia que ia ter o mutirão, que quem se interessasse... era pra ir lá. Nós ia...eu cansei de chegar em casa onze hora da noite de lá da reunião lá na escola lá no Cruzeiro. Aí foi aonde surgiu esse mutirão. Aí falaram que ia fazer aqui e lá no Alco Íris.

A inscrição a qual se referem acontece da seguinte maneira: a população de baixa renda, interessada em adquirir um imóvel faz seu cadastro na prefeitura, no cadastro habitacional do município¹⁷, e através desse cadastrado tem acesso aos programas habitacionais da cidade. E no caso da população do Hortências, esta foi beneficiada pelo programa Mutirão da Casa Própria.

A partir disso, os interessados passaram a participar de reuniões e planejamentos e em seguida a trabalharem nas obras. Segundo as moradoras, quem mais comparecesse aos compromissos do mutirão, mais chances teria de conseguir ficar com a casa.

Sofia: Teve gente também que perdeu por causa disso... não ia na reunião, lembra? Faltava na reunião, faltava pra vim trabalhar... tinha menina aqui, mulher solteira, que quando não podia vir, que nem a Queila era uma, a Bernadete que morreu era outra. Quando elas não podiam vim, elas pagavam as pessoas pra vim no lugar delas.

Pesquisadora: Pra não perder, né?

Sofia: Pra não perder

Pesquisadora: Mas aí como eles sabiam? Tinha lista de chamada? Essas coisas assim?

Sofia: Não, acho que marcava o nome, né Marli?!

Pesquisadora: Marcava o nome de quem participava...

Marli: Ah mas chamava, viu?! Quando a gente chegava chamava e ia marcando a presença.

O trabalho era diário e executado apenas por maiores de idade. Não paravam em feriados nem em finais de semana, e a supervisão ficava por conta de encarregados e alguns funcionários da prefeitura. A previsão para a entrega das casas era de dois anos, porém, as casas só acabaram sendo entregues em 2010. Segundo Sofia e Marli, o processo de construção foi demorado, embora os trabalhos fossem diários, mas as trocas de governo na Prefeitura tornaram o processo mais lento ainda, fazendo inclusive com que algumas pessoas desistissem. Nesse intervalo de tempo

¹⁷ Esse procedimento na verdade já é padrão entre a população de baixa renda, a fim de conseguir entrar em programas destinados a famílias com renda entre zero a três salários mínimos (RODRIGO, 2011). Disponível em: <http://araraquarahoje.blogspot.com.br/2011/06/prefeitura-faz-projeto-para-mais-470.html>. Acesso em: 05 fev. 2018.

também chegaram as casas do Programa Minha Casa, Minha Vida, às quais alguns moradores se referem como “as casas amarelas” e sobre elas, Sofia e Marli dizem não acharem justo não pagarem a mensalidade que é cobrada dos moradores cujas casas são do mutirão:

Pesquisadora: E tem até hoje gente...mutirão?

Marli: Não

Sofia: Eu não ouvi falar mais não

Marli: Agora é minha casa minha vida

Sofia: Não, mas é engraçado porque você vê... ó... eu trabalhei, porque eu trabalhava pro meu marido vim, quer dizer que eu trabalhei, né?! Eu participei. Só que esse povo que ganha essas casas aí, não fizeram nada e nunca... e não paga! Nós que ficamos dentro do começo até o final, paga!

[...]

Sofia: Esse ano agora já veio acho que 16 quase 17 real, né?! Por mês dessas casas

Marli: Tá subindo? De novo?

Sofia: será?

Marli: Porque o nosso tinha subido. Era dez!

Sofia: É...aí foi subindo

[...]

Marli: Num ano ele [o prefeito] subiu duas vezes. Doze pra quatorze e agora dezesseis já?

Sofia: Esse ano agora que... que tá passando eu já paguei a minha. Que eu pago todo janeiro... eu vou lá e pago

Marta: É 133 por ano.

O bairro também conta com uma escola de Ensino Fundamental e duas creches, sendo uma delas filantrópica ligada a uma instituição espírita. Há também uma academia ao ar livre, uma Unidade de Saúde da Família (USF) e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Alguns desses serviços só chegaram ao bairro no final dos anos de 1990, enquanto outros no início dos anos 2000, como foi o caso da USF, inaugurada em agosto de 2000 e o CRAS em 2005.

Figura 3. Mapa do bairro Parque das Hortências.



Fonte: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS HORTÊNCIAS.

1.2. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Hortências

O CRAS se inseriu no Parque das Hortências no ano de 2005, a partir de uma estrutura de ação padronizada, ou seja, estabelecida pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Foram as deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada no ano de 2003, que originaram as indicações para a formulação da PNAS que foi aprovada no ano de 2004. Pautada na proposição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ¹⁸ implantado no ano de 2005, a PNAS traz, em tese, a

¹⁸ A criação do SUAS foi inspirada no Sistema Único de Saúde (SUS) que possui caráter territorialista, universalista, permanente e assegurado pelo Estado (PEREIRA, 2009).

política territorializada de assistência ao entender que mediante a diversidade societária do Brasil, políticas públicas homogêneas seriam ineficientes mediante as possibilidades de demandas diversas por conta da desigualdade social. Dessa forma, seria necessário um maior conhecimento dessas realidades aproximando-se desses territórios.

A fim então de disponibilizar seus serviços nos territórios visando acessibilidade e universalidade de seu alcance “O SUAS materializa o conteúdo da LOAS” (BRASIL, 2005, p. 39) através dos equipamentos como o Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especial de Assistência Social (CREAS), que diferem conforme a complexidade de atendimento. Através do SUAS são estabelecidos dois níveis de proteção social: básica, de caráter preventivo, oferecido a partir do CRAS; e especial, quando ocorre violação de direitos, oferecido pelo CREAS.

Enquanto unidade de proteção social básica do SUAS, o CRAS é o responsável pelo desenvolvimento de programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, e com isso atua nas esferas familiar, comunitária, individual e coletiva estabelecendo assim uma relação direta e cotidiana com seu público. Dessa forma, é a porta de entrada para que essa população tenha acesso aos serviços socioassistenciais, o que inclui serviços socioeducativos, programas de transferência de renda, benefícios eventuais e de prestação continuada¹⁹.

2. Nossa escolha metodológica

Neste trabalho tivemos como objetivo compreender se e como o CRAS adquire significação para algumas moradoras do bairro Parque das Hortências a partir das relações construídas com o equipamento.

¹⁹ Os Programas de Transferência de Renda visam o repasse direto de recursos dos fundos de Assistência Social aos beneficiários, como forma de acesso à renda. Objetivam o combate à fome, à pobreza e outras formas de privação de direitos, que levam à situação de vulnerabilidade social, criando possibilidades para a emancipação, o exercício da autonomia das famílias e indivíduos atendidos e o desenvolvimento local. Já os Benefícios Eventuais, visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte, ou para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária. Têm como prioridade a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e os casos de calamidade pública. Por fim, os Benefícios de Prestação Continuada, previstos na LOAS e no Estatuto do Idoso. Estes providos pelo Governo Federal, consistem no repasse de 1 (um) salário mínimo mensal ao idoso (com 65 anos ou mais) e à pessoa com deficiência que comprovem não ter meios para suprir sua subsistência ou de tê-la suprida por sua família (BRASIL, 2005).

Com o intuito de nos afastarmos de uma leitura institucionalizada, buscamos evitar uma perspectiva que as colocasse enquanto elementos meramente passivos nessa relação, por entendermos que as políticas de assistência, – aqui materializada na figura do CRAS – no âmbito da gestão estatal da reprodução de força de trabalho, acabam por responder a interesses contraditórios e, portanto, não se configuram como simples produto de “cima para baixo”, mas como espaço onde também estão presentes os interesses daquelas e daqueles que as buscam.

Dessa forma, situamos essas mulheres na noção de *grupos subalternos*²⁰ que nos termos de Gramsci referem-se ao “conjunto das massas dominadas” (GALESTRI, 2014, p. 03) que por sua vez se inserem de forma bastante heterogênea nas lutas de classe. Para Yazbeck (2007), a categoria de subalterno ultrapassa a de trabalhador e nos traz experiências heterogêneas de dominação.

Ao trazermos a condição de subalternidade à essas mulheres, evidenciamos então as diferentes formas de poder assumidas em suas vidas cotidianas, mas também admitimos o papel das mesmas enquanto um potencial desestabilizador da ordem vigente, pois embora Gramsci negue aos grupos subalternos em um primeiro momento, sua unificação enquanto classe social²¹, isso não significa que o autor lhes atribua passividade ou mesmo negue suas práticas. E é neste sentido que nos baseamos no autor: para Gramsci, não existe atividade humana que possa excluir a intervenção intelectual, logo para ele, todas as pessoas são filósofas (OLIVEIRA, 2013):

[...] todo homem, fora da sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 1995:7 apud OLIVEIRA, 2013, p. 20).

²⁰ De acordo com Del Roio (2007), a utilização desta categoria por Gramsci se deve ao fato de que os conceitos já consagrados do marxismo como “proletariado”, “classe operária”, “campesinato”, não seriam mais suficientes para darem conta da natureza e diversidade contida nas lutas de classe na Itália, sendo assim, o autor atribuiu esta escolha por parte de Gramsci, provavelmente ao seu avanço nos estudos partindo da especificidade da questão operária em direção à níveis mais altos de complexidade e generalidade, em busca de explicação para a materialidade da esfera objetiva antagonica no decorrer da História.

²¹ Para Gramsci, esse conjunto de massas dominadas não possui agregação de classe, ou seja, não está necessariamente unida em classes sociais, pois para isso deveria possuir formações, agregados próprios que intervissem politicamente na relação de forças sociais vigente em determinada formação social (GALESTRI, 2014).

Embora Gramsci siga a partir deste ponto problematizando em que medida esse empreendimento intelectual é feito de forma crítica e consciente ou não, aqui, nos atentamos ao fato de que as relações de dominação vivenciadas pelas classes subalternizadas estão pautadas no conflito onde há representações que reproduzem a lógica e o discurso ideológico do dominante, bem como há também as que reproduzem contraditoriamente a sua transgressão, expressada na resistência muitas vezes inscritas nas experiências heterogêneas de dominação presentes no cotidiano.

Daí termos buscado o acesso às vivências dessas mulheres, pois dessa forma procuramos analisar suas expectativas em relação ao CRAS entendendo que estas estão atreladas às suas trajetórias, suas identidades e valores, nos apoiando assim no que Thompson (1981) compreende como *experiências*.

De acordo com o autor, frente às experiências, sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem se impor, o que nos leva inclusive à compreensão de que dessa forma, as pessoas podem assumir o papel de sujeitas neste processo ainda que de modo limitado:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estrutura de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (Thompson, 1981, p. 182 grifos do autor)

Ainda de acordo com o autor, as pessoas não lidam com suas experiências apenas enquanto ideias, pensamentos, mas sim as experimentam como sentimento e este se faz presente na cultura, nas normas, nos valores, crenças e formas de comprometimento. Isso não significa que não haja uma imposição ideológica vinda de cima, mas há que se considerar que existe um caráter contraditório, uma “negociação” com necessidades, sejam elas materiais e/ou culturais.

Diante disso, ainda que o CRAS represente uma lógica institucionalizada, sendo então um dos equipamentos de ação das políticas de assistência que enquanto tais representam em grande medida os interesses do Estado, levamos em conta que tais interesses não são impostos de forma passiva – vide a forma como as próprias políticas de assistência foram instituídas respondendo (ainda que para abafá-los) à conflitos e mobilizações populares. Há um tensionamento à medida que entendemos

que as pessoas que são alvos de tais políticas trazem consigo suas vivências, suas identidades e a partir delas também elaboram sua própria consciência que, mesmo em momentos pontuais podem se sobrepor ao molde da ideologia dominante antes que esta se imponha novamente (THOMPSON, 1981).

Ao nos voltarmos para o que pensam as mulheres a respeito do CRAS, além do acesso aos elementos históricos presentes em suas construções sociais, buscamos nos aproximar deste processo de consolidação/reelaboração da ideologia dominante – que no caso é representada pela lógica institucional – colocando-as enquanto sujeitas dessa relação de forças.

No entanto, vale salientar que não tivemos a pretensão de tratar aqui de uma idealização de aspectos libertadores presentes nessa relação entre as mulheres e o CRAS, frente a uma ordem social que massifica, aliena e molda. Mas, o que buscamos é colocar em perspectiva esta permanente tensão que ali perpassa e que, portanto, compreende essas mulheres enquanto sujeitas. Não sujeitas dotadas de total autonomia, mas que a partir de suas trajetórias são capazes de elaborar novas problemáticas que, por vezes, entram em conflito com o que está posto.

2.1. Trajetória da pesquisa

Como já explicitado, o recorte analítico de nosso trabalho corresponde ao bairro Parque das Hortências, mais especificamente ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que lá se estabeleceu. Dessa forma, assim como ocorreu em nosso trabalho de monografia, no presente trabalho, o CRAS Hortências continuou sendo o universo de nossa pesquisa, porém, não mais enquanto apenas um espaço de acesso às interlocutoras da pesquisa, mas agora enquanto um espaço problematizado junto com essas mulheres. Tal escolha se deu em decorrência de nosso interesse em dar continuidade ao que foi iniciado no trabalho de monografia, a fim então de aprofundarmos algumas questões que surgiram ao longo dessa trajetória.

Em um primeiro momento havíamos optado por utilizar, assim como na monografia, as reuniões do programa “Renda Cidadã” para chegarmos até às possíveis sujeitas da pesquisa, uma vez que este programa continuava sendo o principal núcleo de interação e convivência dessas mulheres, no âmbito do CRAS. Porém, a partir do ano de 2016, o CRAS passou a ter que lidar com um novo contexto,

o que acabou modificando toda sua dinâmica de trabalho e consequentemente sua interação com as mulheres.

Até o final do ano de 2015, o CRAS oferecia à comunidade oficinas que visavam a geração de renda, como a de artesanato para maiores de dezoito anos, economia doméstica e oficinas de esporte e percussão. Além disso, eram disponibilizados alguns dos programas sociais de transferência condicionada de renda, sendo estes do governo do estado de São Paulo: tratam-se do “Ação Jovem”²² e do “Renda Cidadã”²³. Porém, a partir do ano de 2016, os contratos dosicineiros foram gradativamente encerrados pela Prefeitura até o mês de abril de 2016 não sendo, portanto, renovados, e novas contratações também não foram realizadas, o que consequentemente fez com que o CRAS deixasse de oferecer as oficinas anteriormente citadas.

Quanto aos também já mencionados programas estaduais de transferência de renda, estes também sofreram cortes devido à redução por parte do governo estadual da verba destinada a tais programas; com isso, não foi mais possível a inserção de novos beneficiários, permanecendo apenas aqueles que já recebiam o benefício²⁴. No entanto, diferente do andamento das oficinas, as atividades ligadas a estes programas ainda continuaram com as pessoas que já recebiam os benefícios, até que as mesmas foram sendo desligadas automaticamente, à medida que iam vencendo os prazos de permanência no programa.

Dessa forma, as reuniões do programa “Renda Cidadã” continuaram sendo um dos caminhos escolhidos para termos acesso às possíveis interlocutoras da pesquisa, o que não quer dizer que excluirmos possíveis interlocutoras que não frequentassem tais reuniões – uma vez que o foco da pesquisa não eram as reuniões socioeducativas, mas sim mulheres que possuísem algum vínculo com o CRAS e que se interessassem em participar da pesquisa –, podendo estas inclusive, serem indicadas pela própria equipe do CRAS.

²² Para estudantes de 15 a 24 anos, com prioridade para aqueles com renda familiar de até um quarto de salário mínimo por pessoa. Tem como objetivo estimular a conclusão da educação básica e preparar o jovem para o mercado de trabalho.

²³ Foi instituído em 2001 sendo fruto de outros programas que foram modificados ao longo do tempo. Trata-se de um programa que visa o complemento da renda, o fortalecimento familiar e o resgate da cidadania.

²⁴ Sobre a redução da verba no programa social Renda Cidadã: BACHTOLD (2016). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/01/1730309-alckmin-vai-gastar-menos-com-programa-de-transferencia-de-renda.shtml> Acesso em: 20 out. 2017.

O programa “Renda Cidadã” possui como público alvo, prioritariamente, mulheres chefes de família, sendo elas as responsáveis pelo recebimento do benefício. Porém, dentre as condições para que isso aconteça²⁵, está o comprometimento por parte das beneficiárias em participarem de reuniões socioeducativas, ou seja, reuniões que visam sensibilizar as beneficiárias frente a questões e demandas que façam parte de seu cotidiano, bem como da comunidade local, isso através de discussões que levam informações e suscitam a busca por soluções práticas que possam viabilizar melhorias em suas próprias vidas, no âmbito familiar, na realidade do bairro e nas próprias relações comunitárias.

As reuniões do “Renda Cidadã” eram realizadas semanalmente com a duração de uma hora e o seu calendário acompanhava o calendário escolar, o que significa que as reuniões também eram interrompidas nos períodos de férias escolares – janeiro, julho e dezembro.

As reuniões eram realizadas sob a responsabilidade daicineira²⁶ que, em algumas ocasiões também contava com profissionais das mais diversas áreas, convidados por ela a esclarecerem e levarem informações sobre os mais diversos temas.

Entramos em contato com uma das funcionárias do CRAS a fim de nos informarmos a respeito da quantidade de mulheres que ainda frequentavam as reuniões, uma vez que, como já colocamos, ao longo dos meses as mulheres foram sendo desligadas conforme o comprimento de seus prazos no programa. Isto feito, fomos informadas de que no momento havia uma média de dez a doze mulheres frequentando as reuniões, porém, segundo esta funcionária, havia sido passado ao CRAS o comunicado por parte do governo do estado de São Paulo, que este havia selecionado vinte e nove novas beneficiárias distribuídas entre as nove unidades do CRAS na cidade. No entanto, ainda não se sabia quantas destas selecionadas pertenciam ao CRAS Hortências, e quando começariam a receber o benefício; dessa

²⁵ Há também o comprometimento em manter na escola as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, com uma frequência mínima de 75% das aulas e a comprovação da vacinação das crianças de até 7 anos.

²⁶ Sua função consiste em mediar as reuniões sendo de sua responsabilidade também a elaboração do cronograma com os temas a serem discutidos. A contratação daicineira é feita através de um processo seletivo promovido pela Prefeitura todo início de ano, mediante o atendimento de critérios como nível médio completo e experiência de atuação em programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais. A contratação é válida por um ano, podendo ser prorrogada por mais doze meses.

forma, não havia como prever a quantidade exata de mulheres que estariam frequentando as reuniões quando déssemos início às entrevistas.

Passado o processo de nosso exame de qualificação, demos início aos procedimentos a fim de obter a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da FCHS – UNESP – Franca, para nossa entrada no campo de pesquisa. Nesse meio de tempo, entramos em contato novamente com o CRAS para obtermos sua declaração autorizando a realização da pesquisa.

Nos foi informado que precisávamos primeiro protocolar um pedido de autorização da pesquisa na prefeitura, para que lá esse pedido fosse encaminhado para a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e esta sim, autorizar. A funcionária do CRAS ainda sugeriu que ligássemos diretamente na Secretaria para nos informarmos com mais detalhe sobre como deveria ser feita essa solicitação. Ligamos e fomos orientadas a escrever uma solicitação e protocolá-la na prefeitura, junto com uma cópia do projeto

Protocolamos o pedido de autorização (Apêndice A) na prefeitura e após quinze dias recebemos a ligação da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social informando que a pesquisa havia sido autorizada e que a declaração deveria ser emitida pelo CRAS Hortências. Em seguida, obtivemos a declaração (Anexo A) impressa e assinada pela gestora do CRAS Hortências.

Anexamos toda a documentação na Plataforma Brasil, e enquanto aguardávamos o parecer do Comitê de Ética em Pesquisa, procuramos informações junto ao CRAS a respeito do andamento das reuniões e frequência das mulheres para que assim, tivéssemos certeza de que não precisaríamos mudar nossas vias de contato com as possíveis sujeitas da pesquisa. Porém, o CRAS continuou em seu processo de esvaziamento, as mulheres foram sendo cortadas e deixaram de comparecer às reuniões. O processo de seleção das beneficiárias do programa Renda Cidadã deixou de ser feito pela própria equipe do CRAS, e passou a ser feito via Cadastro Único (CadÚnico), que por sua vez, envia uma lista geral de beneficiadas para o município. Nesta última lista, dentre as vinte e nove beneficiadas, apenas uma pertencia ao Parque das Hortências. Dessa forma, naquele momento havia então no bairro, apenas uma beneficiada pelo programa.

Com o esvaziamento das reuniões por conta do desligamento das beneficiárias, mais a inserção de apenas uma beneficiada, somada à saída da oficineira por conta de sua chamada para assumir seu cargo efetivo em outro CRAS, as reuniões

socioeducativas que naquela altura já haviam se tornado “Serviço de Convivência”²⁷ foram definitivamente suspensas.

Mediante então esse novo quadro tivemos que optar por novas formas de contato com as possíveis sujeitas desta pesquisa e reformular os critérios de escolhas das mesmas, já que naquele momento não havia mais o vínculo ao CRAS garantido pela frequência nas reuniões. Sendo assim, a equipe do CRAS se dispôs a indicar alguns nomes, dentre as quais, estavam ao menos uma “usuária”²⁸ que a pesquisadora conhecia desde o período de sua monografia e que, portanto, a reconhecia como importante referência para a pesquisa, dada a sua longa trajetória no bairro e no CRAS.

Embora a mudança no cenário nos parecesse, em um primeiro momento, um grande entrave para a pesquisa, ao nos voltarmos para nossas estratégias de ação no campo, percebemos ali um momento oportuno para repensarmos questões importantes ao andamento da pesquisa, sobretudo nossa relação com as interlocutoras. Nesse sentido, ainda que soubéssemos da importância do CRAS enquanto mediador de nossa relação com as possíveis sujeitas de nossa pesquisa, não pudemos ignorar o surgimento de nossa preocupação em relação ao constrangimento que nossa proximidade com o CRAS poderia causar a essas mulheres durante as conversas e entrevistas, para além da possível associação da pesquisa a uma “investigação” por parte do CRAS. Dessa forma, consideramos a possibilidade de estabelecermos nosso contato com as sujeitas da forma mais independente possível do CRAS enfatizando, inclusive, a independência da pesquisa em relação aos interesses do mesmo.

Reformulado então o caminho a ser traçado no campo, aguardamos o aceite do Comitê de Ética em Pesquisa, e com sua aprovação (Anexo C) iniciamos a nossa entrada no campo.

²⁷ Com os cortes orçamentários no Programa Renda Cidadã, as reuniões socioeducativas deixaram de ser vinculadas ao Programa e foram substituídas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), sendo este um dos serviços da Proteção Social Básica ofertado pelo CRAS.

²⁸ Como se referem às pessoas que recorrem aos serviços sociais.

2.2. Método

Tratamos aqui de uma realidade social constituída por experiências particulares e coletivas que expressam determinações e contradições que se cruzam na experiência histórica. Dessa forma, lançamos mão do método dialético, porém, procurando nos distanciar de sua leitura baseada em cristalizações, em fórmulas prontas que tiram deste método justamente uma de suas principais características: o movimento. Ao falarmos da apreensão da realidade social, compreendemos sua dinamicidade e também historicidade, duas características que não comportam a fixidez, coisas acabadas, mas sim processos constantes.

Sendo assim, o método precisa alcançar o movimento real (FREITAS, 2015), movimento este que no caso de nossa pesquisa, corresponde a situações objetivas (condições sociais e de trabalho precárias, situações de cerceamento de direitos...), que por sua vez, devem ser contextualizadas no processo histórico de formação da sociedade brasileira, mas que, além disso, são mediadas por condições de gênero, raciais, econômicas e sociais que acabam trazendo particularidades ao longo desse processo, inclusive na própria visão de mundo dessas sujeitas. Trata-se do exercício de negação do que nos é aparente para então chegarmos na essência (NETTO, 2011). Ou seja, ainda que haja um processo de subalternização imposto por uma lógica dominante que passa também por uma via institucional, há um tensionamento, uma vez que, as pessoas carregam consigo suas identidades, experiências e visões de mundo que exigem assim um processo de "negociação" com a lógica dominante.

A dinâmica entre “mudança” e “manutenção” de uma determinada visão de mundo vai depender da forma como as forças sociais conflitantes se confrontam e sustentam seus interesses, ou seja, é a dinâmica da história que se exprime na intervenção de uma enorme multiplicidade de seres humanos no processo histórico, na linha do avanço ou atraso de uma mudança social significativa (MÉSZÁROS, 2007). Nem um aspecto e nem outro podem ser considerados passivos, uma vez que contam com um complexo processo constituído por incontáveis concepções particulares.

Realizamos uma pesquisa qualitativa, uma vez que o tema em questão está dentro da realidade social, dentro da produção humana e suas relações, e sendo assim, incompatível a métodos que criam modelos abstratos ou tentam descrever e

explicar fenômenos que produzem regularidades. De acordo com Minayo (2006 apud MINAYO, 2009 p.22)

[...] a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados. Esse nível de realidade não é visível, precisa ser exposta e interpretada, em primeira instância, pelos próprios pesquisados.

É sobre um universo de significados, valores, crenças, motivos e atitudes. Tudo isso corresponde a relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos apenas a operações variáveis (LARA; MOLINA, 2011). Também trata-se de uma pesquisa de caráter quantitativo, uma vez que contamos com dados mensuráveis como os estatísticos e os demográficos.

Adotamos a observação participante como fundamental para o estabelecimento de uma relação direta com as interlocutoras, de modo a permitir inclusive conversas informais e acompanhamento da rotina do bairro e do próprio CRAS. Dessa forma, centramos as observações em nossas passagens pelo CRAS, caminhadas pelo bairro e visitas domiciliares.

Nossa chegada até o bairro sempre foi de ônibus, e quase sempre descíamos em frente ao CRAS, e nos dias que tínhamos entrevistas, nos locomovíamos a pé pelo bairro. A primeira vez estivemos na companhia de Marli, uma das entrevistadas; já das outras vezes, circulamos sozinhas pelo bairro e em uma delas na companhia de uma moradora já conhecida. As idas a campo eram sempre durante o dia, e no meio da semana. Na maioria das vezes passávamos no CRAS primeiro, conversávamos com as funcionárias e observávamos o movimento, ou então só deixávamos nossa marmita ou algum pertence que não fosse necessário durante a caminhada.

As observações participantes iniciais propiciaram um melhor planejamento das entrevistas, pois:

Na medida em que convive com o grupo, o observador pode tirar de seu roteiro questões que percebe serem irrelevantes do ponto de vista dos interlocutores; consegue também compreender aspectos que vão aflorando aos poucos, situação impossível para um pesquisador que trabalha com questionários fechados e antecipadamente padronizados. (MINAYO, 2009, p. 70)

Realizamos como instrumento de pesquisa, a técnica de “História de vida” a fim de melhor compreendermos os processos que vieram a constituir as realidades objetivas e subjetivas das interlocutoras da presente pesquisa, bem como também de

possibilitar que elas fossem as narradoras de suas trajetórias. Apesar de a técnica priorizar a espontaneidade dos relatos, elaboramos um pequeno roteiro (Apêndice B) a fim de garantir que a conversa pudesse contemplar os objetivos da pesquisa:

[...] a estratégia da história de vida é tida também, como instrumento valioso à compreensão de como os sujeitos representam os acontecimentos e os fenômenos sociais, históricos e culturais, com a finalidade de refletir sobre a própria vivência ativa (ou não) captando aspectos das experiências individuais e grupais. (LAVILLE; DIONE, 1999 apud BURGER; VITURI, 2013, p.05)

Antes de cada entrevista, lemos juntamente com as entrevistadas o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo que o mesmo foi assinado por elas e por nós (Anexo B).

Em decorrência da viabilidade e da relevância inicial, com uma das entrevistadas foram realizadas duas entrevistas sequenciais²⁹. As entrevistas foram quase todas realizadas nas residências das interlocutoras, com exceção de Marli que optou por ser entrevistada na praça onde fica a academia ao ar livre.

Já as conversas informais com os demais moradores do bairro, ou mesmo com funcionários do CRAS, ocorreram durante nossas caminhadas pelo bairro, nas passagens pelo CRAS ou mesmo no ônibus a caminho do bairro.

Para a técnica de “História de Vida”, apoiamo-nos na utilização do gravador – cujo uso foi previamente permitido pelas entrevistadas – sendo os áudios posteriormente transcritos. Como técnica complementar, também utilizamos o diário de campo onde registramos as descrições e observações acerca das situações de campo, das entrevistas, das interlocutoras, os relacionamentos estabelecidos, os locais dos encontros e as conversas informais.

A análise dos dados foi realizada desde o momento de acesso a eles através de um processo sistemático, estabelecendo assim a compreensão e buscando a ampliação do conhecimento acerca do assunto da pesquisa, lançando mão da técnica de análise de conteúdo que segundo Bardin (1979 apud CAPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003) abarca as iniciativas de explicação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, a fim de permitir a inferência de conhecimentos relativos

²⁹ Sofia foi entrevistada por duas vezes, sendo que na primeira vez esteve presente Marli, e na ocasião a entrevista assumiu um tom mais informal, um bate papo com perguntas mais abertas, com discussões das próprias moradoras. Falamos sobre a história do bairro, pois Sofia foi apresentada com uma das moradoras mais antigas ali. Já na segunda ocasião, apenas com a presença da entrevistada e da pesquisadora, a entrevista seguiu o roteiro programado.

às condições de produção e recepção dessas mensagens (quem as emitiu, em qual contexto e/ou qual efeito pretende causar através delas). Nesse sentido, não se trata de uma leitura “normal”, mas de uma leitura que vise diferentes significados de natureza psicológica, sociológica, política, histórica dentre outros.

Segundo Minayo (2010), os processos de explicação, sistematização e expressão são organizados em três etapas:

- Pré-análise: momento em que ocorre a escolha dos documentos a serem analisados, a retomada das hipóteses e objetivos iniciais da pesquisa e a elaboração de indicadores que orientarão a interpretação final
- Exploração do material: que envolve procedimentos de recorte, classificação, contagem e enumeração seguindo determinados critérios.
- Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: nessa fase são propostas as inferências e realizadas suas interpretações de acordo com o quadro teórico e os objetivos propostos, mas também podem ser identificadas novas dimensões teóricas sugeridas pela leitura do material.

As entrevistas foram integralmente transcritas e quanto aos trechos citados, foram mantidas todas as expressões e até mesmo os “erros” de português comuns a linguagem oral, cabendo correções somente quando comprometiam o sentido da mensagem.

Também coletamos documentos formais (mapas e relatórios) e arquivos digitalizados de jornais, sendo a maior parte destes documentos a respeito da organização do bairro³⁰. Também buscamos informações em sites, blogs e redes sociais.

3. Sujeitas da pesquisa

Devido às mudanças no CRAS, os critérios de seleção das interlocutoras também tiveram que ser modificados. Enquanto ainda contávamos com as reuniões

³⁰ Além do próprio CRAS, a Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano, a Coordenadoria de Habitação, o Arquivo da Câmara Municipal e o Arquivo Histórico Municipal, também nos forneceram informações não somente documentadas como também através de conversas informais que não foram gravadas, mas sistematicamente registradas no Diário de Campo.

do Renda Cidadã, havíamos optado pela média de quatro mulheres a serem entrevistadas e dentre essas, preferencialmente, as que morassem no bairro há mais tempo. Dessa forma, no que dizia respeito as mulheres que frequentavam as reuniões do Renda Cidadã, havíamos estabelecido como critério para serem entrevistadas aquelas que recebessem o benefício há no mínimo um ano, e no que se referia a estas e às demais, que tivessem um tempo mínimo de três anos de residência no bairro. E por fim, no caso de haver um número maior do que quatro mulheres interessadas em fazerem parte da pesquisa, a escolha seria feita de forma aleatória, através de sorteio.

Com o fim das reuniões socioeducativas, o recorte das entrevistadas teve que ser modificado e adequado à presente realidade, no que diz respeito à relação das mulheres com o CRAS. Já não havia mais a possibilidade de mantermos os critérios anteriores, sobretudo os que se relacionavam com o Programa Renda Cidadã. Por outro lado, o recorte já não ficaria mais limitado às relações, possivelmente, pautadas pela condicionalidade do programa, tendo em vista o fato de que enquanto beneficiárias tinham que frequentar as reuniões no CRAS. A partir deste momento, o único critério que assumimos então para a escolha das entrevistadas foi o de que fossem no máximo quatro mulheres, e que estivessem estabelecido algum tipo de contato com o CRAS, independentemente do tipo de atendimento.

Nossa primeira escolha, como colocado anteriormente, surgiu de uma sugestão da própria equipe do CRAS, mais especificamente de umas das funcionárias que sabia inclusive que conhecíamos a possível interlocutora. Concordamos que seria uma boa referência, pelos motivos já citados anteriormente (antiga moradora, conhece o CRAS há um tempo...) e uma ótima ponte até outras mulheres, por ser uma figura bastante conhecida no bairro. Tratava-se de Marli.

Sendo assim, pelo menos o primeiro contato com Marli foi feito através do CRAS Hortências, pois somente esta instituição tinha, a princípio, o contato da mesma e por uma questão de ética decidimos que a ligação seria feita na unidade, para que assim não nos fosse fornecido o contato da usuária sem sua permissão. Dessa forma, a ligação foi feita por uma das funcionárias na presença da pesquisadora. Foram três tentativas, mas o número constava como não existente. Dada a impossibilidade de retornarmos ao CRAS ainda naquela semana, e a necessidade de se ganhar tempo, concordamos que o convite seria feito pessoalmente a Marli através da ida de uma das funcionárias do CRAS a sua residência em um dia de visita.

Na semana seguinte, recebemos a ligação do CRAS nos informando que Marli estava lá e que queria saber quando poderíamos conversar pessoalmente. Combinamos então o horário e o local que foram decididos conforme a preferência da mesma: no CRAS por volta das 09h30. Com o aceite da interlocutora, e assinatura do TCLE (Anexo A) iniciamos nossa conversa. Falamos sobre a pesquisa anterior, na qual Marli chegou a intermediar pelo menos um contato para a pesquisadora, e sobre isso, conversamos a respeito do desfecho da pesquisa o que foi fundamental para que ela entendesse melhor os objetivos do trabalho atual, e o porquê de termos pensado nela enquanto possível sujeita da pesquisa.

Buscando seguir a proposta de nos distanciarmos do CRAS – tentando assim evitar nossa associação ao mesmo, e também o constrangimento por parte das mulheres por ser ele o nosso assunto – sugerimos à Marli, que nos apresentasse o bairro enquanto conversássemos, dessa forma, passamos a manter uma relação fora da unidade do CRAS. Também sugerimos que ela nos apresentasse algumas pessoas que considerasse importante, de acordo com o objetivo da pesquisa, e com isso retiramos do CRAS a intermediação para o acesso as mulheres entrevistadas. Dessa forma, foi Marli quem nos apresentou cada uma das entrevistadas enquanto caminhávamos pelo bairro. Além das mulheres entrevistadas, foi neste contexto também de incursões pelo bairro com a moradora, que nos foram proporcionados encontros com outras interlocutoras, com as quais estabelecemos longas conversas sobre diversos assuntos.

A esta forma de nos colocarmos em contato com possíveis sujeitas da pesquisa através de cadeias de relações, é chamada de “Bola de Neve”, definida como “[...] uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência.” (VINUTO, 2014, p.203). De acordo com essa técnica, lança-se mão de informantes-chave, também chamados de “sementes”, que através de suas redes de relações indicam pessoas segundo os critérios desejados, e que também podem fazer outras indicações. Dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer, se for do interesse do pesquisador (VINUTO, 2014).

No caso da presente pesquisa, a técnica se fez interessante não pela possibilidade de ampliação da amostragem – já que havíamos fechado nossas entrevistas com no máximo quatro mulheres, dado a possível complexidade de análises –, mas pela oportunidade de nos colocarmos em contato com pessoas que desconhecíamos e em contextos e encontros distintos, o que nos permitiu explorar

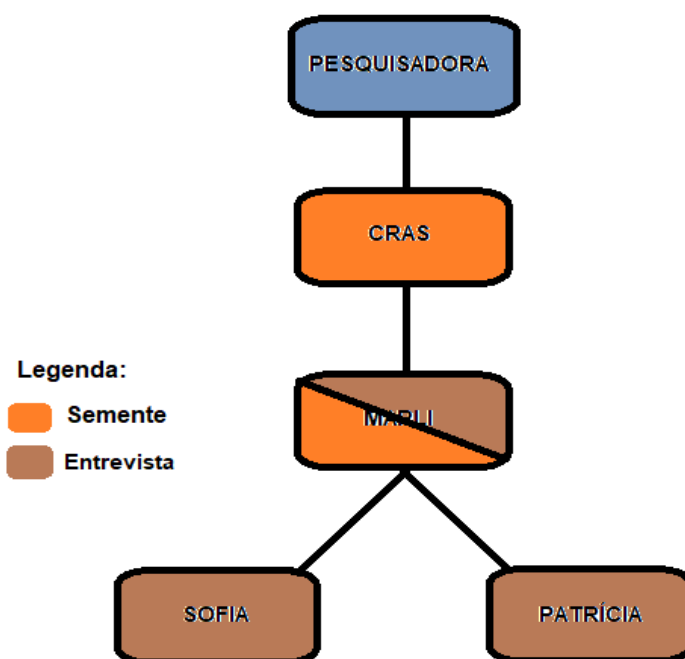
tanto a técnica de entrevistas, como também a técnica de observação participante. Além disso, outra vantagem também quanto à esta técnica é a respeito da relação de confiança que pode ser estabelecida entre os sujeitos e pesquisadores.

[...] a grande vantagem dessa forma de amostragem é o fato dos entrevistados serem recrutados a partir da relação pessoal das pessoas dispostas a indicar contatos, o que pode emprestar confiabilidade ao entrevistador [...] (VINUTO, 2014, p. 208)

Por outro lado, o fato desses contatos pertencerem a determinadas redes pessoais, pode fazer com que as narrativas não sejam tão diversas (VINUTO, 2014). Porém, no caso de nossa pesquisa, apesar de acabarmos contando com entrevistas de mãe e filha por exemplo, as narrativas se diversificaram à medida que suas impressões estiveram pautadas em suas trajetórias de vidas que não foram as mesmas e, portanto, trouxeram suas particularidades.

Marli, foi nossa primeira entrevistada, sendo indicada pelo CRAS. Já através de Marli chegamos à Sofia e Patrícia, e demais interlocutoras com as quais tivemos conversas informais. Baseados na técnica Bola de Neve podemos explicitar a cadeia de relações da pesquisa conforme a figura abaixo.

Figura 4. Contatos para entrevista a partir do método bola de neve



Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras.

As mulheres entrevistadas assim caracterizam-se:

Marli

Idade: 60 anos

Estado civil: Viúva

Número de filhos (sexo e idade): 3 filhos. F 45 anos; M 30 anos; M 26 anos

Escolaridade: 9º ano do Ensino Fundamental

Profissão: cuidadora

Identidade racial (como se autodeclara): negra

Identidade de gênero (como se autodeclara): mulher

Composição familiar (quantidade de moradores na residência e grau de parentesco):
2 pessoas. Neta

Há quanto tempo mora no bairro: 18 anos

Primeira vez que esteve no CRAS: 2005

Marli veio do norte de Minas por conta da transferência do pai que trabalhava em ferrovia. Casou-se aos 13 anos com um rapaz de 17 anos. Morou em outros dois bairros e só depois mudou-se para o bairro Parque das Hortências.

É a nossa entrevistada mais falante e desinibida, não à toa que é uma figura bastante conhecida no bairro e por onde passa é cumprimentada. Ao longo de nossas caminhadas sempre tinha assunto com as pessoas que encontrávamos pelo caminho, as vezes em que passávamos em sua casa, quase sempre estava no quintal batendo papo com algum vizinho, e os assuntos eram os mais variados: família, algo que ocorreu com um conhecido ali do bairro, convite para alguma atividade, informação a respeito de algum serviço público ou algum favor solicitado.

Ela se sente muito à vontade para falar sobre as questões do bairro, é uma das mais ativas e está sempre relatando sobre as benfeitorias que conseguiu para o território. Também conhece as histórias de muitos dos moradores dali e a maioria relatada envolvia o tráfico de drogas, assunto este, que também perpassa a história de sua vida, mais especificamente de seu filho e neto.

A religião também é um assunto bastante presente, *“Tem oito anos que mergulhei nas águas!”*. Marli era Católica e relatou que depois de seu batismo na igreja Evangélica, parou de beber e agora limita-se a cerveja sem álcool. Ela frequenta nos dias de segunda, quarta, quinta, sexta e domingo a Igreja Universal que tem ali no

bairro, disse que não vai na terça porque o culto desse dia é muito parecido com o de segunda; já no sábado frequenta a Igreja do Centro. Às terças e quartas trabalha na prefeitura e, segundo ela, é secretária das secretárias do prefeito e sobre isso contou que pretendia sair durante a gestão do prefeito anterior, mas que ao comunicá-lo, ele lhe informou que já havia renovado sua carteira, mas ela disse que foi bom, que via tudo que ele fazia e assim não permitia que ele acabasse com o Hortências “dela”.

Sobre o CRAS, dentre as entrevistadas, é a que possui um maior vínculo com o mesmo. Frequentou oficinas de artesanato e as reuniões socioeducativas, além disso também fez parte da “Frente de trabalho”, programa promovido pela instituição junto a prefeitura. Disse que a chegada do CRAS foi uma luta de todos, que não imagina o bairro sem ele e que todo mundo o frequenta.

Sofia

Idade: 66 anos

Estado civil: solteira

Número de filhos (sexo e idade): 9 filhos, sendo 7 vivos e 2 falecidos. M 26 anos; M 25 anos; F 24 anos; F 32 anos; M 40 anos; M 38 anos; F 42 anos

Escolaridade: nenhuma

Profissão: aposentada (trabalhadora rural)

Identidade racial (como se autodeclara): parda

Identidade de gênero (como se autodeclara): mulher

Composição familiar (quantidade de moradores na residência e grau de parentesco): 5 pessoas. Companheiro, filho e duas netas

Há quanto tempo mora no bairro: 23 anos

Primeira vez que esteve no CRAS: Logo no início de seu funcionamento, não precisou o ano

Sofia veio de Maceió, município do estado de Alagoas. Grávida, com o companheiro e mais três crianças, conta que vieram “*sem dinheiro, sem nada, pegando carona*”. Chegaram até Campinas, onde arrumaram algumas roupas, em seguida chegaram em Araraquara quase pedindo esmola, até que Sofia e seu marido arrumaram um emprego na usina Santa Cruz.

Sofia é uma senhora bastante discreta, tem uma fala serena e dificilmente aumenta o tom da voz ao longo da conversa. Sempre iniciava sua fala um pouco

tímida, mas com o passar do tempo já não se importava mais em dividir suas dores, fossem elas físicas ou emocionais. Aposentada, deixou de trabalhar na roça há pouco tempo por conta das fortes dores nas pernas e problema de pressão. Mas sempre se dizia incomodada por ter que ficar em casa.

Difícilmente esboçava um sorriso, mas facilmente se emocionava principalmente quando o assunto era uma de suas netas. Sofia tem duas netas que moram com ela: uma de sete anos e outra de quatro anos. A mais velha, segundo ela, é um grude com ela e com o avô e tamanho apego muito impressiona dona Sofia. Ela disse que embora o filho tenha sua própria casa nos fundos da dela, a menina quase não fica lá preferindo ficar com os avôs. “*Engraçado, né?!*” O filho é separado da mãe das meninas e conquistou a guarda recentemente, mas elas já moram com ele há algum tempo.

Sobre o CRAS, pouco foi o seu contato até recentemente, quando o mesmo foi fundamental para seu reencontro com os filhos e também para o desenrolar de uma situação difícil com seu irmão. Por conta desses dois episódios se diz agradecida ao CRAS.

Patrícia

Idade: 45 anos

Estado civil: solteira

Número de filhos (sexo e idade): 7 filhos. F 28 anos; F 25 anos; F 20 anos; M 30 anos; M 23 anos; M 15 anos; M 14 anos

Escolaridade: 8º ano do Ensino Fundamental

Profissão: do lar, cozinheira

Identidade racial (como se autodeclara): negra

Identidade de gênero (como se autodeclara): mulher

Composição familiar (quantidade de moradores na residência e grau de parentesco): 9 pessoas. Companheiro, três filhos e quatro netos

Há quanto tempo mora no bairro: 18 anos

Primeira vez que esteve no CRAS: 2005

Patrícia nasceu em Araraquara, veio para o Hortências com vinte e poucos anos após perder a casa em um incêndio. Sobre isso contou que ela e as crianças só

ficaram com as roupas do corpo e o seu RG que estava no bolso da calça. Na época ela tinha cinco filhos. Ficaram alguns dias na casa transitória³¹ e quando não puderam mais permanecer por lá, foram acolhidos por sua tia que na época foi embora com o marido deixando a casa para Patrícia, sua mãe, filhos e os dois irmãos.

Trabalhou como doméstica, depois como faxineira em uma creche e posteriormente em uma área de lazer em outro bairro, todos através da “Frente de Trabalho”. Hoje trabalha como voluntária em uma das creches do bairro.

Patrícia é o oposto de sua mãe Marli. Tímida e mais fechada, pouco se aprofunda nos assuntos.

Frequenta a mesma igreja que a mãe, apesar de ter uma bem mais próxima de sua casa. Disse que naquela igreja mais próxima, as pessoas não são receptivas: “*Se quiser ser tratada bem é só encostar com um carrão lá.*”

Sobre o CRAS, frequentou durante um tempo, mas se afastou por achar que “*não vira mais nada*” além disso, se afastou também por conta de quase ter perdido a guarda dos filhos por conta de uma denúncia que partiu do CRAS junto ao posto de saúde.

³¹ Casa de acolhimento temporária, voltada para pessoas em situação de rua e/ou aqueles que por algum motivo não têm onde ficar.

CAPÍTULO 2. O CRAS: UMA POLÍTICA TERRITORIALIZADA

Iniciamos esse capítulo com uma análise breve de como se deu historicamente a relação entre o Estado e as demandas sociais, vindas dos processos de urbanização, e como esse quadro mais geral está colocado na realidade das mulheres do Parque das Hortências a partir do que relatam sobre o mesmo. Qual a dinâmica do bairro? Qual o histórico de mobilizações? Quais os sentidos que o bairro tem para as moradoras?

Em seguida, discutimos sobre o processo de redemocratização e consequentemente descentralização e valorização do poder local através da municipalização, e em contrapartida, a ofensiva neoliberal com a lógica do Estado mínimo e investimentos focalizados ignorando assim especificidades culturais e sociais promovendo a centralização das ações. Dentro deste contexto, visamos compreender o surgimento da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993 que, por sua vez, ganhou concretude através da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) aprovada em 2004 e que corroborou na construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, materializando a LOAS através dos equipamentos como Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

E por fim, trazemos a chegada do CRAS até o bairro e a particularidade do mesmo naquele território.

1. Questão social e território

Impulsionado pelo processo de mudanças econômicas globais e pela estagnação ou transformação das áreas rurais, o processo de migração dos trabalhadores rurais para as cidades, em busca de novas oportunidades, intensificou o processo de desenvolvimento urbano, principalmente após os anos de 1950. Dessa forma, esse contingente de trabalhadores rurais passou a constituir a força de trabalho predominante nos grandes centros urbanos, aumentando demandas dos serviços de infraestrutura, ao mesmo tempo que elevava e acelerava as proporções de moradia em condições inadequadas. A partir daí surgiram então as favelas e os bairros periféricos, além de novas formas de organização e estrutura de poder que se materializam nos movimentos sociais urbanos, cuja mobilização se dava em torno de

uma série de questões, dentre as quais: “[...] habitação, meios de transporte público, educação, saúde, cultura e lazer, creches, saneamento, fornecimento de água, luz e gás e etc” (PERRUSO, 2012, p.34). Tais movimentos mostraram-se ser uma nova via de resistência e mobilizações, principalmente durante os períodos de repressão aos canais tradicionais de articulação política, como os partidos políticos e sindicatos.

De acordo com Gohn (1985), é importante observar que embora o contexto autoritário com uma política repressiva, tenha sido um grande impulsionador do processo de aglutinação dos interesses populares fragmentados e dispersos, ele não foi o único fator responsável pela emergência de tais movimentos reivindicatórios. Como bem lembra a autora, o conteúdo destes movimentos não são novidade na historiografia brasileira³², o que o diferencia na verdade, ainda segundo a mesma, é o que essas lutas representaram e representam para a reprodução da força de trabalho – portanto para o ciclo de acumulação – e a sua forma de desenvolvimento e manifestação na sociedade.

De fato, a industrialização brasileira e o adensamento das classes populares no meio urbano vieram a exigir das cidades uma série de condições que as mesmas não possuíam. Estas condições estão relacionadas com a aglutinação da rede de produção, circulação e consumo no meio urbano, assim como a própria alocação da força de trabalho nesse meio. A cidade passou a ser o ponto de concentração dos meios de produção, reprodução da força de trabalho e dos meios coletivos de consumo. (GOHN, 1985, p. 75)

Com o advento da industrialização, o papel do Estado é alterado mediante a redefinição de suas funções no processo de acumulação. Neste cenário, ele passa a ter que responder às pressões populares e ao mesmo tempo criar condições para a produção do capital.

Diante disso, surgiu uma gama de formas de lutas e resistências cujas trajetórias e formulações variavam com a conjuntura política e econômica podendo inclusive aparecer “[...] isolada e inoperante durante longos períodos para de repente convergir em amplas correntes de oposição, aproveitando possíveis fissuras do sistema dominante.” (EVERS; MULLER-PLANTENBERG; SPESSART, 1985, p. 111).

O Estado se preocupava em consolidar as atividades produtivas, mas omitia-se ao tratar das necessidades mais imediatas da população. Neste contexto, surgem

³² A autora cita as manifestações populares em São Paulo, na década de 20, a existência de associações comunitária em Belo Horizonte no ano de 1905, o importante papel das Sociedades Amigos de Bairro em São Paulo na década de 30 e ainda as manifestações pelo transporte e custo de vida na década de 50.

então as primeiras Associações Amigos de Bairro visando mobilizar os moradores em busca de melhorias para o bairro. Essas Associações são estimuladas pelo esquema político do populismo que sustentava assim uma participação controlada das classes populares. Esta forma de organização vai se consolidando até surgirem as Sociedades Amigas de Bairro (SAB's) que a partir de 1950 apresentará um crescimento quantitativo elevado, tornando-se assim um importante espaço de reivindicação (NUNES; JACOBI, 1985).

Em 1964, com as mudanças político-institucionais, as SAB's sofrem reformulações significativas, perdendo seu caráter reivindicatório tornando-se uma mediação burocratizada e conseqüentemente, com a instauração do AI-5, sofre um esvaziamento significativo. Neste período, a Igreja, a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e outros agentes pastorais, passa a desenvolver um trabalho que, naquele contexto, torna-se praticamente a única alternativa de participação das classes populares, multiplicando-se pela região metropolitana a partir de começos da década de 1970.

Ao ser colocada em segundo plano dentro dessa política em vigência, a população de baixa renda vê sua situação se alarmar com a triplicação do número de favelas, deterioração do sistema de transporte, crescimento da especulação imobiliária, redução do acesso à alimentação básica, e também com o colapso da educação, saúde e demais serviços sociais (CABRAL; SÁ, 2009). Este cenário, junto ao esgotamento do modelo econômico, fará com que o governo não consiga mais conter a insatisfação dos amplos setores da sociedade levando a emergir, a partir de 1973, movimentos populares que agora estarão apoiados numa solidariedade mútua em torno das reivindicações urbanas (PERRUSO, 2012).

Com a vitória da oposição em 1974 em um cenário de crise de legitimidade do regime e fim do período de milagre econômico, houveram mudanças na postura de setores liberais, com a luta pela volta do Estado de Direito e o início do debate acerca dos Direitos Humanos. Houve também um acirramento das condições de vida nos grandes conglomerados com o aprofundamento de novos problemas e reivindicações.

De acordo com Nunes e Jacobi (1985), neste momento os movimentos sociais pautados agora numa autonomia passam a terem como eixo determinante as lutas em relação ao crescente processo de exclusão dos benefícios da urbanização, imposto pelo Estado, em decorrência de sua orientação excludente da política de investimentos públicos. A partir de 1976-1977 estes movimentos se multiplicam e as

lutas se dão em torno da regulação de loteamentos clandestinos, serviço de água e esgoto, transportes, creches, postos de saúde e por fim, em torno “dos favelados” (NUNES; JACOBI, 1985).

Além disso, passou-se a reivindicar também a criação de espaços de participação, a fim de que a sociedade civil pudesse canalizar suas demandas e influir nos processos de políticas públicas visando assim, o enfretamento das questões sociais tão caras à população, sobretudo, de baixa renda. Tal reivindicação foi encaminhada para a Assembleia Constituinte em forma de um manifesto contendo mais de quatrocentas mil assinaturas (ROCHA, 2008). Promulgada em 1988, a Constituição brasileira acabou aderindo a grande parte das reivindicações do movimento de “Participação Popular na Constituinte” institucionalizando assim, várias formas de participação da sociedade na vida do Estado. “[...] a nova Carta Magna ficou conhecida como a “Constituição Cidadã” pelo fato de, entre outros avanços, ter incluído em seu âmbito mecanismos de participação no processo decisório federal e local.” (ROCHA, 2008, p. 136).

Dentro deste contexto de efervescência das lutas sociais, processo de redemocratização e, um pouco mais tarde, a emergência da Constituinte, mais especificamente a partir dos anos 80, começam a surgir em meio à produção intelectual³³, uma nova leitura acerca dos movimentos sociais, especialmente no que diz respeito à relação do Estado e a população.

Nas décadas de 1970 e 1980, o que se buscou foi compreender a atuação dos novos e velhos movimentos sociais, no contexto da redemocratização. Dentro deste debate, duas posições se opunham: aqueles que celebravam os movimentos, mas sustentavam a descrença em sua eficácia política em direção a luta pelo Estado de Direito, e aqueles que reconhecia nos movimentos o “alargamento” das práticas políticas retirando-as dos limites das vias tradicionais e institucionalizadas, e sobretudo dando legitimidade aos conflitos na esfera da sociedade (PAOLI, 1995 apud SZWAKO, 2009).

A partir deste debate, mais especificamente deste último enfoque, ao retomarem as análises desses cenários, a participação popular deixa de ser pensada em termos de grupos meramente integrados ou excluídos, para dar lugar à concepção de movimentos gerados por contradições da própria sociedade. “A noção de

³³ Gohn (1985) adverte que essas produções não se restringiram ao contexto acadêmico, também surgiram a partir dos próprios movimentos populares ou de organismos criados para assessorá-los.

participação social passa a ser pensada como sinônimo de lutas sociais.” (GOHN, 1985, p. 29). Neste novo enfoque³⁴, a questão da participação popular no urbano não se restringe a incorporação de segmentos socioeconômicos ou sob a ótica do Estado, mas como parte das relações entre as classes (KOWARICK, 1980 apud GOHN, 1985).

Durante boa parte dos anos de 1990, as potencialidades contidas nas performances dos movimentos sociais e na própria dinâmica sociopolítica brasileira permitiam falar da política como construção conflituosa e historicamente possível. Nestes termos, a noção de política implicava em pensar que atores sociais, mesmo em posições estruturalmente desiguais, através do reconhecimento do conflito podiam construir uma “medida comum” que expressaria a criação de novos direitos. Tal concepção otimista era baseada na observação de um conjunto de experiências concretas como o chamado “acordo das montadoras” que fez parte do advento das câmaras setoriais³⁵ – mais especificamente sua terceira tentativa de implantação – que para Oliveira (1993 apud SZWAKO, 2009) era a construção pactuada de esferas públicas, aonde interesses distintos podiam ser negociados com alguma transparência e sobretudo, representava para o autor a “publicização do conflito”, ou seja, a construção de espaços públicos aonde não deveria reinar a harmonia, mas a reafirmação dos interesses de cada um sem que o acaso ou o mercado resolvessem. De acordo com Telles (2001) as práticas de representação e interlocução pública também puderam ser observadas em outros contextos

[...] nos anos 90, multiplicaram-se organizações de defesa dos direitos humanos e de luta contra formas diversas de discriminação e racismo; as lutas em defesa da crianças e adolescentes desdobram-se na implantação de conselhos de direitos e conselhos tutelares, e movimentos sociais se constituíram em interlocutores constantes nas Secretarias Sociais (TELLES, 2001, p. 07).

³⁴ Gohn (1985) cita trabalhos de J. A. Moisés (1978) que analisam a greve dos 300 mil em São Paulo, em 1958; F.C. Wefort (1968) que analisa as greves operárias de Osasco e Contagem; L. F. Kowarick (1980) que analisa a participação popular no meio urbano como parte das relações de classe, dentre outros.

³⁵ Organismos que agregam três grupos: representantes do governo; representantes dos empresários e representantes dos trabalhadores. Trata-se de um instrumento regulador de conflitos e definidor de políticas públicas. Surgiu durante o governo Sarney com o intuito de promover o controle de preços e salários e de reforçar a política econômica vigente. Nessa primeira versão, consistia em um fórum desprovido de qualquer poder decisório fornecendo apenas sugestões ao Executivo. A segunda versão ocorreu devido ao descongelamento dos preços durante o Plano Collor II, porém, mais uma vez fracassou sendo esvaziados. Já a terceira versão foi bem-sucedida; foi fruto da crise que se abateu sobre a indústria automobilística, entre final de 1991 e início de 1992, e dessa vez tinha poder decisório, o que possibilitou aos trabalhadores, pela primeira vez na história do Brasil, influir na formação da política industrial (GALVÃO, 1998).

A autora também cita os diversos fóruns públicos que discutiam questões como direitos humanos, raça e gênero, cultura, meio ambiente, moradia, saúde proteção à criança e ao adolescente. Ainda existiam os fóruns que discutiam políticas sociais alternativas, para a construção de moradia popular com a participação da população, de empresários da construção civil, profissionais liberais e representantes governamentais; também haviam os fóruns que discutiam medidas efetivas contra a discriminação racial ou de gênero; Organizações não Governamentais (ONG's), grupos de defesa dos direitos humanos e até mesmo sindicatos que se mobilizavam entorno de programas de intervenção junto as crianças de rua, buscando assim alternativas que fugissem da polaridade entre tutela e repressão, tão características da ação pública já naquela época; e também haviam fóruns sindicais ou políticos onde empresários e/ou representantes de governos locais junto aos sindicatos, discutiam alternativas contra o desemprego.

Porém, se os anos de 1980 e 1990 trouxeram essas novas compreensões, onde os movimentos e o esboço dos espaços públicos, e de direitos universalizados surgiram mostrando uma nova figura da capacidade política, em contrapartida, a ofensiva neoliberal – liderada e imposta por organizações multilaterais dentre as quais se destacam o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial – fez cair por terra o vislumbamento de um horizonte que tinha a participação popular enquanto uma forma de fazer política. Neste novo contexto, esses mesmos movimentos sociais e seu protagonismo são invadidos pela expansão dos interesses privados do mercado. A partir daí, novas formas de participação são implementadas, agora voltadas para uma lógica privada e de mercado.

Colocam-se, claramente, frente a frente, dois projetos societários: o primeiro pautado na perspectiva da universalização de direitos de constituição de esferas públicas fortalecidas por participação societária para controle social sobre as ações estatais e, o segundo, precursor do Estado mínimo, da participação consultiva e adesista, das políticas públicas focalizadas sobre os mais pobres, da cidadania de resultados. (PEREIRA, 2010, p.195)

De acordo com Paoli (2007), na década de 1990, em seus meados mais especificamente, a integração política e social dos habitantes se distanciava dos padrões universais de civilidade e cidadania, e no âmbito da continuidade das promessas e dos projetos de modernidade a figura desses sujeitos passou a aparecer

como algo apenas relativamente tolerada. Diante disto, os espaços de participação passam a serem vistos enquanto espaços esvaziados, inclusive de sua lógica pública.

As consequências para a política não poderiam ser mais devastadoras. A relação entre classe, interesses e representação foi para o espaço; a possibilidade da formação de consensos tornou-se uma quimera, mas, num sentido intensamente dramático, isso não é o anúncio do dissenso³⁶ e não gera política. As relações são difusas e indeterminadas. (OLIVEIRA, 2007, p. 38)

A destituição das mediações políticas entre o mundo social e as esferas públicas as descaracterizou enquanto esfera de explicitação dos conflitos, o que, para Telles (2001), muda tudo em relação à questão social. Segundo a autora, diante deste quadro, há um deslocamento da pobreza enquanto questão e figuração pública, de um lugar politicamente construído – lugar da ação, da intervenção, da invenção, da crítica, do dissenso – para o lugar da não-política, da administração técnica ou gerida por práticas filantrópicas.

Através de sua análise sobre a produção de habitação, Paoli (2007) identifica novos modos de gestão, produção e intervenção indireta do Estado no território da cidade através de técnicos, assessorias e ONG's que, segundo a autora suprimem e esvaziam formas autônomas e espontâneas de agir da população. Ainda segundo a autora, as técnicas sociais de administração e controle têm suas bases na degradação dos espaços públicos tomadas pela lógica de mercado que acaba por predominar nos valores e direitos de cidadania. Dessa forma, as políticas públicas quando chegam até a população, chegam de modo fragmentado, limitado, gerido por uma lógica externa que não permite sua construção coletiva, junto à mesma.

É possível ver que o destacado lugar assumido hoje por políticas públicas e pela caridade privada, está juridicamente regulamentada e politicamente designada para operar na questão social brasileira, e, com algumas raras exceções, afastado da referência a direitos universalizados. Desse modo elas se apoiam na validade abstrata das suas próprias fórmulas de competência – não apenas no modo técnico de implantar as políticas sociais, mas também na arrogante presunção de que existe um saber especializado imune ao movimento da política. (PAOLI, 2007, p. 225).

³⁶ Dissenso é o que constitui a política, é a reclamação da parte dos que não têm parte, ou seja, é a imposição de uma agenda ao adversário de modo que esse seja obrigado a se mover ainda que para se desvencilhar da pauta imposta. É nesse intercâmbio desigual, que se dá o conflito, ou o jogo da política que ao superar o campo anteriormente demarcado, ou seja, ao superar a disputa, cria um novo campo, que é em si mesmo, uma nova qualidade dos atores políticos (OLIVEIRA, 2007).

Neste contexto, houve uma mudança do regime de governabilidade submetendo as políticas sociais à lógica das políticas econômicas. Segundo Lautier (2014), houve a “ultra focalização” (além da fragmentação) de políticas de combate à pobreza, ou seja, essas políticas passaram a serem dirigidas a públicos-alvo bastante precisos priorizando aqueles mais “visíveis” que tinham certo peso político, tais como mulheres, indígenas, crianças, etc. Os critérios variavam conforme a conveniência do momento, nas palavras do autor, tratava-se das “dimensões de moda” que por sua vez, acabavam por esquecer outras categorias (como por exemplo os trabalhadores idosos urbanos e mulheres chefes de família).

Ao final da década de 1990, essas políticas passaram a serem debatidas internacionalmente. A partir dos anos de 1997 e 1998, marcados pela crise asiática, uma nova mudança apontava agora para as políticas sociais como demonstração e legitimação dos efeitos da implantação da economia neoliberal. Entre o final dos anos 1990 e inícios dos anos 2000 algumas mudanças apontavam para expectativas a respeito da recuperação da tessitura e trama social (GEORGES; RISEK; CEBALLOS, 2014), e isso, não somente como horizonte, mas também como demanda. Tal quadro de reabilitação ajudaria a explicar a ascensão ao poder, no âmbito da América Latina, de governos reconhecidos como “de esquerda” que no caso do Brasil, correspondeu ao governo de Lula. Diante desta ascensão no quadro político, o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano produziram um contexto em que falar do “social” ganhava legitimidade. Assim nasciam os chamados “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ODM) que colocavam em pauta o engajamento dos países na redução da pobreza pela metade entre 2002 e 2004, ao mesmo tempo em que o cenário e contexto econômico permaneciam intocáveis (GEORGES; RISEK; CEBALLOS, 2014). Mas é importante salientarmos, que tal agenda de desenvolvimento acabou sendo substituída no ano de 2015, pelo agora “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (ODS) que traz junto às dimensões social e econômica, a dimensão ambiental se propondo assim, a expandir a influência de temas ambientais nos compromissos relacionados ao desenvolvimento humano³⁷ para além disso, importante destacarmos também que dentre os objetivos propostos nesta agenda estão: “Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” (BRASIL, p. 52, 2017) e

³⁷ Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram lançados no ano de 2000 com vistas a 2015, agora os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram lançados em 2015 com vistas a 2030.

“Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (BRASIL, p. 60, 2017)

Ainda segundo Lautier (2014), foi também no final dos anos de 1990 e inícios dos anos 2000 que mediante algumas críticas às políticas “ultra focalizadas”, houve uma mudança “tática de governo dos pobres” (LAUTIER, 2014, p. 468) em vários países latino-americanos³⁸. Ainda segundo o autor, essa mudança correspondeu à uma inflexão que substituiu “a luta contra a pobreza” pela “luta contra a vulnerabilidade”³⁹. Para Lautier, não se trata de uma política agora não moralizadora⁴⁰, tampouco de uma repolitização do debate. A moralização, a técnica e a despolitização seguiam inalteradas e distantes de qualquer crítica. Tratava-se tão somente da indicação da capacidade por parte das instituições internacionais, em elaborarem um discurso repleto de argumentos morais que legitimam aqueles que são adequados às técnicas da moda, em detrimento das técnicas anteriores fracassadas.

[...] a vulnerabilidade indica uma mudança de registro: passa-se da compaixão vitimizadora (o pobre que recebe ajuda) à atenção paternal (o vulnerável que é ajudado a se ajudar e que é protegido enquanto continua frágil). (LAUTIER, 2014, p. 468, grifos do autor)

Já para Feltran (2014), a “vulnerabilidade” vem representar um equacionamento quanto a um risco em potencial, à medida que engloba àqueles compreendidos como não passíveis à disciplinarização – não atendem a critérios morais e formais desejados – colocando em cheque a ordem pública.

Para o autor, os conflitos social e político a partir de 1990, em comparação aos anos de 1980 – pautados na perspectiva de integração dos trabalhadores pela aposta no assalariamento –, sofrem um deslocamento mediante à ascensão da criminalidade e à coexistência de diferentes “normas” que regulam a vida social. Embora o trabalho e os direitos continuem exercendo papéis centrais no mundo das práticas sociais, o

³⁸ Sobre este momento, o autor destaca o surgimento e a multiplicação dos Programas de Transferência Condicionada de Renda. “Eles nasceram, em sua versão moderna, no México, com o Plano PROGRESA (1997), transformado, em 2002, no chamado *Oportunidades*. Em seguida, foram formulados os programas JJHD (homens e mulheres chefes de família sem emprego) na Argentina, *Chile Solidário* no Chile, *Bolsa Família* no Brasil e *Familias en Acción* na Colômbia e em dezenas de outros países.” (LAUTIER, 2014, p. 469, grifos do autor).

³⁹ Segundo Lautier (2014) essa mudança representou a sintonia com o discurso e vocabulário de Amartya Sen (“empoderamento”, “capacidades”...).

⁴⁰ Essas políticas possuem forte teor moral e dessa forma, não foram suscitadas pela pobreza, mas sim pela espetacularização que se faz do pobre. Nelas é possível perceber uma moral da compaixão, uma moral da caridade e uma moral da justiça produtiva, aquela em que cada um recebe o que lhe é devido (LAUTIER, 2014).

conflito social se situa representado na expansão e progressiva tematização da “violência urbana”, das “drogas” e “da marginalidade” que constroem sujeitos não integráveis. Sendo assim, ainda segundo o autor, se na década de 1980 a questão social era lançada ao plano político através das lutas dos trabalhadores por direitos, o conflito social contemporâneo caracteriza-se pela sua clivagem moral (FELTRAN, 2014), que se desenrola em torno da dicotomia entre o trabalhador e o bandido:

[...] opõe a figura do trabalhador, compreendido então como um “homem de bem”, partícipe da comunidade em seus anseios de progresso, daquela do “bandido” ou do “drogado”, do “noia”, do “presidiário” (FELTRAN, 2014, p. 499, grifos do autor)

Sendo estes os “não integráveis”, a questão social passa a se moldar pautada nessa constante ameaça à ordem pública objetivada em determinados corpos, palavras e territórios (FELTRAN, 2014) e nestes termos, a então “vulnerabilidade” passa a ser um inimigo interno.

A partir daí, conforme o comportamento moral do indivíduo ou grupo, são ofertadas doses da mistura de proteção social e controle, sendo assim, à medida que se expandem direitos, se expandem também as privações, e à medida que se levam atendimentos para a população são levados também a disciplinarização, o controle e a repressão. Esse misto de técnicas que envolvem, por exemplo, a transferência condicionada de renda e encarceramento acabaria por favorecer a emergência de um repertório de regimes normativos nas periferias (FELTRAN, 2014). Para Milton Santos (2006), seria a dialética entre as verticalidades e as horizontalidades, ou seja, entre as investidas hegemônicas, externas e a regulação interna, local.

Todo este percurso teórico acerca da relação do Estado com a questão social, embora feito de maneira breve, se fez importante para que melhor conseguíssemos entender o cenário contraditório que nos foi apresentado pelo Parque das Hortências. A presença de serviços públicos, programas sociais, canais de participação social, enquanto aspectos reais de uma suposta expansão da cidadania, ou poderíamos dizer de uma tutela, se contrapõe às denúncias constantes de violência e abuso policial, ou seja, à repressão. Tratar este território na perspectiva da ausência do Estado é um grande equívoco. Intensificou-se muito a presença estatal nas periferias sobretudo para levar até ali a ordem que estaria ausente, quanto para possibilitar o resgate daqueles que mesmo diante de seus convívios com bandidos, drogados e pervertidos,

almejam se tornar “cidadãos” (FELTRAN, 2013). Daí presenciarmos no bairro de forma concomitante, as atuações dos serviços sociais e da segurança pública.

Neste sentido, desconstruir a ideia de que periferia corresponde necessariamente ao lugar “da falta”, “da ausência” talvez tenha sido uma de nossas primeiras e mais importantes urgências. Isso permitiu nos atentarmos aos códigos, normas e valores internos que caracterizam aquele lugar, e que são enunciados pelos sujeitos e sujeitas ali presentes de forma discursiva e nas práticas sociais. Dessa forma, também não desconsideramos que se tratam de determinadas perspectivas, que por sua vez, não nos permitem uma representação totalizante do lugar, mas acabam por apresentar-nos as diversas formas com que as verticalidade e horizontalidades ali presentes são por essas pessoas administradas.

1.1. Parque da Hortências: as verticalidades e horizontalidades do lugar

Iniciamos essa seção com trechos do Diário do Campo através do qual pretendemos melhor elucidar, a partir da perspectiva de uma das moradoras, as diversas relações e normas presentes no bairro e que atravessam o cotidiano: as relações de vizinhança, a presença de instituições, de normas estabelecidas internamente e externamente, as relações estabelecidas com o poder público e também com o mundo do crime. Em seguida discutimos de forma breve cada uma dessas relações.

Como combinado no dia anterior, Marli chegou ao CRAS por volta das 09:30h para então falar comigo. Comecei falando da minha pesquisa. Ela então imediatamente começou a falar sobre o bairro no qual reside há 18 anos. Disse que no começo era tudo muito bagunçado, muita violência: roubos, assassinatos... além da dificuldade quanto ao transporte que não entrava no bairro, passando apenas ali na rodovia. Porém, segundo ela, todo mundo ali “começou a dar um jeito nisso” e a “limpar” o bairro “botando pra correr” essas pessoas que cometiam os crimes. Também contou que o bairro é dividido em três partes, tendo “o 1 o 2 e o 3”, sendo o “1” e o “2” frutos do processo de construção através do mutirão. De acordo com ela, em cada um desses setores, há um “delegado” que seria então a pessoa referência daquele setor, responsável pelas demandas e informes. Marli é a delegada do “3”. Também explicou que as casas do mutirão são pagas pelas moradoras mensalmente e que além do pagamento há a obrigação da limpeza das calçadas podendo haver multa caso isso não seja cumprido. Segundo ela, a fiscalização é por parte da prefeitura e os fiscais estão sempre pelo bairro. Perguntei se já teve uma associação de moradores, ela disse que sempre se organizaram ou se manifestaram através de abaixo-assinados e aproveitou para contar que anos atrás, no primeiro mandato do atual prefeito Edinho (do Partido dos Trabalhadores - PT), houve o interesse na retirada da população daquela região para a ampliação do aeroporto, e que na ocasião, foi realizado

uma reunião deles com o prefeito, onde foi apresentado o abaixo-assinado dos moradores colocando-se contrários às suas remoções. “Eles fizeram que nem aquela votação lá que derrubou a Dilma e a gente foi votando tudo ‘não’, aí no final o Edinho disse que tava com o povo e que então a resposta era não”.

[...]

Saímos então do CRAS, eu ia embora e Marli quis me acompanhar até o ponto de ônibus que era caminho da sua casa. Ela me mostrou a academia ao ar livre instalada recentemente no bairro. Contou que um vereador a consultou para saber qual seria o lugar ideal para a instalá-la e que ela sugeriu ali ao lado do CRAS. Em seguida, passamos por uma casa onde ela deixou umas vasilhas vazias; depois de entregues, ela contou que ali são distribuídas as sopas todas as sextas-feiras. Perguntei se essa distribuição era custeada pelo casal que reside naquela casa e ela me disse que não, que “os meninos” dão dinheiro para o gás, o mercado ali do bairro também faz algum tipo de doação e que um radialista faz campanha para a arrecadação do frango. “Todo mundo pode pegar a sopa, aqui tem muito morador de rua, pessoal que usa drogas... aí eles vêm pegar também”.

[...]

Passamos também em frente a única Igreja Católica do bairro; de acordo com Marli, ela funcionava em uma capela e agora mudou-se para o lado, uma construção nova, maior e que foi cedida pela prefeitura ainda na gestão anterior, do ex-prefeito Marcelo Barbieri (do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB). Segundo ela, quando há atividade ali, são poucas as pessoas que comparecem e justifica dizendo que é porque a maioria da população é evangélica “O Batman, o comerciante, é meu irmão de Igreja”, comenta. Comentei com ela que só vejo mulheres pelo bairro e ela responde que de manhã encostam os ônibus e levam todos os homens para trabalharem, mas que as mulheres ali no bairro também trabalham muito “O Edinho [atual prefeito] falou que gosta do Hortência porque aqui é tudo muié trabaiaederal”

[...] Marli sugeriu que fossemos à casa de Marília, a “Flor” como ela chama. Chegamos em frente à casa e haviam dois rapazes; Marli perguntou por Flor e um deles respondeu que ela estava dormindo, Marli respondeu perguntando “Essas horas?” (eram por volta de 11:00h) e ele então respondeu que ela não estava bem. Saímos da casa e ao encontrar com o rapaz novamente na calçada Marli o adverte: “A Flor tá passando mal e você fecha a porta?!” Ele respondeu: “Mas não foi eu, foi [cita um nome que não entendi] ela deve ter pedido.” [...] Continuamos andando em direção ao ponto de ônibus que ficava na próxima esquina e lá estavam quatro rapazes e para um deles Marli repete a bronca “A Flor tá passando mal e você fecha a porta?!” ele respondeu: “Eu não! Deve ter sido o fantasma!” [...] Em seguida começam a falar da compra do terreno ali em frente ao ponto de ônibus, sobre isso o rapaz comenta com Marli “O cara coloca Alemão ali na frente...”, referindo-se ao nome pintado no muro, “Aí os cara vem e pergunta... E quem é o único branquelo por aqui?” e gesticula abrindo os braços. Marli concorda e comenta algo que não consigo entender. Em seguida falam de alguém “que saiu”, mas que segundo Marli os meninos não querem por lá “Aquele que entrou na casa da velhinha” disse ela. [...] Minutos depois vira um caminhão e encosta, o rapaz entrega ao motorista um pacotinho, Marli olha para mim e cochicha “Olha o pacotinho!”. Enquanto conto o dinheiro à espera do ônibus lembro que precisava combinar o nosso próximo encontro: “Marli, não combinamos o horário”, “De manhã, já falei!”, “Até 11:59h é manhã, Marli”, rimos. “Então um pouco mais cedo do que hoje” respondeu ela, “Umas 08h30, pode ser?” sugiro, ela então concorda “Pode ser, senão a gente não aguenta o sol”. “Ok, então te espero lá em frente a academia ao ar livre. Não vai me esquecer hein Marli?!, ela responde “Não vou não, pode deixar!” O ônibus chega, dou um abraço e um beijo em Marli e vou embora. (Diário de Campo)

Marli foi a nossa interlocutora mais presente ao longo da pesquisa, foi ela quem nos guiou durante todo este percurso não só nos apresentando o bairro e pessoas, mas também nos mostrando as diversas relações ali compartilhadas, Marli nos apresentou o *lugar*⁴¹. Ela e as demais interlocutoras, nos apresentaram o cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, instituições, trabalhos e racionalidade e diante de todo esse percurso não podemos discordar de Milton Santos (2006): cooperação e conflito são a base da vida em comum.

Embora o processo de migração tenha tido sua queda ao final dos anos de 1990 e se tornado estagnado nos anos de 2000 (FELTRAN, 2010), o bairro Parque das Hortências ainda neste período recebeu um bom contingente de novos moradores, vindos de diversos estados. Este contingente foi atraído sobretudo pelo baixo custo dos terrenos, mas vieram também aqueles que viam a oportunidade de emprego oferecida pelo desenvolvimento da agroindústria na região, impulsionada pelo cultivo da cana de açúcar e da laranja (como já discutido no capítulo anterior). De acordo com Sofia e Marli, a localização do bairro foi um fator positivo nesse sentido, pois as usinas tinham preferência por trabalhadores dessa região devido à proximidade do bairro, o que facilitava o transporte dos empregados:

Pesquisadora: Sofia, como que é pra senhora viver aqui no Hortências?

Sofia: Sempre gostei. Porque como eu trabalho na roça aqui é o bairro que entra mais turmeiro [indivíduo empregado numa turma, no trabalho rural] pra roça.

Marli: Entra bastante mesmo, bastante ônibus pra trabalhar à tarde, de manhã e à noite também né e à tarde também. É o mais que entra turma é aqui

Sofia: É. E agora já tá mais pouco porque de primeiro entrava da Santa Cruz, num sei se ainda hoje entra porque também não tem mais cana ou...é...ninguém corta mais cana. Quando tinha cana manual pro povo era Santa Cruz, Maringá, Zanin só de usina, Tamoio.

Mas se de um lado a vinda para o bairro se mostrou uma alternativa para uma nova vida, por outro lado a violência no bairro impressionava. De acordo com os relatos das moradoras, os assassinatos eram frequentes. Em nosso primeiro contato

⁴¹ A fim de melhor compreender a totalidade da vida social que se apresenta na ocupação do espaço, Milton Santos desenvolve ao longo de suas análises teóricas a compreensão de três escalas conceituais: a do *espaço geográfico*, que corresponde à junção do espaço material ou físico (tanto o natural como o produzido pelo trabalho humano) com o espaço social (das redes, das interações espaciais e das representações), ou seja, é a totalidade do mundo ou dos modos de produção; a do *território usado*, que corresponde à formação socioespacial que se refere ao Estado, este constituído por: governo, povo, soberania e território, trata-se da totalidade da formação socioespacial (Estado e seu território); e por fim, a do *lugar*, o espaço do vivido e percebido, que é a dimensão espacial do cotidiano, portanto, a totalidade deste (QUEIROZ, 2014).

com o bairro, no ano de 2012, em uma conversa informal com uma moradora que aguardava o atendimento no CRAS, ela relatava sua chegada ao Hortências; chegou no ano de 1993 e assim que chegou houveram cinco assassinatos “*Morria muita gente, tinha muito medo!*”; na ocasião, ela creditou a melhora na situação à presença da polícia que, segundo ela chegou ao bairro junto com o asfalto e os loteamentos. No entanto, Marli nos dá outra perspectiva a respeito.

Marli: No começo, Deus me perdoe! Deus me livre essa Hortência era assim: matava um ali, já tava encomendado outro ali. Mas depois que foi chegando os irmão, morando aqui, os menino que vende... cabou essa folia! A Hortência é sossegada, só não é sossegada a polícia. A polícia enche o saco. Pesquisadora: Tá sempre por aqui? Marli: De primeira não tinha muita polícia Pesquisadora: A polícia não entrava? Marli: Não entrava nem a polícia nem os que... porque tem que ter caminhão pra entregar as coisa, né?! Não! Tinha que ir buscar lá na pista! Pesquisadora: Antigamente? Marli: Porque roubava carga! A turma. Aí tinha que buscar as coisas lá na pista. Eles te ligava, que num entrava mais... só tinha esse bar que é do Paulo que era ali, só tinha esse bar e o Patch Matos [mercado]. Só tinha dois supermercado, só. Pesquisadora: Caramba! E se quisesse receber coisa aqui tinha que ir lá na pista porque eles não entravam. Se recusavam? Marli: Não entravam de medo de ser roubado Pesquisadora: E aí então, conforme foram chegando o pessoal do tráfico aí... Marli: Parou. Cabou essa folia. E não era a polícia que era pra organizar? Com tanto sangue que tinha... esse coiso... a Polícia não organizou nada! Quem organizou foi os menino que vende, os home que vende, os home que passa... eles que organizou o Hortência. Que a polícia que acha que eles organiza, mas eles não.

O fato é que aparentemente duas situações coincidiram temporalmente: a consolidação do processo de urbanização e a emergência de distintas instâncias normativas naquele território. Seguindo a cronologia dos relatos das moradoras, ambas as situações ocorrem entre o final dos anos de 1990 e início dos anos de 2000.

Sobre essa instância normativa, antes de mais nada ela está vinculada à emergência do “mundo do crime”⁴², que aparentemente ocorre no bairro neste período. Tal emergência parece estar em consonância a um processo observado por Feltran (2008; 2010; 2013) a partir de suas pesquisas de campo nas periferias de São Paulo. Para o autor, essa emergência nas periferias estaria relacionada ao processo de transformações econômicas e sociais desencadeadas pela implantação do

⁴² Segundo Feltran (2008a, p. 93), “Essa noção, na perspectiva dos adolescentes e jovens das periferias de São Paulo, designa o conjunto de códigos e sociabilidades estabelecidas, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos e furtos.”

neoliberalismo. Estas transformações trouxeram uma enorme instabilidade com aumento significativo do desemprego, além das drásticas reduções nas contrapartidas em função do assalariamento, pois com o processo de desregulamentação, as políticas sociais se dissociaram do mundo do trabalho que, nesse momento não oferecia a dimensão e a perspectiva de proteção (GEORGES; RISEK; CEBALLOS, 2014). A dificuldade de entrada no mercado de trabalho, o que inclui a possibilidade de manutenção da família, mais a dificuldade de adentrar o mercado de consumo, somado ainda à dificuldade em conseguir um reconhecimento e uma posição de destaque – que nesse período, se relaciona ao desempenho individual por excelência (GIAQUINTO, 2016) – propicia o aumento da legitimidade entre os jovens de uma outra sociabilidade conhecida como “mundo do crime”.

Neste contexto de transformações, perdemos aquela referência, vigente até os anos de 1990, de uma comunidade trabalhadora em torno da representação operária.

Para os mais jovens, o projeto de ascensão do grupo familiar, especialmente centrado no modelo operário do trabalho estável, não é sequer pensável. O projeto de ascensão torna-se menos realizável, e sobretudo se individualiza. Esta geração não é mais, tampouco, migrante ou católica como a anterior. Os mais jovens já nasceram e cresceram “na periferia” e ali as regras são bem menos estáveis do que entre os operários. Há que misturar empreendedorismo e competição para conseguir um trabalho, que permanece como um valor central. Mas seus significados já não são os mesmos, e na percepção adolescente há outras alternativas individuais; se não há trabalho para todos, é possível parcelar a compra dos objetos de consumo, e é possível arriscar ainda um lance de sorte: ser modelo ou músico, jogador de futebol ou artista de televisão. O projeto casa com a teologia neopentecostal conectada às transformações recentes, que também se expande. [...]. Sobretudo para aqueles em que as possibilidades de trabalhar estão mais distantes, e a sorte não têm ajudado, figura a alternativa de obter renda através de atividades criminais, [...]. O ingresso no universo ilícito do tráfico de drogas ou das subcontratações para assaltos propicia de imediato aos adolescentes o que o trabalho traria: renda, possibilidade de consumo e ampliação do *status* individual no grupo. Para o analista das periferias, migra-se de um ambiente em que se encontrava um padrão estável de organização (familiar, social e político, centrado no projeto operário e em seus desdobramentos diretos) para uma experiência social em que este padrão, em crise, cede espaço e coexiste, às vezes na mesma casa, com alternativas de vida muito mais individualizadas e heterogêneas. (FELTRAN, 2008, p. 45-46, grifos do autor)

O “mundo do crime” passa a tensionar várias outras instâncias e esferas sociais atestando assim a disputa por legitimidade.

Tensiona o mundo do trabalho, porque gera muita renda para os jovens, e simbolicamente é muito mais atrativo para eles do que descarregar caminhão o dia todo, ou entregar panfletos de farol em farol; tensiona a religiosidade,

porque é indutor de uma moralidade estrita, em que códigos de conduta são prezados e regras de honra são sagradas; tensiona a família, porque não se sabe bem o que fazer com um filho “na droga”, ou com outro que traz R\$ 500 por semana para casa, obtidos “da droga”; tensiona a escola, porque os meninos “do crime” são mal vistos pelos professores, mas muito bem vistos pelas alunas mais bonitas da turma; tensiona demais a justiça legal, porque estabelece outras dinâmicas de punição e reparação; tensiona o Estado em seu cerne, porque reivindica para si o monopólio do uso da violência (legítima entre a população) em alguns territórios. Ou seja, todos esses atores: a escola, a família, a religião, o trabalho, a justiça, o Estado, esses atores tradicionalmente “legítimos”, começam a ter de lidar com a presença e a atratividade do “mundo do crime”. Passa a se estabelecer, de fato, uma disputa pela legitimidade entre essas esferas, e os atores tradicionais dos territórios passam a se pensar mais radicalmente *em oposição* ao “crime”. (FELTRAN, 2010, p. 592, grifo do autor)

Mas vale salientar que essa disputa não se refere apenas ao envolvimento direto com atos ilegais ou ilícitos, se refere também ao modo cotidiano de se relacionar com essa instância de autoridade. Daí o autor enfatizar a “expansão do mundo do crime” nas periferias. Porque não diz respeito à expansão quantitativa de atos ilegais ou ilícitos, mas ao modo de se relacionar com outras instâncias e sujeitos, estabelecendo assim uma instância normativa⁴³.

Quando andamos pelo bairro, não é difícil perceber a movimentação “dos meninos”⁴⁴, boa parte deles fica no canteiro central, na rua principal do bairro, a única via de acesso. Foi ali que vimos por duas ou três vezes a circulação da droga. Mas foram em conversas sobre o cotidiano que percebemos as instâncias normativas ali presentes como a da justiça, ao não permitirem que roubos aconteçam no bairro sem que isso gere algum tipo de punição⁴⁵, e o próprio amparo ou soluções de problemas do cotidiano – “[...] elementos sutis de disputa pelas normas de convivência [...]” (FELTRAN, 2010, p. 594) – como o fornecimento de auxílio na sopa distribuída pelo bairro sob a responsabilidade de alguns vizinhos e algumas festas já realizadas para as crianças que ali residem.

Neste sentido, de acordo com Feltran (2010), o chamado “mundo do crime” envolve muito mais do que as atividades criminais.

⁴³ Sobre o estabelecimento de uma instância normativa, Feltran (2010) a atribui à “pacificação” das relações internas ao crime, que teve seu início na virada para os anos 2000 e que se consolidou em 2003. A partir daí, segundo o autor, os “irmãos” (membros do Primeiro Comando da Capital – PCC) assumiram a tarefa de ordenar o “mundo do crime” e fazer seus negócios funcionarem sem conflito.

⁴⁴ Usamos aqui o termo com o qual uma de nossas interlocutoras utiliza para se referir aos meninos envolvidos no tráfico.

⁴⁵ Como foi o caso relatado naquela conversa (transcrita no Diário de Campo) entre Marli e um rapaz a respeito do menino que está em liberdade, mas que não pode voltar ao bairro após ter entrado na casa de uma moradora.

[...] o “mundo do crime” aparece como uma entre outras instâncias de geração de renda, de acesso à justiça ou proteção, de ordenamento social, de apoio em caso de necessidade, de pertencimento e identificação (FELTRAN, 2010, p. 595, grifo do autor).

Por outro lado, ainda segundo o autor, não se configura em uma noção de “movimento social”, pois não se empenha em criar para si um discurso político e sua proposta de vida muito se afasta daquela crítica integradora dos movimentos sociais. Essa subjetivação política que se opõe a essa esfera da democracia formal instituída nos últimos anos, se distancia daquela forjada no marco de um projeto de “integração social”. Dessa forma, se há vinte anos essas fronteiras poderiam ser superadas via “democratização”, “crescimento”, “inclusão” e “cidadania” (FELTRAN, 2010), hoje são conformadas como uma divisão irreconciliável. Dentro desta lógica, nos anos 2000, os empenhos estatais ao lidarem com essas fronteiras não buscam mais se pautarem na integração, mas agora no gerenciamento dessas fronteiras.

A partir daí, podemos entender o contexto no qual o processo de consolidação do bairro Parque das Hortências se inscreve. Caracterizado como um bairro “precarizado” e “violento”, a chegada dos equipamentos públicos – escola, creche, asfalto, posto de saúde, CRAS, Telecentro⁴⁶ (hoje desativado) – parece querer atenuar um risco em potencial. Não por acaso, a chegada dos serviços sociais e a ampliação da cobertura de serviços para salvaguardarem aqueles que podem ser integrados, “o bom pobre”, junto a chegada do policiamento a fim de coibir os “desviantes”: é a questão social compreendida enquanto problema de segurança e ordem pública.

Junto aos equipamentos, chegam também os programas habitacionais como o “Mutirão” e o “Minha Casa, Minha Vida” que, por sua vez expande o mercado à chamada “Classe C”; não somente o mercado como também o consumo. Resultado: se antes havia somente “o bar do Paulo”, atualmente, segundo dados de 2016⁴⁷, o bairro conta com: um açougue; sete lanchonetes; onze bares; quinze lojas; cinco mercados; uma mercearia; uma padaria; um salão de beleza; um tatuador; e dois depósitos de bebidas.

⁴⁶ Era um espaço público onde os moradores do bairro podiam utilizar microcomputadores e internet. De acordo com uma das moradoras, era muito utilizado para fazer currículos e consultar pendências e protestos como no SERASA, por exemplo.

⁴⁷ Dados coletados pela Unidade de Saúde da Família “Dr. José Nigro Neto”, em março de 2016.

Marli: A única coisa que tá faltando aqui, tá faltando aqui... é uma farmácia. Que agora dia 28 acho que, dia 28 que... "o coisa" ele vem. É o que eu vou pedir pra ele

Pesquisadora: O prefeito vem dia 28?

Marli: Vem. E... melhorar um pouco a saúde, né?! Que essa saúde tá precária, em tudo quanto é lugar. E eu quero também que o ônibus passa lá embaixo. Melhorar lá embaixo. Porque lá embaixo... ele passa nessa rua mai num vai pro fundo, ele vira ali, então eu quero que vai reto. Quero um ônibus lá embaixo. Porque no tempo de calor, no tempo de chuva, sai com uma criança doente? Ter que subir aqui em cima, três, dois, três quarteirão?! Na chuva com uma criança?!

A presença de um comércio local facilita para os moradores, dada a distância entre o bairro e o centro; porém, essa distância continua sendo um problema quando a questão é o transporte público: o número de linhas e o atraso é sempre assunto quando estamos no ponto de ônibus.

Mas, o fator que chama atenção é o número de Igrejas no bairro; ainda segundo os dados de 2016, até aquele momento pelo menos, haviam um Centro Espírita e treze Igrejas e dentre elas, segundo Marli, apenas uma é católica, sendo as demais, pentecostais⁴⁸.

A ampliação do bairro também ampliou a heterogeneidade no perfil da população ali residente e isso é perceptível visualmente quando em uma mesma rua você observa a presença de casas em um padrão muito parecido com as que encontramos no centro (muros altos, portão estilizado com cerca elétrica e carro na garagem), contrastando com casas bem menores de construções mais precarizadas, algumas remetem mais a barracos improvisados, outras sem ter muros ou então com cercados feitos de arame ou madeira.

Em algumas casas é possível observar ainda a criação de alguns animais como galinhas e cabras, quando não no quintal, por vezes nos vazios que ainda restam em algumas partes do bairro, principalmente nas proximidades da linha do trem, e isso se deve à proximidade do bairro com algumas chácaras. Segundo alguns moradores, é muito comum que algumas famílias tirem da criação desses animais parte de suas

⁴⁸ De acordo com Abumanssur (2014), tem-se observado uma crescente perda de hegemonia do catolicismo nas periferias como forma de compreensão no cotidiano. Sobre isso, Feltran (2010, p. 587, grifo do autor) relaciona também a todo o processo de transformação e crise do projeto operário vigente até os anos 1990. "Se agora o tempo é mais curto, a prosperidade deve ser tentada em golpes mais precisos, mais rápidos; a teologia pentecostal é, então, muito melhor situada: a *conversão* encerra uma vida e inicia outra, a prosperidade se obtém na terra, os valores e narrativas se conectam mais adequadamente a essas transformações."

rendas, embora a fiscalização da prefeitura não permita, principalmente nos setores mais próximos da via de acesso ao bairro. É a mediação entre o rural e o urbano presente naquele território que se contrasta com a molecada sentada na esquina ouvindo o som em seus *smartphones*.

As contra faces se refletem também na sociabilidade do bairro, onde a distinção entre a população empobrecida passa pela presença agora das mais diversas categorias ocupacionais e de renda; isso dificulta inclusive a construção de uma representação legítima frente a trajetórias acidentadas de trabalho e desemprego, além dos inseridos nos mercados ilícitos; dessa forma, as ações sociais acabam ficando relegadas a determinados setores e entidades:

Pesquisadora: Nunca teve associação de moradores aqui?

Patrícia: Se tem, tem lá com eles lá, né?! Eles num avisa a gente não! Porque aqui é assim é...o povo é muito assim sabe, um quer ser mais que o outro. Cê tem um pouquinho a mais, cê tá lá envolvido, cê num tem nada cê já fica de lado, eles vão excruido, sabe?! E...assim... eu acabei me acostumando a ficar no meu canto... vou no posto se precisa, a creche azul é muito boa pra mim... aí eu vou assim.

Pesquisadora: Mas aqui nunca teve assim... aquelas pessoas que se mobilizavam, que movimentavam as coisas por aqui... tal? Nunca teve?

Patrícia: No fim do ano tem um...é espírita, né?! casa espírita Paschoal Grossi, ele ajuda o povo no fim do ano. Com cesta, com roupa, brinquedo pas criança... só assim! É... tinha também os menino, né?! Mai é outro caso [risos] Que dava ovo de Páscoa pas criança...

Embora o bairro não tenha um histórico (pelo menos conhecido por essas interlocutoras) de uma associação de bairro, Patrícia relata a existência passada de uma cooperativa de mulheres da qual fez parte. Era uma cooperativa que oferecia serviços de limpeza. Funcionou por um ano mais ou menos, e a sede era ao lado da creche, onde mais tarde viria ser a primeira instalação do CRAS:

Pesquisadora: Essa cooperativa era só do pessoal daqui do Hortências?

Patrícia: Era

Pesquisadora: Foi iniciativa da galera daqui?

Patrícia: Foi. Só que não deu certo porque, aí como... porque começou assim, sabe eles começou a pegar serviço pra eles, pra si próprio e não passava pra cooperativa, aí a cooperativa teve que fechar

Pesquisadora: Como assim? Tipo eles quem?

Patrícia: Tinha uma panelinha lá que era da pá virada!

Pesquisadora: Mas como que funcionava direitinho essa cooperativa? Me explica melhor.

Patrícia: Assim, nós tinha telefone nós tinha tudo certinho

Pesquisadora: Mas tinha uma sede?

Patrícia: Tinha, tinha lá na onde era o CRAS

Pesquisadora: Lá onde era o CRAS era a cooperativa? E os próprios moradores que organizavam, vocês mesmos?

Patrícia: É, nós mesmo que organizamos, né?! Espaiamos né?! Colocamos um telefone e aí arrumamos um monte de contato... É porque tinha umas que já trabalhavam na cidade, já sabia as coisas, né?! Tipo a Violeta, uma outra moça lá... Aí elas começaram espaiar e nós começamos a ir. Aí já tava com bastante freguês, a Kawakami lá... que era uma sorveteria já tinha nós pra limpar, né?! Já tinha um monte de casa... Tinha casa, até casa nós pegávamos! Aí foi parando, né?! Que elas começaram... tem uma menina que trabalha até hoje na Kawakami lá. Ela pegou o serviço da sorveteria pra ela.

Hoje, o único espaço com o qual Patrícia de fato se envolve é com o Centro de Convivência Social Maria Velho Temponi, conhecido no bairro como a “Creche Azul”. É uma das duas creches existentes no bairro, ela é filantrópica e gerida por uma Instituição Espírita e está no bairro desde de 1998⁴⁹. Patrícia é uma das trabalhadoras voluntárias da creche e trabalha lá há oito anos. Começou como faxineira e hoje trabalha na cozinha:

Pesquisadora: Mas aí como que você conseguiu então esse trabalho?

Patrícia: Esse aqui foi que eu fui o meu menino na creche

Pesquisadora: Ah entendi...

Patrícia: Que é assim, quando você põe na creche, aqui da Creche Azul, eles perguntam se você tem interesse de ajudar, que é tipo voluntário, mais... Mais que nem assim, eu ganho uma cesta, e eles me ajudam muito mesmo, com os meus meninos que era pequeno. Daí eu fiquei na creche.

Dentre as três interlocutoras, Marli é a quem tem mais envolvimento com o bairro, não à toa foi a nossa primeira indicação do CRAS. Bastante comunicativa, circula pelo bairro todo, conversa no portão com as vizinhas, pede um cafezinho, brinca com as crianças, bate papo com os meninos, e mesmo em meio a um bate papo está sempre de olho em toda a movimentação dali. As vezes vai “dar a palavra” com alguma irmã da Igreja para alguém que esteja precisando, como aconteceu com a vizinha que brigava muito com a filha. No dia que estivemos em sua casa, uma vizinha tinha acabado de sair, tinha ido até ela pedir orientações a respeito do filho que tinha sido preso, isso também é comum a Marli que tem filho e neto presos por tráfico de drogas.

⁴⁹ Informações tiradas da página do Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/CentroDeConvivenciaMariaVelhoTemponi/about/?ref=page_internal
Acesso em: 12 jun. 2018.

Quando saímos pelo bairro pela primeira vez, aproveitou para divulgar a oficina de artesanato que teria no bairro, através da prefeitura. Falava disso para todas as mulheres que encontrava na rua. Ela sempre participou dos conselhos ou qualquer tipo de reunião que envolvesse os interesses do bairro. Em nossa primeira conversa sobre o bairro, Marli se apresentou como sendo uma dentre os três “delegados”. A facilidade de acesso ao prefeito e a oportunidade de fazer parte de um mecanismo de participação popular, parece fazer Marli se sentir parte da administração do bairro, daí sua postura sempre tão ativa no mesmo, ainda que solitária.

Pesquisadora: Você tinha me falado uma vez que tem o negócio de delegado aqui no bairro, né?!

Marli: Seu Chico. Era delegado, delegado do “1”, que é dessa parte aqui até ali. E do “2” aí, era o... quem tomava conta desse bairro aí era o Batman. Que tem uma fábrica de... naonde nois tava passando...

Pesquisadora: De material?

Marli: De material. Ele tomava conta. Aí eu tomo conta dali da avenida até lá em cima que é o três, e eu sou delegada do três

Pesquisadora: E como que é esse negócio de delegada? Quem teve a ideia?

Marli: Porque nois fizemo o “Orçamento Participativo”⁵⁰ eles já assina

Pesquisadora: E o que que faz o delegado?

Marli: Tomando conta do bairro. Ah tem que ver isso, que eu vi já hoje, já falei pru cê ontem, já vieram.

Pesquisadora: Da limpeza?

Marli: Tem que ver o negócio da limpeza aqui, lá no CRAS, lá no... era seu Chico que era pra cuida do CRAS. Ele não cuida, quem cuida sou eu! Ver o negócio da limpeza do coisa, ver o negócio da escola, e ver o negócio do da área de lazer, e ver o negócio do campo.

Pesquisadora: Então o delegado é aquele que vai falar pro prefeito o que que o bairro tá precisando?

Marli: É. Nois fala em nome do bairro... É, eu num fiz um projeto pras criança todas criança de três ano até quinze ano jogar bola?

Pesquisadora: Onde? Jogar bola onde?

Marli: Lá perto da minha casa. Tem uma área de lazer lá, ali no campo, e eu tenho que ver aquele campo pra... cuidar do campo. Eles não vieram cortar aqui, mai foram limpar o campo.

Pesquisadora: Foram lá limpar o campo?

Marli: Foram! As criança veio: “Aí tia, noi vai jogar sábado, ai tia mai não dá pra jogar ali! A o mato...” tem uns que fala: “O mato tá muito alto! E tem cobra aí”, e é de fato que tem cobra aí! Se deixar o mato crescer... Aí... Foi assim, aí eu fiz o projeto, falei pro Edinho, né, o Edinho... ele ajudou. Aí o meu neto comprou jogo de camisa pras criança. Comprou jogo de camisa pras criança, as criança tá jogando até agora!

Pesquisadora: Ah é?

⁵⁰ O Orçamento Participativo foi implantado em Araraquara no início de 2001, no primeiro mandato do atual prefeito Edinho (PT). Em tese, trata-se de um instrumento de democracia participativa onde os cidadãos decidem sobre os orçamentos públicos. Segundo Lüchmann (2014), ele foi adotado pela primeira vez no Brasil em 1989 pelo Partido dos Trabalhadores (PT), como forma de promover “justiça social”, “responsabilidade” e “transparência”. No entanto, a autora adverte que essa perspectiva vem sendo recentemente reformulada ou “suavizada” mediante um cenário de multiplicação e pulverização de experiências no Brasil e no mundo.

Marli: E agora vão pra fora. O meu neto, esse filho.. o irmão do que comprou a camisa, já tá jogando na Ferroviária, minha fia!

Pesquisadora: Olha só que legal!

Marli: Doze, onze ano. Jogando na Ferroviária já! E aí, dessa escola eles vão viajar. Pra fora. Os jogadores. Os menino jogador, vai viajar pra fora. E a gente cuida do negócio do ônibus também! Pra mandar eles.

Pesquisadora: Que legal! Faz tempo isso que você escreveu esse projeto?

Marli: Ahh...faz! Vai fazer dois ano. Começou 2016. 2015 eu fiz o projeto, em 2016 começou. Agora eles quer que eu faço uma oficina de menina. E as menina: "Ah Marli, vai fazer a oficina de menina quando?"

Pesquisadora: Mas oficina o que? Pra elas jogarem bola?

Marli: Pra jogar bola, pa faze curso...

Marli trabalha na prefeitura desde o primeiro mandato do Edinho (PT), que teve início em 2001, com o qual tem proximidade desde antes de sua carreira política, e por conta disso sempre trabalhou em suas campanhas eleitorais:

Marli: Conhecia ele de pequeno. Minha mãe trabalhou pra avó dele. Minha mãe trabalhou pra avó dele!

Pesquisadora: Aí quando ele se candidatou a prefeito você quis trabalhar na campanha dele?

Marli: Ele já chamou. As vezes ele falava pra minha mãe, essa menina é inteligente, né? Aí minha mãe falava: "Que menina você também é menino" [risos] "Ela é inteligente, né? Será que quando eu mudar de vida será que ela trabalha comigo?" Sempre falou. Aí passou ele era vereador, porque ele foi vereador ainda. Aí eu já fui trabaia com ele! Tudo que precisava fazer eu fazia. Aí a primeira coisa que eu fazia, ele assinava, punha no envelope no banco, pra mim i no banco pra ele. Aí eu ia já trabalhava pro advogado meu, Dr. Pilola, já ia levar dinheiro do Dr. Pilola no banco e ia levar o dele também. Trabalhava pros dois. Aí fui indo, fui indo, fui indo, fui indo. Aí foi indo, foi indo, ele passou a prefeito, primeira coisa que ele falou: "Cê é minha cabo eleitoral. Já a primeira". Falei: "Opa! Que beleza! Vamo lá!" E eu: "Doutor, o senhor.." "Que senhor? É Edinho mesmo!" E ele me chama de Marli mesmo, não é Dona também não! Crescemo tudo junto, né?! Aí... continuô sendo prefeito, aí quando ele perdeu, ai meu Deus, aí ele falou pra mim assim: "Cê tá cadastrada, Magali, mai ainda mais dois ano." Falei: "Ai meu Deus! Vou ter que trabalhar com aquele home?" Ele falou: "Marli, ele vai ser prefeito..." Mai falei: "Eu não suporto ele". "Marli, ele vai ser prefeito, cê vai trabaia com ele." Aí, quando eu fui lá, porque eu não queria trabaia mai, ele já tinha renovado. É o papel, né?! Aí ele passou pro [inaudível] vou ter que trabalhar com ele. Mas foi bom!

Pesquisadora: O que que cê fazia lá?

Marli: Mema coisa. Trabalhava na secretaria... trabalhava... tra-ba-lha-va com a secretária da secretária dele.

Pesquisadora: Ah ta. aí que o que você fazia?

Marli: Limpava, tinha tempo que eu fazia café, aí dava uma lavadinha no banheiro, lá de dentro, lavava mais coisa, cuidava da biblioteca, e cuidava dos papel dele...

Hoje ela pensa em sair da prefeitura, quer trabalhar pela “Frente de Trabalho”⁵¹ um programa que começou no primeiro governo de Edinho, mas que teve seu declínio no governo posterior, de Marcelo Barbieri (PMDB). Segundo Patrícia, a possibilidade da volta do programa no município foi motivo de grande expectativa por parte dos moradores, em torno da candidatura (nessa última eleição) do então ex-prefeito Edinho. Ao que nos parece, Edinho tem uma marca bastante positiva no bairro, a ele é creditado a sua melhora, ouvimos isso dos moradores desde 2012 quando ele já não era mais o prefeito da cidade:

Patrícia: O Barbieri veio até tomar café

Pesquisadora: Ah é?

Patrícia: Prometeu um monte de coisa, fez nada! Mai o Edinho ele fala que a Hortência é a menina dos olhos dele.

Pesquisadora: E cê acha que é isso mesmo? Você sente muita diferença?

Patrícia: Ah, no primeiro mandato dele era diferente. Na época das eleição [risos] a gente dá risada mais esses menino é foda, viu?! Outra perua não entrava aqui, só a perua que fazia propaganda do Edinho. Eles não deixava as outras perua andar aqui

Pesquisadora: Nessa última eleição?

Patrícia: É

Pesquisadora: Então eles nem conseguiam fazer campanha aqui então?

Patrícia: Não

Pesquisadora: Então já era uma coisa sabida: todo mundo aqui ia votar no Edinho?

Patrícia: Muita gente votou né, porque... todo mundo pensava né em voltar a trabalhar, ter alguma coisa pra fazer... Era muito difícil as coisa! Eu só não passei necessidade da fome memo assim, porque tinha esse meu marido porque olha...

Embora não caracterize uma mobilização “autônoma” ou “espontânea”, o “Mutirão da Casa Própria” foi a mobilização mais contundente no bairro, sobretudo para as interlocutoras. Para Sofia representou a primeira casa depois de tantos anos morando de aluguel, ali mesmo no Hortências.

É uma dentre os moradores que veio com parte de sua família em busca de uma vida melhor, mas chegou ao Parque das Hortências por acaso. Veio de Alagoas com o companheiro e alguns dos filhos pequenos, deixando três para trás. “*Como nós*

⁵¹ Embora as moradoras ainda se refiram à “Frente de Trabalho”, na verdade o atual programa se chama “Frente da Cidadania”. O Programa anterior era em parceria com o estado de São Paulo; já o programa atual é exclusivamente do município, mas com proposta semelhante: oferecem uma bolsa de estudos referentes a cursos profissionalizantes, e no caso deste programa, também oferecem a oportunidade de completarem a escolaridade que falta, e posteriormente os bolsistas prestam serviços de interesse local. Porém, recentemente recebemos a informação de que a justiça não aprovou os valores que seriam pagos, dessa forma, para não suspenderem o processo seletivo que já estava encaminhado, a Prefeitura optou por manter então o fornecimento das bolsas e dos cursos, mas sem a etapa posterior do programa que seria a prestação de serviços na cidade, por parte dos bolsistas.

tinha criança era mais fácil de pegar carona”, explicou. E de carona em carona chegou até Campinas, onde ficou por seis dias em um albergue até terem que sair. Assim como os demais que ali estavam, recebeu da assistente social passe para irem embora, para onde quisessem. De dentro do trem ouviram rumores a respeito de Araraquara, de que as condições por lá estavam boas e assim decidiram seu destino. Em Araraquara passaram por outro albergue de onde tiveram que sair no dia seguinte e “sem destino”, como ela mesma disse, foram andando até se sentarem numa praça onde o companheiro ouviu falarem sobre Ribeirão Preto

Aí meu marido ficou escutando, “Vamo pra Ribeirão!” E saímo... Nós ia pra Ribeirão Preto, só que ele achava que era logo ali, pertinho... Quando nós chegou lá [risos] na Maringá, ele perguntou pro homem aonde que ficava Ribeirão Preto, o homem falou: “Ah é 80 quilômetro daqui”

Ficaram num “povoado” ali mesmo por perto da usina, morando num sítio. Pouco tempo depois o marido conseguiu serviço, mas pediram a casa, então mudaram-se para o galinheiro de uma moradora ali próximo, de quem Sofia diz ser amiga até hoje. Ficaram no galinheiro por três dias até o dono da fazenda os levarem para uma cocheira de cavalo onde ficaram até arrumarem o serviço na usina e resolverem sair:

Sofia: Ficamo lá três mês... não tinha tanque pra lavar roupa, não tinha...nada! Num tinha assim...coisa de tomá banho...Puxava água numa mangueira...a água de lá da zona, puxava numa mangueira, e nós tomava banho

Pesquisadora: Mas era por aqui Sofia? Ou era bem longe?

Sofia: Aqui em cima! Logo ali em cima. Aí de lá quando nós arrumo serviço na usina, nós morava lá. Nós deixava as criança de madrugada lá, e vinha pegar o ônibus aqui, na primeira rua lá...da escola.

[...]

Sofia: Aí nós, depois...eu vi que era muito complicado deixar elas lá, aí eu arrumei uma casa aqui, nessa rua da...virando a linha, dois cômodo...Aí meu irmão já tava mais nós, aí eu arrumei uma casa ali dois cômodos nós foi morar lá.

Daí até chegar à casa do mutirão, Sofia contabiliza em torno de trinta mudanças:

Morei ali quase na rua inteira. Saía duma casa ia pra outra. Casa não né porque não tinha também nem com que pagar o aluguel de uma casa, era barraco. Pior que tinha, nós alugava. Era dois cômodo... [...]. Nunca morei assim numa casa não! Morava num barraco que eu não tinha condições de pagar e cinco ano eu trabalhei sozinha e meu marido envolvido aqui, até que nós mudou aqui primeiro do que todo mundo. O homem deram janela,

porta, eu não vinha no mutirão porque ele já vivia aqui e eu trabalhava. Eu trabalhava de segunda a sábado, de domingo eu tinha minhas coisas aqui, lavar roupa, tinha que fazer essas coisas, aí era difícil eu vim aqui. Mas ele vivia aqui cinco anos! Ele ficou cinco anos sem registrar trabalhando nisso aqui [se refere ao mutirão].

Já para Marli e Patrícia, o mutirão trouxe a chance de terem a própria casa. Patrícia morava com a mãe (Marli), padrasto, filhos, irmãos e com a avó (mãe de Marli) em outro bairro, no Jardim Arco Íris. A avó já era falecida quando atearam fogo na casa, não havia ninguém naquele momento, mas a casa era de tábua então o fogo se alastrou rapidamente não dando para salvar nada. De lá tiveram que ir para a casa transitória.

Patrícia: Aí eu fui morar na casa transitória...com as criança, aí fiquei um tempo lá, aí teve uma confraternização tudo, no dia 22 de Dezembro eles falou que não podia ficar...tempo lá, né?! Assim... era só uma, um tempo que ficava lá. Aí, uma tia do meu irmão deu abrigo pa nois, eu vim morar aqui.

Marli e Patrícia moraram nessa casa junto com seus familiares até as casas do mutirão ficarem prontas e quando isso aconteceu, cada uma foi para a sua casa. Apesar da satisfação em finalmente terem suas casas próprias, tanto Marli como Patrícia gostariam de sair do bairro.

Patrícia: Ai, tem hora que eu tô muito nervosa que queria sair daqui memo
Pesquisadora: É Patrícia, por quê?
Patrícia: Porque assim, aqui é muito tranquilo e tudo, mas é um povo aqui gosta muito de brigar por causa de criança, sabe?!
Pesquisadora: Sério?
Patrícia: É... e muito fuxico aqui embaixo, sabe?! Nossa...
Pesquisadora: Mas por causa de criança?
Patrícia: De criança!

Patrícia gostaria de voltar para o Jardim Arco Íris, pois tem uma afeição especial pelo bairro e este lhe remete à tranquilidade dos outros tempos:

Pesquisadora: O que você acha do Arco Íris? Qual a diferença assim do Arco Íris pro Hortências?
Patrícia: Ah, não sei né?! É que lá tudo era novo né?! Também né as criança era novinha,né?! tudo. Não tive muita... De lá não tinha esse... de vizinho briga por causa de criança, de não deixar a criança... é...se acerta a bola no portão... e porque... eles fura bola... não devolve, pipa num... nossa, é muita briga aqui! E lá num tinha isso, né?!

Para Marli os motivos são diferentes, apesar de também sentir falta do outro bairro, reconhece que ter uma casa que seja dela mesma é muito importante, é o que sempre quis, mas por outro lado muito lhe incomoda a presença da polícia no bairro:

Pesquisadora: Mas cê já pensou em morar em outro bairro?

Marli: Eu não gosto muito desse bairro.

Pesquisadora: Não?

Marli: Não. Eu gosto da minha casa, do bairro não.

Pesquisadora: É? Por quê?

Marli: Porque o bairro que eu gostaria mesmo...o bairro que eu gostaria de mudar mesmo, é o Jardim Arco Íris, mas uma casa minha! Lá num tinha casa minha, casa praticamente da minha cunhada, não. Não gosto

Pesquisadora: E por que eu você gosta mais de lá do que daqui?

Marli: Ah porque lá eu morei mais tempo, né?!

Pesquisadora: Entendi, cê não gosta muito daqui então?

Marli: Eu. Da Hortência não, eu gosto da minha casa, da Hortência não;

Pesquisadora: Por que Marli que cê não gosta daqui? O que acontece aqui que cê não gosta?

Marli: Eu não gosto da Hortência por causa da polícia!

Pesquisadora: Por causa da polícia?

Marli: Não dão paz pra gente! Se tá andando na rua você não tem nada que vê o caso, cê tá andando na rua eles te barra você!

Pesquisadora: Isso é o que mais te incomoda aqui no bairro então?

Marli: É o que mais me incomoda no bairro porque escuta aqui, coisa mais... é uma... comigo nunca aconteceu, mas eu acho uma coisa tão, tão insignificante... de madrugada eles pega as pessoa, faz as pessoas fica pelada! [silêncio] Tão passando do poder, né?! Outro dia, pegaram a Melissa e o menino, fizeram a Melissa tirar a roupa, dar pro menino vestir e a Melissa vestir as coisas do menino!

Pesquisadora: Por que isso?

Marli: Maldade!

Sobre isso, Patrícia também se incomoda; em uma conversa em frente à sua casa relatou alguns episódios com a polícia, contou sobre o dia em que o seu filho estava sentado jogando baralho com os amigos e os policiais chegaram atirando; o menino ouviu o tiro e saiu correndo, enquanto ouvia dos policiais: “*Corre não o vagabundo!*”. Ele correu e entrou na casa da tia. Ela e a filha contaram que não podem sentar nas esquinas, não importa quem seja eles sempre hostilizam “*Não pode sentar na esquina que é traficante!*”.

Já Sofia diz gostar do bairro. Reconhece os problemas, mas não o considera exclusividade do bairro, por isso mesmo contesta o estigma que o bairro carrega e que por vezes atrapalha os moradores:

Pesquisadora: E a senhora já teve vontade de morar em outro bairro?

Sofia: Não!

Pesquisadora: Por quê?

Sofia: Eu gosto daqui.

Pesquisadora: Gosta?

Sofia: Apesar de tudo que o povo fala... eu nunca falei mal daqui pra ninguém

Pesquisadora: Mas que que o povo fala?

Sofia: Ah que aqui não presta, que aqui é isso, que aqui é aquilo outro, que aqui é... é lugar de bandido, que lá vai... Até pra arrumar serviço na cidade é difícil, viu?!

Pesquisadora: Pessoal pergunta daqui?

Sofia: Pergunta...quando fala que é do Hortência...recusa! É. Que aqui tem...não é só aqui, só que aqui pegou a fama!

Pesquisadora: Mas pelo que...acho que senhora mesmo me falou, a Marli...isso tem muito tempo, não é? Tipo, antigamente de fato era mais complicado, mas...

Sofia: Era, era, só que... coisa errada tem até hoje aqui. Tem até hoje... Vai e não vai tem um catando a molecada aí mas é mais a molecada, né?! Que não quer saber... mas quem é culpado disso? O governo! Menor de idade não pode trabalhar, entendeu? Então, ninguém dá serviço, eles querem ter o dinheiro deles, querem ter as coisas então partem pro mais fácil que ninguém paga, que é a droga, né?! Que a maioria daqui ninguém prende quem usa, prende quem vende. Meu irmão. Meu irmão usa...um negócio que usa nuns negocinho assim. Acho que é cocaína, sei lá! E já deixou cá duas vez aqui em casa e eu fiquei brava com ele por causa das menina!

O lugar assim como o território também é composto do material e imaterial, mas se no território temos a totalidade da formação socioespacial, no lugar temos a totalidade do cotidiano (SANTOS, 2006), temos o espaço das vivências, do compartilhamento; é lugar onde sujeitos e sujeitas se atualizam e atualizam as relações.

2. A chegada do CRAS

2.1. O processo de descentralização e territorialização da política de assistência

A chegada do CRAS ao Parque das Hortências e seu possível impacto na dinâmica do mesmo, apesar de corresponder a uma realidade particular, não está fora de um roteiro que diz respeito à construção da prática da assistência social no Brasil, mais especificamente, de sua relação com o espaço, os conflitos urbanos e a mobilização popular.

De acordo com Pereira (2010), a dimensão territorial já se encontrava presente nas práticas assistenciais desde o início de suas implementações no Brasil, no início do século XX, quando começa o tardio e acelerado processo de urbanização. Porém, numa perspectiva de espacialização dos investimentos, sem maiores tematizações dos territórios. Mas ainda assim, segundo a autora, tal política sempre apresentou impacto territorial.

Essas primeiras intervenções tiveram caráter higienista, mas foi a partir do presidente Getúlio Vargas, 1930, que emergiram em larga escala as medidas assistenciais combinadas com medidas coercitivas, explicitando o processo de integração entre assistência social e intervenção territorial visando criar condições de civilidade para a modernização do país, frente às contradições emergentes, que demandavam cada vez mais intervenções de caráter disciplinador, a fim de conter a classe operária (PEREIRA, 2010). Estas medidas correspondiam a questões e conflitos que surgiram a partir dos anos 1940, se intensificando após o processo de industrialização que se inicia em meados dos anos 1950, com o aprofundamento da divisão social do trabalho e um processo de crescimento urbano desordenado.

Com o processo de redemocratização e emergência da Constituinte, em 1988, fruto do engajamento e da pressão da sociedade civil, pela primeira vez mulheres e homens passam a serem tratados como cidadãos, sujeitos e possuidores de direitos, dentre os quais à Seguridade Social que se estruturou no tripé: Saúde, Previdência Social e Assistência Social. Assim, passou a se estruturar o sistema de Proteção Social⁵² brasileiro, tornando-se uma política pública compreendida enquanto direito do cidadão e dever do Estado. Dessa forma, procurou-se desvincular a assistência social de sua trajetória histórica vinculada as ações benevolentes, paternalistas, de cunho religioso dando passagem para seu reconhecimento como política pública e, para além disso, dando vazão para o reconhecimento do cidadão como portador de direitos e não merecedor de favores e benesses.

Ainda dentro deste contexto, passam a serem discutidas também a descentralização das políticas públicas como enfrentamento ao autoritarismo da gestão tecnocrática vigente no período militar. Seguindo essa lógica, o estabelecimento da democracia seria viável através da quebra do poder centralizado nas mãos do governo federal, levando para os municípios a elaboração e a gestão de políticas públicas. Isso promoveria a “municipalização” e consequentemente a valorização do poder local, de modo a diagnosticar mais de perto, gerindo assim seus problemas e construindo democraticamente soluções, uma vez que também

⁵² São formas institucionalizadas de proteger parte ou conjunto de membros da sociedade mediante circunstâncias naturais ou sociais da vida tais como a velhice, as doenças, as privações sejam elas materiais ou culturais que não permitem a sobrevivência e a integração dos indivíduos. A proteção social deve garantir a segurança de sobrevivência, de acolhida, de convívio ou vivência familiar (BRASIL, 2005).

consideravam a possibilidade de incorporar as contribuições e percepções da população que usufruía das políticas públicas.

Paradoxalmente, nesse período, a América Latina era tomada por uma forte ofensiva neoliberal, cujas políticas sociais impostas aos países em desenvolvimento por organizações multilaterais (como o FMI e o Banco Mundial), já atuavam com princípios de territorialização de investimentos, porém, a partir de investimentos mínimos e focalizados do Estado visando o enfrentamento da pobreza focado em determinados grupos. Tal abordagem não contemplaria a proposta constitucional voltada para a universalização dos direitos, mas se destacaria na racionalidade da contrarreforma do Estado brasileiro nos anos de 1990.

Segundo Ribeiro (2012), ao mesmo tempo em que o Estado criava políticas contínuas e específicas na área social, também promovia a centralização das ações desconsiderando assim especificidades culturais e sociais de cada região. Dentro deste contexto, mas em consonância com a proposta constitucional que visava a universalidade de direitos, são propostas as diretrizes gerais da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)⁵³ em 1993, que veio afirmar a assistência social como política pública não contributiva sendo este aspecto sua grande inovação.

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento as necessidades básicas. (BRASIL, Lei nº 8.742, 1993).

Mesmo sem essa intenção, de acordo com Pereira (2009), já em sua elaboração, a LOAS indicaria também elementos que podem ser relacionados como base para a implementação da territorialização enquanto estratégia da universalização do direito à assistência. Tratam-se de dois importantes indicativos: “universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas” (LOAS, 8742/93, Art. 4º inciso II) e “igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais” (LOAS, 8742/93, Art. 4º inciso IV).

⁵³ “Essa lei regulamenta, normatiza e dá critérios objetivos à assistência social instituída na constituição” (RIBEIRO, 2012, p.74).

Foi, portanto, no final dos anos de 1990, que a territorialização da política, ou seja, a consideração do território enquanto categoria para a construção e análise da política, surgiu em duas cidades particularmente: São Paulo (SP) e Belo Horizonte (MG) e serão essas experiências, paradigmas para a formulação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004.

O papel pioneiro – não entrando na análise detalhada de seu mérito – de experiências municipais como a de São Paulo (2003-2006) inscrevem na agenda pública a relevância do território a ser utilizado em metodologia que procura espacializar, primeiro, o diagnóstico da realidade social e, segundo, as formas de enfrentamento através de intervenções públicas das problemáticas sociais no território. (PEREIRA, 2009, p.129)

Mas até lá, a assistência social passou por um período de transição – acompanhando a reorganização democrática do país –, e foram justamente os municípios que mais passaram por transformações devido às suas novas responsabilidades, mediante um cenário de poucos recursos materiais e técnicos (RIBEIRO, 2012). Vale lembrar que essas mudanças políticas administrativas não foram ocorrendo de maneira uniforme e imediata entre as regiões, e isso fez com que alguns municípios, cujos ajustes já haviam sido implementados, recebessem as demandas de municípios vizinhos que ainda não tinham condições de se adequarem a esses novos processos, resultando numa baixa qualidade no serviço oferecido, mesmo o município estando adequado para tal (PEREIRA, 2009).

Foi então que, a fim de discutir esses e outros impasses, no ano de 2003 foi realizada a IV Conferência Nacional de Assistência Social, cujas deliberações deram as indicações para a formulação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que foi aprovada no ano de 2004 e que veio materializar as diretrizes da LOAS padronizando e ampliando os serviços de assistência social.

Pautada na proposição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)⁵⁴ implantado no ano de 2005, a PNAS traz, em tese, a política territorializada de assistência ao entender que mediante a diversidade societária do Brasil, políticas públicas homogêneas seriam ineficientes.

[...] o princípio da homogeneidade por segmentos na definição de prioridades de serviços, programas e projetos torna-se insuficiente frente às demandas de uma realidade marcada pela alta desigualdade social. Exige-se agregar

⁵⁴ A criação do SUAS foi inspirada no Sistema Único de Saúde (SUS) que possui caráter territorialista, universalista, permanente e assegurado pelo Estado (PEREIRA, 2009)

ao conhecimento da realidade a dinâmica demográfica associada à dinâmica socioterritorial em curso. (BRASIL, 2005, p.43)

Sendo assim, os princípios da descentralização e territorialização dariam diretrizes para que os estados e municípios tomassem as decisões e implementassem a política de acordo com as diversidades e demandas do território em questão (RIBEIRO, 2012). A partir disso, a PNAS prevê a ação da política de assistência social, enquanto proteção social, mais próxima das realidades levando em conta as circunstâncias que as envolvem, podendo entendê-las enquanto fatores estruturais que podem interferir na autonomia dos indivíduos. Dessa forma, incluem-se também os fatores de risco, bem como as potencialidades ou possibilidades reconhecendo assim o potencial de agência da população, indicando sua suposta política “não tuteladora ou assistencialista”. Daí a necessidade de estar próxima dessas realidades: “A proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem” (BRASIL, 2005, p.15).

O SUAS organiza as ações da assistência social, ou seja, os serviços, programas, projetos e benefícios em dois níveis de proteção social: a Proteção Social Básica cuja unidade executora é o Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) e a Proteção Social Especial cuja unidade executora é o Centro de Referência Especial de Assistência Social (CREAS).

De acordo com Brasil (2005), a Proteção Social Básica diz respeito às ações de caráter preventivo através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Esse tipo de proteção social destina-se a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, de privações (seja de renda ou acesso a serviços públicos, dentre outros), ou da fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero, por deficiência e etc). Desenvolve serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos de acordo com a situação apresentada. Os benefícios tanto de prestação continuada como os eventuais, fazem parte da Proteção Social Básica.

Já a Proteção Social Especial, ainda de acordo com Brasil (2005), tem como objetivo a proteção de situações de risco social às famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados ou casos que já tenha ocorrido o rompimento dos laços familiares e comunitários. Destina-se às famílias e indivíduos que se encontram em

situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medida socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. Tratam-se de serviços que demandam acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas e muitas vezes exigem uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo.

Portanto, será com o CRAS e com o CREAS que o SUAS irá garantir a proximidade da população materializando assim, o conteúdo da LOAS e sobretudo a presença do Estado no território, possibilitando o acesso democrático aos direitos socioassistenciais.

Como já explicitado ao longo de nosso trabalho, o nosso enfoque está na relação das mulheres com o CRAS, ou seja, nosso diálogo se estabelece com a Proteção Social Básica e é a respeito desse nível de proteção, que por fim, destacamos algumas de suas ações referentes a gestão territorial (MDS, 2009):

- Articulação da rede socioassistencial de Proteção Social Básica referenciada ao CRAS: É o processo pelo qual se cria e mantém conexões entre diferentes organizações. Viabiliza o acesso dos usuários aos serviços, benefícios e projetos de assistência social promovendo a gestão integrada destes.
- Promoção articulada intersetorial: Se refere à articulação entre setores e saberes. Propicia o diálogo da política pública de assistência social com as demais políticas e setores, e o acesso das famílias aos serviços setoriais.
- Busca ativa: Refere-se à procura intencional, realizada pela equipe do CRAS, das ocorrências que interferem no modo de vida da população. Disponibiliza dados sobre o território, fundamentais para o planejamento local e para a ação preventiva da Proteção Social Básica, através da identificação de vulnerabilidades e potencialidades permitindo uma melhor compreensão da realidade social.

2.2. A Matricialidade Sociofamiliar

A Matricialidade Sociofamiliar, assim como a territorialização, é um dos eixos estruturantes do SUAS e trata-se da centralidade da família no âmbito das ações e serviços da política de assistência. Esta ênfase ocorre por conta do reconhecimento da responsabilidade estatal, diante da compreensão da família enquanto um núcleo de socialização primária dos indivíduos, e enquanto tal, o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia e sustentabilidade de seus membros. Além disso, tal centralidade, de acordo com Brasil (2005, p. 41)

[...] é condizente com a tradução da família na condição de sujeito de direitos, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica de Assistência Social e o Estatuto do Idoso.

Essa perspectiva representa um contraponto ao atendimento dos indivíduos de forma fragmentada, isolada da família. Dentro desta nova abordagem, considera-se a família com seus membros, inseridas em um contexto social e econômico que afeta suas formas de organização e dinâmica.

Dessa forma, a situação de pobreza é relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou configurações familiares e aos ciclos de vida das famílias. Portanto, de acordo com esta lógica, as condições de vida de cada indivíduo dependem menos de sua situação específica que daquela que caracteriza sua família. No entanto, percebe-se que na sociedade brasileira, dada as desigualdades características de sua estrutura social, o grau de vulnerabilidade vem aumentando e com isso aumenta a exigência das famílias desenvolverem complexas estratégias de relações entre seus membros para sobreviverem (BRASIL, 2005, p. 42).

Vale lembrar que esta perspectiva traz também um importante avanço ao conceber a família em suas diversas configurações, indo assim na contramão do modelo “padrão”, reconhecendo dessa forma que não há modelo idealizado de família.

[...] é preponderante retomar que as novas feições da família estão intrínseca e dialeticamente condicionadas às transformações societárias contemporâneas, ou seja, às transformações econômicas e sociais, de hábitos e costumes e ao avanço da ciência e da tecnologia. O novo cenário tem remetido à discussão do que seja a família, uma vez que as três dimensões clássicas de sua definição (sexualidade, procriação e convivência) já não têm o mesmo grau de imbricamento que se acreditava outrora. Nesta perspectiva, podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consangüíneos, afetivos e, ou, de solidariedade. Como resultado das

modificações acima mencionadas, superou-se a referência de tempo e de lugar para a compreensão do conceito de família.” (BRASIL, 2005, p. 41)

Ao ter o fortalecimento de vínculos familiares e a defesa e promoção do direito a convivência familiar como um horizonte, o SUAS organiza toda a rede socioassistencial visando apoiar a família em suas funções de proteção, socialização, aprendizagem e desenvolvimento das capacidades humanas assumindo assim o pressuposto de que o usuário não pode ser desvinculado de seu contexto familiar e social. Sendo assim, ao assumir a matricialidade social como um de seus fatores identitários (sendo o outro fator a territorialização), o CRAS

[...] considera as famílias como um espaço de ressonância e sinergia dos interesses e necessidades coletivas e de mobilização à participação e ao protagonismo social, ou seja, como um vetor de mudança da realidade social. (MDS, 2009, p. 13)

Nestes termos, o CRAS detém as funções exclusivas e obrigatória de oferta pública de trabalho social com famílias do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF)⁵⁵, bem como a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)⁵⁶, além da gestão territorial (discutida anteriormente) da rede socioassistencial de Proteção Social Básica. Ambas funções são complementares e interdependentes:

A oferta do PAIF viabiliza o encaminhamento dos usuários para os serviços (no CRAS ou no território) e disponibiliza informações – sobre demandas a serem respondidas, potencialidades a serem fortalecidas - que contribuem para a definição de serviços socioassistenciais necessários. Por outro lado, a gestão da proteção básica no território assegura que a ação com a família, exercida por meio do PAIF, seja o eixo em torno do qual os serviços locais se organizam e que os encaminhamentos feitos pelo CRAS tenham efetividade e resolutividade. (MDS, 2009, p. 20)

Mas se por um lado há o reconhecimento da família enquanto unidade importante tendo em vista o indivíduo em sua integralidade, por outro lado torna-se

⁵⁵ O PAIF é o principal serviço de Proteção Social Básica, ao qual todos os outros serviços pertencentes e esse nível de proteção devem se articular. É ele que garante a matricialidade sociofamiliar no atendimento aos usuários (MDS, 2009), ou seja, garante a abordagem da família como um todo em suas necessidades.

⁵⁶ Importante lembrar que a Proteção Social Básica não se esgota no PAIF. O serviço de convivência e fortalecimento de vínculos é essencial para a proteção das pessoas mais vulnerabilizadas, e esse serviço pode ser ofertado não somente no CRAS como em outras unidades públicas ou em entidades de assistência social (MDS, 2012). Ele organiza-se em grupos, a fim de ampliar as trocas culturais e de vivências entre os usuários, desenvolvendo o sentimento de pertença e identidade.

importante não perdermos de vista os riscos já apontados por algumas autoras e autores em culpabilizar e as vezes até punir as famílias diante de um possível fracasso em cumprir os papéis esperados, e responsabilizá-las através das contrapartidas implícitas ou explícitas presentes nos critérios de acesso a algum benefício ou serviço da política de assistência. Para Teixeira (2009, p. 259) “A contradição entre cuidar e proteger a família ou fornecer meios para que ela cuide dos seus membros, está posta.”

2.3. O CRAS no Parque das Hortências

Embora o CRAS Parque das Hortências tenha chegado ao bairro em 2005, isso não significa que até então não houvesse tido qualquer ação da política de assistência no bairro. De acordo com Bragagnolo (2003), desde o ano de 2001 existia a atuação da Secretaria de Assistência Social no bairro através do Projeto de Apoio e Valorização Familiar (AVF). O projeto tinha como objetivo, através das ações sócio educativas, a redução dos índices de violência na escola, na família e na comunidade, e também a criação de um Centro de Assistência.

As atividades aconteciam aos sábados na creche municipal, mas em determinado momento chegaram a acontecer na escola de Ensino Fundamental e no galpão da Associação Beneficente Kibutz (uma ONG). As atividades eram divididas em oficinas de artesanato, de culinária, reuniões com uma assistente social e uma psicóloga, atividades com as crianças, além do plantão social que visava o atendimento dos benefícios sociais e do Programas do Governo⁵⁷.

Nesta época, ainda segundo a autora, a Secretaria também mantinha parcerias com outras Secretarias, entidades sociais e com o Programa de Saúde da Família⁵⁸. Dado ao interesse das entidades sociais, que já realizavam um trabalho de caráter assistencial a população, em atuar de forma mais direta com as famílias, a elas foi transferida a responsabilidade pela distribuição das cestas básicas, além da realização das visitas domiciliares e reuniões no dia das entregas.

⁵⁷ Bolsa-Escola, Bola Alimentação, Vale-Gás, Renda-Cidadã e Baixa Renda da CPFL (BRAGAGNOLO, 2003)

⁵⁸ Hoje Unidade de Saúde da Família.

Neste período, já havia o programa “Renda Cidadã” beneficiando quinze famílias, e também Bragagnolo (2003) cita a cooperativa de serviços gerais sobre a qual Patrícia chegou a nos falar.

O fato é que tal experiência no bairro, empreendida pela Secretaria de Assistência Social ao longo de dois anos, demonstrou o início do plano de descentralização dos serviços de assistência social que mais tarde viria a se concretizar, mais especificamente no ano de 2005, na instalação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

A partir deste momento, a população do bairro passou a contar com os serviços diariamente e com uma equipe mais bem estruturada, considerando as instalações que não eram mais improvisadas. Firmaram novas parcerias, sendo que o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) foi uma delas e a que melhor pudemos acompanhar no período em que realizávamos o trabalho de nossa monografia. Com o SENAC foi desenvolvido o “Programa de Desenvolvimento Local”, cuja base era o tripé saúde, educação e assistência com a finalidade de que estes trabalhassem interligados nos locais de modo que a população fosse atendida de forma integral. O projeto envolvia reuniões com a população do bairro e funcionários dos serviços públicos que atendiam aquele território, cursos de capacitação e projetos de ações locais. No entanto, com a saída da responsável pelo projeto o programa acabou não se firmando, sendo, portanto extinto⁵⁹.

Até o final de 2015, o CRAS oferecia oficinas de artesanato, economia doméstica, oficinas de esporte e percussão. Também disponibilizavam os programas sociais de transferência condicionada de renda como o “Ação Jovem” e o “Renda Cidadã”⁶⁰. Hoje, oferece apenas a oficina de artesanato em parceria com a Secretaria da Cultura (apenas cede o espaço), disponibiliza o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para o grupo de sete a quatorze anos e para o grupo de Idosos. E atende também o Programa Estadual Viva Leite⁶¹. Em Apêndice

⁵⁹ Recentemente foi noticiada a volta do projeto, agora com o nome de “Territórios em Rede”. Disponível em:

<https://www.acidadeon.com/araraquara/lazerecultura/NOT,0,0,1338314,prefeitura+lanca+programa+territorios+em+rede.aspx>

⁶⁰ Falamos mais sobre esse novo contexto do CRAS no capítulo anterior.

⁶¹ É um programa de distribuição gratuita de leite pasteurizado. Participam do programa crianças de 6 meses a 5 anos e 11 meses e atende famílias com renda mensal de até 1/4 de salário mínimo *per capita*. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/vivaleite> Acesso em: 13 jun. 2016.

(C) apresentamos o fluxo de demandas no CRAS Hortências referente a um determinado período.

O CRAS Hortências tem capacidade para atender 2.500 famílias. Ele abrange os bairros Parque das Hortências, Vila Nossa Senhora Aparecida, Condomínio Satélite, Chácara do Ouro e a ocupação Capão do Angico. Até o momento em que estivemos a campo, o Centro de Referência contava com o seguinte quadro de funcionários: duas assistentes sociais, tendo uma delas a função de coordenadora, uma psicóloga e uma agente social. A equipe estava na expectativa da contratação de dois novos agentes administrativos, uma vez que os anteriores deixaram o cargo há um tempo e desde então não foram efetivadas novas contratações. Desde então a própria equipe vem se revezando nessa função que, de um modo geral, dentre outras atribuições é responsável pela recepção dos usuários.

CAPÍTULO 3. O CRAS E AS MULHERES: A LÓGICA INSTITUCIONAL EM UMA REALIDADE DE CONTRADIÇÕES

Neste capítulo, começamos trazendo uma análise a respeito da forma como as questões de gênero⁶² foram inseridas nas políticas de assistência. Não pretendemos nos aprofundar em tal discussão, mas optamos por evidenciar a participação efetiva das mulheres neste processo, sem ignorar as contradições e ambiguidades presentes em seus contextos.

Em seguida, discutimos a presença majoritária das mulheres enquanto usuárias dos serviços de assistência e algumas das questões sociais que estão envolvidas neste processo, sobretudo os marcadores sociais que condicionam a presença de determinados grupos nestes espaços.

Por fim, analisamos as relações que três mulheres moradoras do bairro Parque das Hortências estabelecem com o CRAS ali presente, a partir de suas trajetórias de vida e das experiências que tiveram com o mesmo.

1. A chegada das mulheres nas políticas sociais

As mulheres fazem parte daquelas categorias sociais que há muito tempo vivem em situações de exclusão socioeconômica e desvalorização social, e que por isso têm se organizado em movimentos sociais para finalmente se libertarem dessas situações. No entanto, foi com o feminismo que foi gerada uma visibilidade pública da mulher enquanto um coletivo, e é sob essa visibilidade que parte de suas demandas foram ganhando contornos, por vezes controversos, mas fundamentais para trazerem em cena as tensões que constituem suas relações com diversos e divergentes movimentos e organizações sociais, com a sociedade, mas principalmente com o Estado. E é de modo breve que pretendemos tratar este percurso, a fim de melhor

⁶² O conceito de gênero se refere ao modo como as características sexuais (anatômicas, biológicas) são trazidas para a prática social, ou seja, mostra a forma como essas características são representadas ou valorizadas constituindo através de símbolos culturalmente disponíveis (Eva, Maria...) e de conceitos normativos (doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas), o que é feminino ou masculino (SCOTT, 1995). Para além de se referir à construção de papéis, o conceito se refere à construção da identidade transcendendo assim as análises sobre as múltiplas formas que podem assumir as feminilidades e masculinidades, para então chegar às complexas redes de poder que através de discursos, instituições, códigos e etc, constituem hierarquias (LOURO, 1997).

entendermos alguns dos desfechos dessas relações, principalmente nos que se referem às políticas sociais.

1.1. O caminho da institucionalização de suas lutas

No capítulo anterior falamos brevemente sobre as mobilizações nos anos de 1970 e principalmente 1980 em torno das reivindicações urbanas, porém, sobre isso, o que é importante salientar e que poucas análises dessa época trazem é a presença das mulheres nessas lutas. Segundo Alvarez (2014), a conjuntura de ajuste estrutural impulsionou a classe de mulheres trabalhadoras e pobres – construídas discursivamente como mães e cuidadoras da família e do bem-estar comunitário – a liderar as lutas pela sobrevivência comunitária durante a chamada “década perdida”⁶³, dos anos de 1980.

A presença das mulheres nesses movimentos sociais se deu principalmente a partir da atuação das Comunidades de Base, com o auxílio da Igreja Católica progressista, de setores da oposição de esquerda e de movimentos feministas emergentes. As reivindicações eram por instalações de creches, postos de saúde, água ou melhoria no serviço de ônibus. Em muitas dessas lutas se via a liderança sendo exercida por elas e isso se verificava também em movimentos mais gerais como o do “Custo de Vida”, que surgiu na periferia sul da cidade de São Paulo (SINGER, 1980).

Para Gohn (1985, p. 109) a participação da mulher se explicava pelo fato de que: “É ela quem participa mais ativamente da vida do bairro; e a ela cabe articular as diferentes práticas do cotidiano em formas que se traduzam em condições de sobrevivência [...]”. De um modo geral, segundo algumas análises, a divisão sexual do trabalho – que atribui às mulheres o campo da reprodução (cuidados com a casa, alimentação, educação dos filhos...) – é que se colocaria como ponto de partida para a inserção das mulheres nessas lutas⁶⁴.

⁶³ Chamada “década perdida” para o grande capital, mas poderíamos chamar também de “década de ouro” para os movimentos sociais tendo em vista a abertura política no país.

⁶⁴ Embora essa interpretação se refira ao contexto dos anos de 1980, é importante salientar que mesmo atualmente ela ainda aparece em algumas análises a respeito do ativismo político de mulheres das camadas urbanas de baixa renda, mesmo de forma não tão explícita. Esta compreensão tem gerado algumas críticas, principalmente quando se referem ao contexto contemporâneo, por ser considerada uma compreensão essencializadora, ao atribuir a militância dessas mulheres às suas condições de esposas e principalmente de mães. Sobre essa crítica temos o trabalho de Bonetti (2007).

Porém, com as mudanças sociopolíticas nos anos de 1990, os movimentos de mulheres foram abafados enquanto mobilizações. Em compensação, seguindo o fluxo da institucionalização das lutas, algumas mulheres passaram a ocupar novas arenas, mas não enquanto movimento social de mulheres, mas como “movimento feminista”⁶⁵ (GOHN, 2007). Dessa forma, passam a atuar em ONG's, em projetos e programas sociais apoiados por órgãos públicos e com apoios de organismos internacionais. Isso tirará progressivamente da arena política as demandas que vêm das mulheres das classes populares, para então incluí-las em uma agenda programada.

Suas matrizes discursivas não centralizam as mulheres das classes populares para trabalhos de conscientização, políticas equitativas etc. [...] o foco passou a ser a inclusão social. [...] As contestações discursivas refluíram e o movimento feminista construiu ligações cruciais entre movimentos e arenas políticas institucionais – ligações que permitiram que as demandas e os discursos fossem traduzidos em itens programáticos de plataformas de sindicatos, partidos e das políticas nacionais e convenções internacionais (GOHN, 2007, p. 53).

Para Alvarez (2014) a insistência por parte das feministas em centralizar as pautas nas necessidades das mulheres na implantação de políticas públicas, e alargar sua participação política convergiu, nas palavras da autora, “desconfortavelmente” com outro processo vindo de um outro lugar: o neoliberalismo nesse momento estava em busca de formas mais eficazes de tratar a pobreza entre as mulheres e grupos raciais marginalizados. O resultado deste encontro foi o conjunto de políticas focalizadas, centradas na incorporação ao mercado das mais pobres, e na promoção da autoajuda corresponsabilizando a sociedade civil, a fim de que esta liderasse estratégias que tratem os efeitos dos ajustes estruturais e da reestruturação econômica. Neste momento, governos locais, estaduais e diversas instituições, recorreram a ONG's feministas para avaliarem políticas com enfoque nas questões de gênero e administrarem programas de autoajuda, serviço social e de capacitação, com foco nas mulheres pobres e da classe trabalhadora. Esta tendência repousou fortemente no Brasil, no governo de Fernando Henrique Cardoso (ALVAREZ, 2014).

⁶⁵ Gohn (2007) trabalha com duas categorias distintas: “movimento de mulheres” e “movimento feminista”. Para a autora, as feministas têm mais visibilidade e estão em espaços como ONG's, passeatas, coordenadorias, conselhos e etc. E levam à frente demandas e reivindicações que estão centradas nas mulheres propriamente ditas (câncer de seio, violência doméstica, aborto e etc.). Já o “movimento de mulheres”, ainda segundo a autora, é algo mais numeroso, mas bastante invisibilizado tendo mais ênfase as demandas do que suas portadoras. São demandas que atingem a toda a população, apesar das protagonistas serem mulheres (creches, vagas nas escolas, postos de saúde, e etc).

Organizações comunitárias e mesmo organização de base de mulheres tornaram-se sujeitos neste processo, porém, isso trouxe certa ambiguidade à medida que ativistas da “base” tinham que se equilibrarem entre a aquisição de “habilidades” e a afirmação de sua identidade comunitária, o que para Jenkins (2008 apud ALVAREZ, 2014), acabava por corresponder a uma possível resistência aos imperativos do neoliberalismo, ao mesmo tempo em que é produto deles. A aproximação por parte dos estados e instituições intergovernamentais de ONG’s feministas menos resistentes às políticas neoliberais, enquanto se negava o acesso direto de movimentos e grupos de mulheres e feministas mais críticas às políticas em curso, a debates sobre políticas de gênero representou uma das formas de minar essa possível resistência, através da consolidação de suas identidades. Dessa forma, as ONG’s passaram a serem consultadas enquanto especialistas em gênero, não como grupos de cidadãs defendendo os direitos das mulheres (ALVAREZ, 2014).

Neste contexto, a cidadania aparece apenas como apropriação de direitos que, por sua vez, correspondem àqueles pré-selecionados pelos órgãos estatais. De acordo com Gohn (2007), o Estado exime-se de implementar políticas que transformem esses direitos em de fato conquistas e “[...] o que resta é uma cidadania outorgada, tutelada.” (GOHN, 2007, p. 59), enquanto a democracia se realiza através de uma série de condições focadas na sociedade civil, não havendo a responsabilização do Estado para a geração de empregos, mas sim para a rede de proteção social voltada para os “excluídos” via recebimento de doações financeiras. Os direitos coletivos tornam-se individuais e não são para todos, seguindo critérios de uma racionalidade burocrática.

Mediante este quadro, as feministas se veem em uma posição paradoxal, onde prestam serviços como consultoras dos estados e das instituições desenvolvimentistas, ao mesmo tempo em que lutam para permanecerem críticas a eles. Disto resultou uma “acomodação discursiva” (ALVAREZ, 2014, p. 67) por parte de alguns grupos feministas, a fim de manterem ganhos políticos, ainda que limitados, o que assegurou a passagem de uma agenda de políticas específicas de gênero, enquanto que os movimentos de mulheres e feministas que permaneceram críticos às agendas neoliberais foram sendo cada vez mais marginalizadas e silenciados publicamente.

Por outro lado, estes mesmos movimentos marginalizados – algumas feministas e mulheres ativistas, dos movimentos negros, indígenas e demais

movimentos sociais progressistas e de partidos de esquerda – se esforçavam em uma via contrária, ao desafiar as consequências que o desenvolvimento liderado pelo mercado impunha às vidas das mulheres empobrecidas: “Elas continuaram a enfatizar o ‘trabalho de movimento’ e buscaram espalhar a mensagem feminista para mulheres ativas em formas cotidianas de resistência ao neoliberalismo.” (ALVAREZ, 2014, p. 68). O que lhes interessava era revigorar o “trabalho de movimentos”, e trazer um “feminismo popular” que estivesse aliado, por exemplo, às mulheres trabalhadoras nas fábricas ou às mulheres que lutam contra a violência policial.

Fato é que esses setores trouxeram a proposta de uma maior multiplicidade de identidades feministas, fazendo com que seus ativismos se espriassem por diversas comunidades e espaços sociais, cruzando com organizações paralelas da sociedade civil, outros movimentos sociais e outras intersecções. Isso ajudou a “indisciplinarizar” os discursos e as agendas feministas hegemônicas, se distanciando assim dos discursos e aparatos do desenvolvimento neoliberal⁶⁶.

Com a ascensão dos governos considerados de “esquerda” na América Latina, houve a ampliação do espaço político para estes movimentos feministas e de mulheres, identificados com a crítica ao capitalismo. Mas, vale ressaltar que essa abertura foi bastante limitada, tendo em vista a continuidade por parte desses governos de uma representação patriarcal, além de continuarem presos a pressupostos maternalistas⁶⁷ (ALVAREZ, 2007). Dessa forma, se por um lado as políticas sociais se tornaram mais expansivas, por outro lado continuaram profundamente marcadas pela questão do gênero (em conformidade com diretrizes governamentais e institucionais) e dependentes do trabalho reprodutivo e não pago das mulheres pobres.

Sendo assim, as políticas sociais passaram a incluir a temática das mulheres, porém, de forma fragmentada, como parte de grupos “vulneráveis”, “em situação de risco”, e que, portanto, devem ser integradas aos programas focalizados de “inclusão social” que são pautados em políticas que visam a promover a igualdade de

⁶⁶ A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) é uma das expressões mais conhecidas desses movimentos. Surgiu no ano de 2000 como uma grande mobilização que reuniu mulheres do mundo todo, em uma campanha contra a pobreza e a violência. Foi inspirada em uma manifestação realizada no Canadá em 1995, que marcou a retomada das mobilizações das mulheres nas ruas fazendo uma crítica ao sistema capitalista como um todo. No Brasil a ação da Marcha Mundial das Mulheres aconteceu entre os dias 8 e 18 de março percorrendo o trajeto entre as cidades de Campinas e São Paulo. Sobre a MMM <https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>

⁶⁷ Se referem às expectativas convencionais sobre o papel da mulher, cujo valor é definido a partir da capacidade de cuidar dos outros e renunciar aos próprios interesses.

oportunidades, tendo o mundo do trabalho como referência. As especificidades do “ser mulher”, as construções sociais e seus rebatimentos nas práticas sociais e políticas, continuaram sendo silenciados.

As mulheres são incorporadas nesses projetos visando apenas a gerar renda e condições econômicas de sobrevivência dentro de um modelo econômico que não está preocupado com a emancipação das mulheres como seres humanos em suas especificidades, ignorando a opressão e as discriminações a que são submetidas. (GOHN, 2007, p. 60).

Ainda de acordo com Gohn (2007), o modelo vigente exclui as mulheres das camadas populares do mercado de trabalho, pois não há “emprego”, mas sim trabalho precarizado, ocasional ou um bolsa-família. Essa suposta inclusão, feita de cima para baixo, não gera desenvolvimento socioeconômico das comunidades, nem corrobora para o crescimento cultural, intelectual ou político das mulheres, pois só mudam de padrão, que no caso passa a ser o Estado na figura de alguma ou algum chefe local que fiscaliza o cumprimento das condicionalidades.

Sem o contexto público concreto – o espaço dos embates do qual falamos no capítulo anterior – capaz de estabelecer clareza sobre os sentidos e as enunciações que fazem, o horizonte político democrático torna-se inviável e isso, para Paoli (2007), parece ter sido incorporado de forma publicitária na autocompreensão dos governos que, muitas vezes, recusam-se a se mostrarem políticos preferindo lançar mão da exibição da competência e da “[...] boa técnica misturados à ‘sensibilidade’ e à ‘humanidade’ dos governantes.” (PAOLI, 2007, p. 231). Não à toa a autora se refere às “ficções” de cuidado e assistência, que no limite, só cuidam para que sejam eficientes o suficiente para que não haja a perda do controle dos “problemas sociais”. Mas por outro lado, não dá para desconsiderar o fato de que ainda que estejamos falando de uma ausência de política enquanto um espaço de embate e de conquista de direitos, falamos de “[...] um contraponto à miséria abandonada, um gesto de enorme significação para a população.” (PAOLI, 2007, p. 246).

1.2. A chegada até à assistência

Historicamente, a assistência social tem sido o modo pelo qual o Estado tem enfrentado a questão social constituindo-se de um conjunto de ações desenvolvidas de forma direta ou indireta, junto às classes subalternizadas com sentido

aparentemente compensatório de sua exclusão (YAZBEK, 2007). A assistência está implicada nas relações historicamente dadas entre dominantes e dominados e, dessa forma, não se dissocia das relações que caracterizam a sociedade sejam elas de classe, raciais e de gênero, trazendo consigo algumas distorções e alguns limites.

Limites estes que também se traduzem em relações de dependência, clientelismo, apadrinhamento, que caracterizam uma linha conservadora da política de assistência que reproduz a cidadania invertida (YAZBEK, 2007), na qual as ações são circunstanciais e emergenciais, não alterando o perfil da desigualdade e tampouco a dimensão redistributiva.

Nos últimos anos, os programas de transferência direta de renda foram amplamente adotados em diversos países em desenvolvimento, enquanto forma de política mais eficaz no combate à pobreza (GOMES, 2011). No Brasil, essa discussão foi introduzida na agenda pública, inicialmente na esfera federal, no início dos anos de 1990, mas só foi ganhar notoriedade anos depois com a regulamentação da LOAS em 1993 (MESQUITA; FREITAS, 2013). Nesse período, diversos programas foram surgindo tais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Programa Agente Jovem, o Bolsa-Escola, o Programa de Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás, Programa Cartão-Alimentação, entre outros. Tais programas viriam mais tarde, no ano de 2003, a serem incorporados pelo Programa Bolsa Família (PBF) implementado pelo governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

O público atingido de forma mais direta por estes programas é de mulheres, mães de família que, ainda segundo Gomes (2011), passaram a ser motivo de preocupação por parte de políticas sociais, no final dos anos 1980. Neste período, foi constatada a limitação de programas tradicionais de erradicação da pobreza, observando-se o crescente empobrecimento das classes médias, em especial das mulheres, bem como das famílias por elas dirigidas.

A presença das mulheres na assistência é bastante marcante. Isso se deve a dois fatores importantes: a responsabilização da mulher pela gestão doméstica e familiar⁶⁸ e também pelo processo de pauperização à qual está sujeita, ambos fatores

⁶⁸ “Apesar da fecundidade das críticas já desenvolvidas, perdura em nosso meio a compreensão de que a família é o *locus* de atuação da mulher e o mercado de trabalho o *locus* de atuação do homem – mesmo sabendo que homens e mulheres estão presentes em ambos os espaços – essa concepção é incorporada pelas intervenções estatais. Logo, as chamadas políticas de família dirigem-se preferencialmente às mulheres.” (CARLOTO; MARIANO, 2008, p.157)

ligados à desigualdade de gênero. Ou seja, se por um lado temos um desenho institucional que atribui exclusivamente às mulheres a responsabilidade pelo “bem-estar” da família tornando-as o foco das políticas sociais, por outro lado, temos fatores estruturais que colaboram para o processo de pauperização e cerceamento de direitos dessas mulheres, levando-as a recorrerem às políticas sociais. Seja por conta das relações de poder, das desigualdades, formas de dependência reproduzidas pelas configurações familiares convencionais, seja pela sua desvalorização no mercado de trabalho, tais condições inviabilizam o acesso aos recursos previdenciários quando essas mulheres atingem idade avançada (BIROLI, 2014).

Mas, a partir deste enfoque da mulher enquanto intervenção na “luta contra a pobreza”, muitas feministas passaram a se debruçar de forma bastante crítica sobre a relação dessas mulheres com o Estado, principalmente no que toca à questão das condicionalidades. Nestes termos, estas mulheres não cumpriram somente o papel de beneficiárias dos programas, mas também acumulariam a tarefa de serem as principais interlocutoras das ações, sendo as responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades impostas. Para além do reforço do estereótipo da mulher ligado ao seu papel na manutenção da família, tais políticas, segundo estas críticas, pouco têm colaborado (como esperado) para a autonomia dessas mulheres, sendo essa uma das prerrogativas para que consigam certa mobilidade em sua condição social.

Por outro lado, o foco – ainda que de forma questionável e problemática – em elaborar políticas voltadas exclusivamente para questões de gênero, acaba por provocar discussões que apontam para um processo de marginalização específico que atinge de forma particular as mulheres. Tal percepção por parte dessas intervenções públicas está relacionada às constatações de estudos, pesquisas e debates acerca de um maior cerceamento de direitos da mulher (em relação ao homem) em nossa sociedade, dado ao seu convívio histórico com a discriminação de gênero. Porém, o que se tem notado é que tal limitação se torna maior quando junto à sua condição de mulher temos outros fatores relacionados às suas identidades sociais, tais como classe e raça.

A hipótese explorada no trabalho, de que existem fatores de gênero que incidem com maior peso na vida das mulheres e que as tornam mais vulneráveis com relação à pobreza, foi confirmada, concluindo-se que, apesar do progresso na redução das desigualdades de gênero, ainda permanecem diferenças substanciais entre os sexos, agravadas pela questão racial,

fazendo com que a pobreza brasileira tenha um rosto “feminino e negro”. (FREITAS, 2009, p. 272)

Nesse sentido, cabe afirmar que o processo de negação de direitos torna-se mais severo para as mulheres não brancas (negras e pardas)⁶⁹ que, conseqüentemente, representam a maior parcela de beneficiárias do Programa Bolsa Família e de demais programas que visam o combate à pobreza e desigualdade no Brasil⁷⁰.

A presença mais notável de mulheres negras entre as pessoas pobres é reflexo de um processo histórico de (re)produção de desigualdades sociais. Esta tem como eixos estruturantes os marcadores sociais como gênero e raça/etnia, os quais orientam a construção da cidadania e a efetivação de direitos no Ocidente. (MARIANO; CARLOTO, 2012, p.398)

A condição destas mulheres está intimamente ligada às relações de poder vigentes em nossa sociedade e revelam, para além da exploração, as diferentes formas de opressão, as diferentes formas assumidas pelo poder na vida cotidiana que geram e se expressam em circunstâncias econômicas, sociais, políticas, culturais, emocionais, nas relações interpessoais e nos espaços públicos bem como nos espaços privados.

Enquanto mulheres brancas apontam para conquistas nos espaços públicos, mulheres negras têm uma história de vida pública inscrita em trabalhos forçados e desqualificados; dessa forma, podemos pensar que estas partem para a organização de sua vida privada enquanto uma verdadeira tarefa histórica (SOUZAS, 2004), onde o espaço privado ainda é algo a ser conquistado bem como sua real emancipação no espaço público, com o qual sua relação ainda é degradada pelo sexismo e racismo, refletindo na sua condição de trabalho e salário. Tais condições devem ser levadas em conta com essa parcela da população para a qual esse trânsito entre o espaço público e privado tem um caráter histórico-social muito próprio.

Todo o percurso histórico-social, trouxe diferentes experiências mesmo dentro de questões comuns a todas as mulheres como na área da sexualidade, trabalho, saúde reprodutiva e vida familiar. Essa relação entre o racismo e questões mais amplas sobre as mulheres, encontra justificativa no registro histórico brasileiro, uma

⁶⁹ Seguindo a regra adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), optamos por somar pardas e pretas para constituir o que designamos como mulheres negras.

⁷⁰ Das 14 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família, 73% são de negros e pardos. E 68% delas são chefiadas por mulheres negras, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social (ARRUDA, 2014).

vez que a “racialização” produziu gêneros subalternos (CARNEIRO, 2003). Ou seja, quando introduzimos a questão racial dentro das questões de gênero, notam-se desigualdades que se sobressaem às experiências de gênero estabelecendo uma nova hierarquia na qual padrões hegemônicos raciais prevalecem como dominantes; em outras palavras, as desigualdades não se estabelecem mais entre homens e mulheres somente, as desigualdades aparecem também entre gêneros dominantes (homem branco e mulher branca) e gêneros dominados (homem negro e mulher negra). Por isso, as mulheres negras ainda encontram maiores dificuldades em sua mobilidade social, quando comparadas a homens e mulheres brancos. Isso sem acrescentarmos outros marcadores sociais que quando acrescidos aprofundam ainda mais a questão da desigualdade como, por exemplo, a sexualidade, a geração e o território.

Diante de tal discussão, apontamos a necessidade de perceber que os pobres são diferentes entre si, a pobreza é um “fenômeno multidimensional” (MARIANO; CARLOTO, 2012), não sendo possível ser examinada em termos genéricos que ignorem sua diversidade e pluralidade.

Tais intersecções presentes devem ser levadas em conta, pois estão intimamente relacionadas à forma como essas sujeitas se posicionam em suas relações sociais que se concretizam no cotidiano.

2. O CRAS e as mulheres

Começamos trazendo um pouco sobre a trajetória de cada uma de nossas três interlocutoras, a fim de que possamos acessar suas experiências inclusive as que dizem respeito ao CRAS. Em seguida retomamos alguns aspectos dessas trajetórias de modo sucinto, com o intuito de analisarmos em que medida contribuem para os sentidos que cada uma delas atribuem ao equipamento público.

2.1. Trajetórias

Sofia

Nasceu em Alagoas, tem sessenta e seis anos e é a segunda filha de nove filhos, sendo oito mulheres e um homem. Sofia começou a trabalhar aos sete anos de

idade na roça com os pais, e quando não ia para o campo era responsável por ficar em casa com os irmãos; por conta disso, nunca teve a oportunidade de estudar.

Com treze anos foi morar com o pai em um sítio, onde continuaram trabalhando na roça. Aos vinte e um anos aceitou a proposta do dono do sítio, então patrão de seu pai, e passou a morar com ele como sua esposa. Na época, ele tinha sessenta anos, a ex-esposa tinha ido embora e o deixado com os filhos, alguns casados sendo um deles viúvo e também um “menor de idade”.

Com o aceite da proposta, o pai de Sofia foi embora do sítio por discordar de tal decisão. A relação durou até a morte do marido, quando então já haviam tido cinco filhos, sendo que dois deles morreram ainda recém-nascidos.

Sofia: Com vinte e um ano. E eles... eu fui morar com ele assim não por amor. Eu nunca morei com ninguém por amor, vou ser bem franca. Eu fui por a necessidade pra vida que eu levava, que eu vivia...só trabalhava...Naquela época eu não sabia nem o que era dinheiro, que eu não via o dinheiro [inaudível] E ele via aquela...aquele sofrimento. Meu pai trabalhava pra ele.

Pesquisadora: Ah ele era patrão do seu pai.

Sofia: É...aí ele via aquela vida e ele ficou...a muié dele também não tinha mais fio foi embora, depois que parou de ter filho foi embora largou ele...e foi embora. Aí como ela...ela...os fio dela já era que nem os meu são hoje...aí mandou os fio dela alugar, comprar não sei, na época, uma casa numa cidade, e... morar sozinha. E ele ficou...ele tinha um sítio. Aí ele foi, começou me dar conselho pra ir morar com ele, e eu era nova...novinha pra vista dele, mas devido a vida que eu vivia, eu fui morar com ele. Quando meu pai ficou sabendo...foi embora de lá, de onde morava... Foi embora...

Pesquisadora.: E a senhora se dava bem com ele?

Sofia: Me dava!

Pesquisadora: É?

Sofia: Eu tinha uma vida que eu nunca tinha tido na minha vida! Também foi aquela foi a única, viu?! Foi a primeira e a única...

Pesquisadora: Mas continuava trabalhando na roça?

Sofia: Não. Eu trabalhava em lar.

Pesquisadora: Ele trabalhava?

Sofia: Ele mandava na verdade

Pesquisadora: Ah ele tinha os empregados, né?!

Sofia: É... ele mandava na verdade. Então foi a única vida que eu tive foi aquela...

Pesquisadora: Aí ele faleceu...

Sofia: Aí ele faleceu, eu fui embora...devido outros motivos do filho mais novo dele, que ele queria me tratar como se eu fosse mulher dele, eu tinha que fazer tudo que ele queria eu não aceitei...fui embora...mas

deixei os dois menino, porque o pai deles tinha deixado é...do que eles vivem, e se eu fosse levar os três, eles iam passar fome. Entendeu? Como eu não era casada com ele, e quando fui pra lá eu não levei nada...eu não achei justo ir brigar por uma coisa que eu não tinha construído, mas que eles tinha direito. Aí depois eu fui embora e deixei eles dois. Aí levei só a menina, que a menina era muié né?! Aí levei...

Sofia foi morar sozinha com a filha, voltou a trabalhar na roça, mas sem registro em carteira. Trabalhava onde ganhava mais, segundo ela. Depois de alguns anos

conheceu Jorge, seu atual companheiro, com quem passou a morar. Aos dezessete anos a filha engravidou de um homem mais velho e foi morar com ele. Sofia teve quatro filhos com Jorge e quando a mais nova ainda estava em sua barriga, e a mais velha tinha sete anos, decidiram cair na estrada “sem destino”.

De carona em carona chegaram em Campinas, interior de São Pulo, ficaram em um albergue e foi quando um dos filhos adoeceu. Ficaram por volta de seis dias, até que o menino, após tomar soro, melhorou. Com o dinheiro da passagem que conseguiram com a assistente social, embarcaram em um trem onde ouviram falar de Araraquara. Em Araraquara ficaram novamente em um albergue, por apenas uma noite. Ainda sem destino certo, continuaram caminhando até chegarem em uma praça, lugar em que ouviram falar sobre Ribeirão Preto, então naquele momento Jorge decidiu que era esse o novo destino achando que se tratava de um lugar próximo. Quando chegaram na usina Maringá descobriram que estavam a 80km de seu destino. Decidiram então ficar por ali em um “povoado”, onde moravam alguns trabalhadores da usina. Ficaram um mês por lá fazendo alguns serviços no sítio, como olhar a bomba que fornecia água e colocar cerca. Ainda passaram por alguns dias em um galinheiro, depois por uma cocheira onde ficaram alguns meses, até conseguirem o trabalho registrado na Usina Santa Cruz; foi quando acharam mais fácil mudarem-se para o bairro Parque das Hortências, por lá costumavam pegar o ônibus para irem trabalhar. Alugaram uma casa de dois cômodos na qual moravam com as crianças e o irmão de Sofia, recém-chegado de Alagoas, e que começou a trabalhar também na Usina. Ele morou com Sofia por um ano, até se casar e mudar de bairro.

Quando a situação ficava difícil, Sofia recorria aos serviços assistencialistas, inclusive aos filantrópicos, foi quando conheceu D. Deodata – aquela a quem atribuem o mutirão que deu início ao bairro.

Sofia: Ó...porque eu na época [risos] eu passava muita dificuldade, e ela dava cesta básica. Aí eu acho que eu fui lá umas duas vezes, arrumar cesta, pegar cesta.

Pesquisadora: A senhora já morava aqui?

Sofia: Já! Já! Mas aí como a gente tinha muita dificuldade porque era quatro filho, e eu e ele pra trabalhar na roça já não ganhava aquelas coisa. Trabalhava a safra, terminava a safra parava. Aí eu fui lá umas duas vez arruma... pra pedir cesta, cesta básica, aí depois também aí eu não fui mais. Teve outra pessoa que também ajudou muito a gente, a Geisa lá do Centro. Dava roupa...até hoje né ainda tem gente aí que pega. Eu peguei a Julinha [uma das filhas] com 16 ano ela ainda pegou roupa e carçado de lá. Todo ano eles davam a cesta e a roupa no natal e no [inaudível] Era a minha salvação porque eu não tinha como comprar, era quatro!

Todos os filhos de Sofia estudaram ali no bairro mesmo, mas os meninos não chegaram a completar o Ensino Médio. Com treze anos um deles já trabalhava como servente de pedreiro e hoje trabalha com construção civil, o outro começou a trabalhar aos dezessete anos e assim como os pais hoje trabalha na roça, pois para ele é o serviço que mais paga: *“Esse ano ele chegou mês dele tirar três mil real na roça. Ele trabalha bem. Ele é um dos melhor colhedor de laranja do turmeiro dele!”*

Uma das meninas casou-se e foi embora para Tabatinga, a outra casou-se recentemente também, mas mora há algumas casas de distância de Sofia.

Sofia parou de trabalhar em julho do ano passado, mas assim como o marido, já havia conseguido a aposentadoria. Ambos continuaram trabalhando. Jorge, com o término da safra foi para o Mato Grosso trabalhar de servente de pedreiro com o filho. Sofia só parou de trabalhar devido a problemas de saúde, mas se não fosse por isso, continuaria trabalhando na roça:

Sofia: Nossa, eu tenho muita vontade de trabalhar ainda só que o serviço que eu gosto...não adianta você fazer o que você não gosta. Cê tem que fazer o que você gosta [silêncio] É a roça! Eu não posso mais... A minhas condições de saúde, não permite mais... que eu acho que eu trabalhei minha vida inteira, levando chuva, sol, e prejudicou muito meus pé principalmente meus pé. Eu sinto muita dor debaixo dos pé, e tem hora que fica dormente, se eu...as vezes eu vou daqui na creche levar as menina, quando eu volto, eu volto me sentando, tenho que tirar o chinelo do pé que esquenta até em casa mesmo. No dia que eu faço faxina tudo essas coisa, de vez em quando eu tenho que tirar o pé do chinelo apoiar no chão, pa sentir o chão que começa a esquentar meu pé. Aí...por esse motivo que eu não vou mais trabalhar, não consigo mais trabalhar...Tenho vontade, mais fisicamente...

Pesquisadora: Mas o que que incomoda a senhora ficar em casa?

Sofia: Primeiro, que eu não gosto de depender de ninguém. Primeira coisa, eu não gosto de pedir nada pra ninguém. Gosto sempre de ter o meu pa não hora que eu precisar e na hora que eu quiser, eu ter. Não é ser orgulhosa, é uma coisa que eu trago desde minha infância. Nunca dependi de ninguém, entendeu? Então é isso mais que me faz falta o serviço... e o movimento! Né que lá na roça, pra mim aquilo dali era melhor que se eu tomasse...Quando eu trabalhava era difícil eu ir na UPA [Unidade de Pronto Atendimento], pra ver minha pressão... Quando eu tô em casa eu sempre tô indo. Eu fico muito estressada, nervosa, entendeu? Eu tenho muita insônia, eu não durmo quase nada. Não me alimento o suficiente, não tenho como. Não que não tenha comida, é que eu não tenho petite pá comê...e eu me preocupo muito com os outro. Esse problema⁷¹ do meu irmão tá me tirando o sono, tá me tirando o apetite, tá me tirando tudo! Cada vez que eu vejo ele eu fico pior do que ele, mais eu acho que eu fico mais doente que ele! Por não poder fazer nada...Primeiro que ele num... tá nem aí. Aí eu fico preocupada como cum ser humano consegue viver desse jeito...Então isso me deixa muito mal. Eu me preocupo muito com os outro.

⁷¹ Sofia se refere ao fato do irmão ser usuário de crack. Falamos um pouco disso mais adiante.

Desde que parou de trabalhar na roça, Sofia passou a cuidar de uma das netas. O filho mora nos fundos da casa, é separado e tem duas filhas. A mais velha passou a ficar com Sofia, enquanto a mais nova ficava com a mãe até que o pai conseguiu a guarda de ambas. Agora Sofia espera a chegada de mais uma criança na família, pois o filho se relaciona com outra moça que agora está grávida.

Sofia manteve contato com o CRAS até o ano de 2010, quando então ia somente para a renovação do cadastro. Tinha expectativas de que receberia o Bolsa Família e como isso nunca aconteceu, deixou de ir. Nunca solicitou outros benefícios sociais ou programas. Sabia que havia a cesta básica e a solicitação de documentos porque ouvia o comentário, mas nunca foi atrás de nada pois não tinha tempo.

Sofia: Do CRAS eu não tenho pra falar, nada. Porque...é assim...quando eu ia...as veiz eu ia lá né nesse negócio do Bolsa Família, mas nunca peguei e...só que nunca me trataram mal não... lá. Eu, eu tive contato com o CRAS em 2010. Até 2010 eu ia lá a veiz não era sempre. Até porque eu não tinha tempo. E...mas pra mim, eu nunca fui favorecida lá em nada

Marli: Eu também não!

Sofia: Mas também porque eu não fui, eu também não vou falar mal

Pesquisadora: Mas as vezes em que a senhora foi, foi por conta do Bolsa?

Sofia: Não então, eu ia assim, quando ela chamava pra renovar o cadastro, só que nunca veio esse dinheiro. Aí em 2010 eu parei de ir. Mesmo me chamando eu não fui mais. Mas assim, ir pra resolver, eu nunca resolvi nada lá. Nunca. Que tem gente que vai lá com negócio de documento, essas coisas.

Sofia: Na verdade, o CRAS era lá em cima, né?

Marli: É

Sofia: Aí quando fizeram a escola, que não tinha escola. A escola era lá onde era o CRAS, era a escola. Aí quando fizeram a escola aqui, aí lá ficou o CRAS. Aí começou a vim...até aí num vinha assistente social, não tinha assistente social.

Marli: Aquele pequenininho, né?

Sofia: É. Aí começou a vim assistente social. Faz negócio de cesta básica, resolver problema de documento, só que...

Marli: Cesta básica também não dá mais

Sofia: Só que eu nunca fui lá atrás de nada. Eu ouvia o comentário

Marli: Também não dá mais. Pode ir dez veis que não arruma

Pesquisadora: Mas quando não tinha o CRAS aqui, vocês precisavam de alguma coisa, como vocês faziam?

Sofia: Na prefeitura.

Sofia voltou a ter contato com o CRAS recentemente, ano passado quando uma das funcionárias foi até ao seu portão dar notícias a respeito de um dos filhos que Sofia deixou em Alagoas:

Sofia: Então...ela veio aqui, eu tava aqui, ela chegou aqui de uma hora assim pra outra...olhei assim... eu vi o carro que era da prefeitura... falei: "Eu não tenho criança não, né pra negócio de conselho", eu logo pensei. Aí ela chegou no portão: "A senhora é Dona Sofia?" eu falei: "Sou". Ela falou: "Então faz

tempo que a senhora não vai no CRAS, né?!” Eu falei: “Faz.” É que quando fala dessas coisas eu já falo um pouco ignorante né porque... Aí eu falei: “Faz muito tempo.” Ela falou: “É... a senhora foi lá em 2010”. eu falei “Ah é? nem sabia!”

Marli: [risos]

Sofia: Aí ela falou: “É.” E eu achei que ela ia falar do Bolsa Família né que eu já tava pronta pra responder. Aí ela falou: “Não, é que tem um...uma moça que quer falar com a senhora”. “Comigo?” Ela falou: “A senhora tem parente no Mato Grosso?” Eu falei: “Não!” Eu falei: “Ah eu acho que eu tenho um filho que eu fiquei sabendo que ele mora lá”. Ela falou: “É Edilson? Eu falei: “Não, Edmilson! Eu conheço ele como Edmilson...” Ela falou: “Então...” Aí falou o sobrenome. Aí eu falei: “É ele mesmo!” Aí ela ficou muito contente né que era ele. Aí já mandou o número de telefone lá pra mulher dele. Ela já ligou aqui e falei com ela... mas também em poucos dias ele veio aqui. De lá do Mato Grosso entrou em contato do Mato Grosso daqui... que aqui tem os dados da gente, né. Aí uma investigadora, policial que investigava caso né, investiga. Aí a minha nora pediu ajuda pra ela.

Marli: De lá, né?

Sofia: É, de lá do Mato Grosso. Aí ela começou investigar aí entrou em contato... Aí foi lá no CRAS de lá aí pediu informação...acho que procurou em vários, aí me achou aqui

Marli: Nossa, porque do Mato Grosso tem bastante CRAS até aqui!

Sofia: É...então, né?! [risos]

Pesquisadora: E ele não sabia que a senhora morava no Jardim Hortência, Parque das Hortências?

Sofia: Não, não.

Marli: Sabia nem que morava em Araraquara...

Através desse filho que hoje mora no Mato Grosso, Sofia passou a ter contato com os outros dois: a filha que ficou em Pernambuco e o filho que ficou em Alagoas, o único dentre os três que ainda não pôde vir visitá-la.

Diante disso, Sofia se sente muito agradecida à uma das técnicas do CRAS, que neste caso, tratava-se da psicóloga, e entende tal ato como uma boa ação que primeiramente atribui a Deus, mas que também credita a ela, frente às expectativas que parece ter em relação aos serviços públicos. Mas reitera que o CRAS não fez diferença em sua vida e ao que nos parece, isso está relacionado (entre outras coisas) à importância que o equipamento teve ou não em relação aos cuidados de seus filhos e filhas.

Sofia: Eu agradeço muito a mulher... essa mulher que tá lá, que eu também não conheço. Nunca tive contato com ela...

Marli: Como que ela chama?

Sofia: Então, mas eu não conheço. Fiquei conhecendo ela no dia que ela veio aqui me dar notícia do meu filho. Fiquei muito agradecida. Agradeço muito né, mas quer dizer que meu nome tava lá já fazia muito tempo então que na hora que ligaram lá pra procurar saber ela foi lá e meu nome tava lá. Aí ela veio aqui...só dela vim aqui me dá informação...eu agradeço muito. A Deus primeiramente e à ela né. Que ela também podia até dizer: “Ah não tá, não tem, não sei o que...” que tem muita gente que trabalha nessas coisas, vocês sabem disso, que não tá nem aí!

Marli: É verdade

Sofia: Dá muita informação errada, as veiz não dá, não vai lá procurar...não se interessa pelo caso...e ela não. Ela se dedicou, ela prestou e veio aqui, então eu tô devendo isso pra ela. Eu tô devendo isso pra ela. Mas só que pra mim o CRAS...nunca fez muita diferença não. Pra mim o importante quando meus filhos era mais pequeno era a creche e a escola. Aí agora eu não tenho mais que eles já tão tudo maior de idade, mas tenho minhas netas que continua, né?!

Depois que tivemos esta conversa na casa de Sofia, ela e a filha procuraram pelo CRAS. O irmão de Sofia sempre teve problemas com o alcoolismo, mas logo após o término de seu casamento, ele passou a consumir crack. Ele alugou uma casa no Hortências e desde então vivia perambulando pelas ruas e as vezes passava muito mal, tendo que ser socorrido. A ex-esposa responsabilizava Sofia pela situação do ex-marido e em uma das vezes em que ficou internado, a assistente social do hospital ameaçou denunciar a família de Sofia sob a acusação de abandono. Por conta dessa situação, Sofia e sua filha resolveram procurar o CRAS em busca de orientação, pois Sofia precisava viajar para ver o pai em Alagoas, e o irmão havia sido internado novamente.

Sofia: Mais um pobrema, mas esse daí eu já resolvi, graças a Deus! Que antes de fica...lá no hospital, eles queria...ah falaram que era abandono de família que nois tinha abandonado ele. Cê já viu a gente abandona um homem com 47 ano de idade? É difícil! Ele nunca atendeu nada que a gente falava, principalmente eu! E...eu já tenho os meus pobrema...todo mundo tem pobrema... e as veiz eu começava a falar pra ele...explic...mai aí despois também eu já começava ignorar... já começa a fica... e ele é muito grosso também, e ele é muito mal criado. Ele xinga quando tá internado, ele xinga médico, ele xinga enfermeiro, ele xinga todo mundo. Sempre corria atrás dele, entendeu? Só que eu não posso me responsabilizar por uma coisa, que eu não sou culpada! Aí eu fui lá conversar com a assistente social lá. Ela falou: “Não, a senhora não pode cuidar dele, a senhora já é idosa. A senhora não. Ele é... ele é novo, ele tem 47 ano. A senhora não tem responsabilidade por ele”.

Pesquisadora: E agora como que vai ser isso? O CRAS agora assumiu o caso dele?

Sofia: Uhum! A assistente social arrumou lá...

Pesquisadora: A senhora foi lá por conta da acusação que fizeram da senhora?

Sofia: É. Então, lá no hospital e a ex-mulher dele ficava...a mãe dela ficava jogando indireta que... eu não tenho nada a ver com isso!

Voltamos à casa de Sofia quase um mês depois dessa nossa última conversa. Fazia oito dias que o irmão havia falecido. A internação na clínica não aconteceu, ele não foi aceito; então ficou em casa entre idas e vindas do pronto socorro, e na última vez, foi uma das assistentes sociais do CRAS quem o trouxe de volta. Ele morreu em casa, foi encontrado por um rapaz que costumava lhe levar comida. *“Como pode um*

ser humano morrer desse jeito?” lamenta Sofia que dizia não se conformar com a forma como ele se foi.

Embora bastante chateada pela morte do irmão, Sofia nos contou que havia um motivo para estar feliz: a filha que mora em Pernambuco estava ali com ela e sobre isso disse que estava sendo bom, além da companhia, a filha a ajudava com as netas “Isso eu agradeço ao CRAS!”, comenta.

Patrícia

Patrícia tem quarente e cinco anos, nasceu em Araraquara, é a filha mais velha de Marli (nossa outra entrevistada) dentre três irmãos. Com dois anos de idade foi para o bairro Jardim Arco Íris onde morou com a avó, a mãe, o padrasto e os irmãos.

Aos dezesseis anos teve o primeiro filho, depois vieram mais quatro; foi quando perderam a casa em um incêndio. Na época, a avó já era falecida e o filho mais velho tinha apenas nove anos. Nessa fase também já não estava mais com pai das crianças, que veio a falecer alguns anos depois em decorrência de um problema no rim.

Patrícia: Aí eu fui morar na casa transitória...com as criança, aí fiquei um tempo lá, aí teve uma confraternização tudo, no dia 22 de Dezembro eles falou que não podia ficar...tempo lá, né?! Assim... era só uma... um tempo que ficava lá. Aí, uma tia do meu irmão deu abrigo pa nois, eu vim morar aqui. Eu morava lá em cima, não morava aqui embaixo. Aqui era mato. Não tinha casa, não tinha nada pra cá, pra esse lado. Era tudo mato pra cá. Dali pra cá era tudo mato.

Pesquisadora: E aí cês vieram pra cá, e a tia de vocês deixou essa casa, e vocês ficaram nessa casa até sair a casa do mutirão?

Patrícia: Foi

Pesquisadora: E como que foi esse negócio do mutirão? Como que vocês ficaram sabendo? Cê lembra?

Patrícia: Ah minha mãe, né?! Ela sabe tudo [risos] Ela anda pra tudo quanto é lado, ela sabe tudo. Aí ela fez e depois falou pra mim fazer. Aí eu fiz, mai noi trabaíamo muito

Pesquisadora: É, né?!

Patrícia: Eu trabaiei cinco anos.

Patrícia estudou até o oitavo ano do Ensino Fundamental (antiga sétima série), tentou retomar os estudos, mas não conseguiu por conta das responsabilidades: estava em um novo relacionamento, tinha tido mais dois filhos e precisava trabalhar:

Patrícia: Aí eu parei de estudar, num quis mais. Ai já tinha os filhos...

Pesquisadora: Por que, Patrícia?

Patrícia: Ai, já tinha os filho, né?! Começa marido cobra, tem os filhos pra cuidar... Ainda eu tentei estudar! Aqui, à noite, quando tinha. Porque aqui teve um tempo que tinha escola à noite mas aí não deu mais certo... Tinha que

trabaia, estuda, cuida de filho, cuida de casa, cuida do marido... As coisa ficou complicada

Pesquisadora: E do que que você já trabalhou, Patrícia?

Patrícia: Trabalhei de faxineira, depois eu trabaiei de...no lar né?! Trabaiei como doméstica, e depois trabaiei como faxineira na creche lá no Padre Bernardo Plate. Depois eu trabalhei na área de lazer, cuidando da área de lazer, eu cuidava da área de lazer ali do Melhado, lá do Indaiá, depois trabaiei no Indaiá também mais tudo assim... Frente de Trabalho, né?!

Pesquisadora: É isso que ia te perguntar, se era da Frente de Trabalho

Patrícia: Aí eu... depois que eu parei da Frente de Trabalho, trabaiei aqui na creche, fai oito ano que eu tô ali! Eu trabalhei treis anos de faxineira, depois fui pa cozinha.

O acesso de Patrícia ao Programa “Frente de Trabalho” foi intermediado pelo CRAS, mas seu contato com o serviço de assistência no bairro foi através da realização do plantão social, um dos serviços que a Secretaria de Assistência Social oferecia à população do bairro, antes da instalação do CRAS⁷². Para além da solicitação dos documentos que se perderam no incêndio, foi na época dessas primeiras ações da Secretaria no bairro que Patrícia fez parte de uma cooperativa. E foi justamente essa experiência que levou Patrícia até o CRAS, porém, ela nos conta que a escola foi também uma importante ponte para que algumas famílias passassem a terem contato com o mesmo:

Pesquisadora: Você lembra como foi seu primeiro contato com o CRAS?

Patrícia: Porque antes de ser o CRAS lá na onde que eu falei pru cê, era cooperativa nossa. Noi tinha uma cooperativa chamada “Coperlimpe” que era na onde noi fazia faxina na cidade inteira. Na sorveteria de Araraquara... Aí quando fez o CRAS, né?! Como noi já tinha... e lá na parede já tinha a lista dos nome eles foram fazendo, chamando pra fazer o cadastro. Foi antes do CRAS. Acho que depois de...dois meses que noi paramo lá ele... o CRAS abriu, abriu o CRAS.

Pesquisadora: E eles aproveitaram a lista que já devia tá por lá...

Patrícia: É, eles foram fazendo o cadastro de todo mundo, né?!

Pesquisadora: Mas eles chegaram a explicar o que que era o CRAS?

Patrícia: Na época não! Quando foi saber já era CRAS ali, o povo ia lá e um pra pedi leite, outra pra pedi material, outra pra pedi cesta... e foi indo [risos] Até hoje

Pesquisadora: E cê sabia do que se tratava quando chegou?

Patrícia: Não...

Pesquisadora: Como você descobriu?

Patrícia: Como falaram pra... eu fui matricular ela [a filha] e o outro aí falaram “Aí você tem que abrir a sua ficha lá no CRAS, que se precisar de alguma coisa, documentação... essas coisa eles ajuda”. Mas eu passei por uma psicóloga lá no CRAS, tinha uma psicóloga. Marizete...ela era muito boazinha. Aí né?! Falou que precisa, precisar de psicólogo, passa pro psicólogo, essas coisa... Eles que resolviam negócio de vacina atrasada, né?! Mandava fazer papelzinho, mandava no posto pa... vacinar as crianças... ele ajudava bastante gente aí! Tipo aquele leite de soja, criança que precisava... era tudo eles que resolvia. Incrusive hoje eles resolve, né?! Eles dão pa algumas criança aquele Viva Leite.

⁷² Falamos sobre isso no capítulo anterior.

Através do CRAS, Patrícia teve acesso ao Programa “Viva Leite”, ao “Renda Cidadã” e ao “Bolsa Família”, benefício este que ela recebe até hoje, além da participação na “Frente de Trabalho”:

Patrícia: Ai sabe... eu acho assim: nos outro mandato eles ajudaram... eu memo me ajudaram. Me ajudaram, me ajudava com uma coisa, com a outra... Esse ano, esse ano que passou eles tiraram o registro do meu marido, foram buscar lá em Pernambuco. Eles me ajudava com cesta, leite... Me ajudaram muito também, não vou falar que nunca me ajudaram não, aí me ferraram minha vida também.

Por outro lado, Patrícia atribui ao CRAS um episódio bastante sério, quando quase perdeu a guarda de três de seus filhos:

Patrícia: Ah... que depois eu mesma me afastei do CRAS por causa da... eu tive um problema com a justiça, né?! Ele, a escola e a creche. Eu quase perdi os três fio meu, os mais novos

[neste momento a filha interfere falando de lá do quarto que foi na época que um dos irmãos foi preso]

Patrícia: É, na época eu entrei em depressão que eu tinha meu filho... tinha ido preso. Aí eu tive que passar por Conselho Tutelar, tive que passar pelo Fórum, pela Procuradoria... e eles falava que foi eles

Pesquisadora: E aí Patrícia, como que desenrolou isso?

Patrícia: Ah eu provei que né, que não era, né?! Por isso que eu falo pro cê, a Creche Azul me ajudou muito! A diretora dali me ajudava muito ela, ela foi como testemunha minha. Incrusive essa [vizinha] que eu falo dela também que briga por causa de criança, mas ela foi também... Foi a diretora, ela e a debaixo, e a outra debaixo a Rê. Tudo como testemunha minha que eu não batia, que eu mandava pra escola...

Pesquisadora: Ah era essa a denúncia?

Patrícia: É, que eu... que eles passava hora sem comer, que na minha casa nunca... por mais que seja pobre cê pode abrir o armário aí, nunca faltou nada... Aí... que assim... faltou da escola três dia eles tão chamando o conselho tutelar!

Apesar disso, Patrícia reconhece a importância do CRAS porque entende que este ajuda muitas pessoas, mas adverte que não a todas:

Patrícia: Ah eu acho que eles devia ajudar mais, mas acho que eles ajuda muita gente aí, incrusive a minha ex-cunhada memo eles tão ajudando, ué. Tão dando, voltaram a dar o leite pros fio dela, tão tentando ajudar a arrumar creche pras criança dela pôr na creche... e tá ajudando ela. Muita gente eles ajuda, né, mas acho que é escolhido a dedo. Eu mesmo eles... Leite eu pegava no posto nem era lá, quando na época eu peguei pro meu menino, era o posto que coisava. O dia que meu marido precisou lá do registro eles foram atrás tudo mai... pra mim... É. Assim, que nem o Bolsa Família se tem que ir no CRAS, que eles que arruma, é... Frente de Trabalho também foi feita lá. Negócio da frente de trabalho feito lá agora esse ano. Agora não sei né como vai ser

Pesquisadora: É, tem bastante na lista lá, cê se inscreveu nessa Frente de Trabalho?

Patrícia: É. Meu número é duzentos e pouco

Pesquisadora: Mas chama bastante, não chama?

Patrícia: Ah eu não sei agora com essa...Araraquara, que Araraquara tá feio, né?! Eu acho que dessa vez eles vão chamar um bom tanto, viu?!

Pesquisadora: Na época do Barbieri teve frente de trabalho?

Patrícia: Nesse mandato do Barbieri não tinha nada! Não tinha nada!

Pesquisadora: E aí como você se virava, Patrícia?

Patrícia: É, eu já tô com esse meu marido já faz tempo, já. Sempre ele me ajudou bastante, ele me ajuda bastante. Só teve as coisa memo é boa na época que o Edinho tava né, no outro mandato dele agora que ele tá vamo vê o que ele vai fazer! Que... o Barbieri, eu acho que ele cabou afundando foi Araraquara, isso sim! Cê vê... noi mora perto dum lugar maravilhoso, o aeroporto aqui, meu marido inclusive trabalha no aeroporto, é lindo lá. Não funciona!

Pesquisadora: O que ele faz lá?

Patrícia: Ele é... de construção. Servente de pedreiro. Cê vê... não funciona! Podia ter muita gente trabalhando ali, mas não funciona! No começo vinha avião grande, hoje em dia já não vem mais!

[...]

Patrícia: Ai, antigamente eles fornecia passe no CRAS

Pesquisadora: Agora não?

Patrícia: Cê vai lá, nunca tem. Não tem passe, não tem cesta, não tem nada.

[Filha da Patrícia enquanto passa pela cozinha: Eles dá pra quem eles quê!]

Patrícia: Só que eu vi, na época que meu marido pediu a cesta, ele trouxe uma pra moça aqui do lado. Eles nem fala, sabe, eles nem vem dá explicação, nem manda recado, não manda nada. Eles pega telefone da gente, pega endereço, pega tudo mas pra nada. Pa fica lá de enfeite. Ó, quando na época que eu fiquei sem o Bolsa, eu fui no CRAS. Conversei com o mocinho lá da frente. Ele falou assim que eu tinha que ir lá na... na Fonte [bairro]. Só lá que resolveriam. E pra quê o CRAS? Se o CRAS tá pertinho num bairro, é pra resolver as coisas da gente. Nem todo mundo tem dinheiro pra ficar indo pra cidade.

Marli

Marli tem sessenta anos, é a filha mais nova entre treze irmãos. Saiu de Muzambinho, cidade de Minas Gerais, onde morava com a avó, para ir morar com os pais que já estavam há cinco anos em Araraquara por conta do emprego do pai, na Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA).

Aos doze anos de idade começou a namorar um rapaz de dezessete anos que conheceu na escola. Nessa mesma idade, ela quis voltar a morar com a avó em Muzambinho deixando o namorado para trás. Porém, com o endereço dado pela mãe de Marli o rapaz foi atrás, e com treze anos, pressionada pela avó, Marli acabou se casando com ele.

Marli: É. Chegou lá minha avó: "Não menina da cidade...Deus me livre! Ah ela vai casar! Ela vai casar!". Escuta, cê acredita que a minha avó... sabe que a minha avó fez? Mandou minha mãe trazer eu no médico pra ver se era virgem pra casar de noiva.

Pesquisadora: Olha só...

Marli: Cê acredita?

Pesquisadora: Aí teve que vir no médico?

Marli: Tive que ir no médico. O médico falou pra ela: “Ai dona Lúcia, a senhora vai me desculpar, mas não vou mexer nela não! O corpo dela é de virge! Porque minha avó...lá em Minas tem que casar virge!”

Pesquisadora: Nossa e você teve que voltar aqui, ir no médico pra então ela aceitar que você...

Marli: E meu marido foi junto! Falou pra ela e pra ele: “Não vou mexer nela”. Ele jurava que ele nunca pois a mão ni mim, mas a minha avó não acreditava! As vez eu ficava com ele até as dez hora, dez e meia, minha avó ali. Eu sentada de um lado e minha avó ali. Não é aquelas que senta no meio, não. Que nem igual acontecia com a minha mãe. Ela sentava ali. Até que enfim ela... ah... aí que ela ia pra cama “Cuidado aí hein?!” [imitando a avó]. Aí ele ia embora pra casa dele porque ele começou a trabalhar com o meus irmão, mas ele morava em outra fazenda.

Depois de dois anos, Marli voltou para Araraquara com o marido. Já havia parado de estudar e aos quinze anos teve Patrícia. Neste período, era a mãe de Marli quem os ajudava com as despesas.

Pesquisadora: Até então era o seu marido quem sustentava a casa?

Marli: Não, era minha mãe memo que ele não sustentava nada não, minha fia.

Pesquisadora: Ele não trabalhava?

Marli: Ele trabaiaava, mas não sustentava nada não! Era minha mãe que dava de tudo. Desde novinha, desde novinha já menina, né?! Que casei menina, ele já recebia e dava dinheiro pa minha mãe!

Pesquisadora: Sua mãe que administrava o dinheiro de vocês então?

Marli: É. O meu era só pra beleza, né?! [risos] Cabelo, roupa, perfume, shampoo e... pra mim era só pra mim! Porque minha mãe recebia a aposentadoria do meu pai no meu nome. Ela recebeu a aposentadoria do meu pai até com vinte e um ano. Aí foi nesse tempo, há muito tempo, meu pai morreu. E minha mãe...aí minha mãe foi quem recebia a aposentadoria dele. Aí ficou pra mim, né?! Porque a última fia, porque ele tinha treze [filhos contanto] comigo!

Aos dezenove anos Marli ficou viúva; o marido foi assassinado durante uma briga na rua. Foi quando Marli começou a trabalhar na roça plantando cana, e foi nesse período também que conheceu aquele que viria ser seu marido e com o qual teve dois filhos. Foi o relacionamento mais longo de Marli, entre idas e vindas ficaram juntos até pouco tempo antes dele falecer (Marli ficou na dúvida quanto ao ano de seu falecimento. Não sabe ao certo se foi em 2015 ou 2016).

Pesquisadora: Ele faleceu do quê?

Marli: Cirrose, minha fia! Bebia muito. Só que ele bebia, ele não brigava, não batia, cuidava da casa, ele trabaiaava...

Pesquisadora: Ele trabalhava no quê?

Marli: Trabalhava na roça.

Pesquisadora: E aí nesse meio de tempo cê também continuou...ah não você trabalhava em outras...

Marli: É... aí parei com ele... não trabalhava com ele! Nois brigava direto. Então trabalhava em outro lugar, fazia limpeza no outro lugar... Cozinheira no outro lugar... Aí trabalhei na "Frente de Trabalho" ele não quis ir... [risos] Porque depois de tempo, né?! Veio o Julio [primeiro filho do casal] aí ele falou: "Ah Marli..." Mas ele, ele sempre recebia mais na roça, né?! Mas ele achava que não, que ele.. "Não vou voltar a trabalhar, agora vou trabalhar com trator, com caminhão..." Que ele é motorista. "Arrumar um serviço na cidade porque tem que cuidar desse menino". Ele achava que na roça não dava, mais na roça ganha mais né? Mas ele achou que... Aí ele arrumou na cidade.

Marli morava com a mãe, com o marido, com os três filhos incluindo Patrícia e mais suas cinco crianças. Tempos depois (Marli não soube precisar o quanto exatamente), perderam a casa no incêndio.

Marli: No Arco Íris era casa nossa, que foi queimada, botaram fogo por isso que mudei pra o Hortência...
Pesquisadora: Ah botaram fogo lá no Arco Íris?
Marli: Minha casa era de tábuas
Pesquisadora: Foi acidente?
Marli: Não. Puseram fogo memo. Maldade memo
Pesquisadora: Por quê?
Marli: Aquele lugar era só maldade
Pesquisadora: Nossa Marli, cês tavam lá na casa?
Marli: Não. Não tava na casa, nois tinha saído. Ficou com a casa vazia! Minha mãe já tinha morrido.
Pesquisadora: Já tinha largado do seu marido?
Marli: Não. Foi por causa do meu marido que botaram fogo na casa. Rincha dele, pegaram e botaram fogo na casa.

Da casa transitória, todos foram para uma casa no Parque das Hortências que o cunhado de Marli deu aos seus dois filhos e lá permaneceram até saírem as casas do mutirão. Nesta fase, Marli já não vivia mais com o marido "Ah não. Larguei! Não aguento gente bebum!". Ele acabou arrumando outra mulher e foi morar em uma fazenda. Mas sobre a casa no Hortências, Marli relata:

Marli: Eu vim pra cá primeiro, né?! Aí...meu cunhado e essa...meu cunhado e a minha cunhada foi buscar nois lá... Sabe na onde nois fomo morar primeiro antes de vim? Antes de da casa? Nois fomo morar no...no... na casa transitória⁷³.
Pesquisadora: Na casa transitória?
Marli: É
Pesquisadora: Aí cês ficaram quanto tempo lá?
Marli: Ficamo... fomo em setembro? Foi setembro? Nois fomo em agosto, foi em agosto? Ficamo lá agosto, setembro, outubro, novembro... nois passamo o natal aqui já. Em novembro nois viemo pra cá.
[...]
Marli: Ficava os fio da Patrícia, que tinha sete e dois dela [cunhada], nove. Nois morava, que vê... em treze, na casa! O único home que tinha na minha

⁷³ Casa de acolhimento temporária, voltada para pessoas em situação de rua e/ou aqueles que por algum motivo não têm onde ficar.

casa era os menino, e o marido dela [cunhada]. E é engraçado, os outro fala pra mim: “Nossa como cês consegue? Ah sai você pra trabaia...” que era eu. “Sai Joana pra trabaia, sai Lorenço [marido da cunhada] pra trabaia, sai Patrícia pra trabaia, a casa ficou completamente sozinha! As criança vai pra escola, quando sai da escola vai pro curso...” O Renato com quatorze ano tava trabalhando no supermercado. E a (inaudível) falou pra mim: “Nossa praticamente, Marli, a sua casa fica sozinha”. A casinha ficava sozinha, e nunca ninguém mexeu! Nunca ninguém mexeu. Não sumia nada! Tinha tanque meu, tanque da Patrícia, tanque da Joana [cunhada], tanquinho pra fora, nada! Mas não mexia, ó... eu podia deixar a casa aberta, ninguém mexia. Aqui no Hortência ninguém mexe! E bicicleta dum bicicleta do outro...

Pesquisadora: Por quê? O pessoal não deixa?

Marli: Não deixava. Ainda mais o Jeremias, minha fia... ele era irmão. O marido da Joana. Ele era irmão [membro do PCC]. Ninguém mexia e a Patrícia, o marido dela era motorista... que ela não tava com ele, mai era motorista... era também.

Foi no Parque das Hortências que um dos filhos de Marli e o neto (um dos filhos de Patrícia) se envolveram com o tráfico de drogas, ambos estão presos atualmente, mas sobre isso, Marli fala muito pouco e Patrícia, que tem também a filha usuária, menos ainda. Das poucas vezes que Marli falou a respeito do filho, comentou que ele frequentava a Igreja (evangélica), mas que “fez umas amizades erradas”. Já sobre o neto, Marli fala um pouco mais, mas geralmente em relação ao apego que ele tem por ela, sobre a autoridade que ele exerce no bairro ou se referindo à algumas ações dele ali no território, principalmente a que se refere ao projeto do time de futebol ali do bairro que ajuda a bancar: “O Léo é o dono do time!”. Além disso, é com ele também que Marli costuma se comunicar através de cartas. Mas sobre o envolvimento com o tráfico, Marli parece conformada ou pelo menos acostumada.

Marli: Que nem... ontem eu recebi uma herança, eu recebi uma carta depois que eu conversei cu cê... Recebi uma carta do meu neto que tá escrito: “Oi, vó! Te amo!”

Pesquisadora: E você tem medo Marli?

Marli: Do quê?

Pesquisadora: Deles estarem envolvidos nisso

Marli: Não! Tranquilo!

Pesquisadora: Nunca teve medo que acontecesse alguma coisa com eles?

Marli: Não, tranquilo...

Pesquisadora: O que te deixa tranquila?

Marli: São esperto. A única coisa que falei pra eles de acontecer é de ir preso. Normal.

O primeiro contato de Marli com o serviço de assistência no bairro, assim como Patrícia, foi anterior a instalação do CRAS⁷⁴, quando ainda a Secretaria de Assistência

⁷⁴ Embora elas se refiram a essa época como sendo o CRAS, através do levantamento bibliográfico, descobrimos que a instalação do CRAS foi posterior e que as ações desta época às quais se referem,

oferecia, dentre outros serviços, o plantão social que, assim como no caso de Patrícia, foi importante para que Marli solicitasse os documentos que havia perdido no incêndio da casa no outro bairro. Já com a instalação do CRAS, Marli passou a solicitar outros serviços também, alguns em benefício dos filhos, como as intermediações para vaga em escolas, passagem de ônibus para curso, além das oficinas também, principalmente de artesanato, das quais Marli participa sempre que tem. Marli também foi beneficiada pelo Programa “Frente de Trabalho”, “Renda Cidadã” e hoje recebe o “Bolsa Família”:

Pesquisadora: Como foi seu primeiro contato com o CRAS, você lembra por que você foi no CRAS?

Marli: Ah o registro das criança no dia que queimou a casa num tinha... queimou todos os registros de todos meus fio, de todos meus neto...

Pesquisadora: Aí você foi lá pra retirar os documentos

Marli: Retirar os documentos das crianças. Porque aí tinha que pôr na escola, né?! Tinha escola lá, mas depois tinha que pôr na escola aqui. Aliás eu procuro o CRAS pra tudo! Eu procurei o CRAS pra pôr as criança na escola porque eles não queria pôr as criança nessa escola, porque era lá no... no Parque São Paulo e meus fio não queria estudar de jeito nenhum no Parque São Paulo. Ai procurei pra isso, depois procurei escola pro meu fio estuda porque já tinha passado da oitava série e ele não queria estudar aqui no Hortência, ele queria estudar lá na fonte, perto do Gigantão. João Batista do Amaral. Aí procurei o CRAS eles me ajudaram pra isso, me ajudaram o CRAS pra fazer inscrição da escola, e os cursos todos que ele fez também. Pra pôr no curso, pra mim estuda ir no Kaparaó... Tudo! Pra todas as necessidades. Pra tudo. Tirar currículo, arruma estudo, arruma roupa... a única coisa que ele não arruma é a cesta básica. Porque eles não tem culpa. É culpa deles, do governo.

Pesquisadora: É?

Marli: É, porque o governo não dá! Como que eles pode dar?! E é uma beleza porque esse CRAS não fica sem curso.

Pesquisadora: Não?

Marli: Não. Toda vez tem curso. É curso de uma coisa, é curso de outro...

Pesquisadora: E você sempre faz os cursos daí?

Marli: Faço. Nossa, eu adoro fazer curso

Mas, apesar do reconhecimento dos serviços ali prestados, Marli lamenta a situação atual do CRAS, principalmente a falta da cesta básica. Em diversos momentos que conversamos, inclusive com outras moradoras, Marli se mostrava bastante incomodada com a ausência deste benefício:

Marli: Mas o CRAS precisa melhorar, porque quando logo no começo, quando o Edinho tava na presidência... que ele não tinha roubado, né?! Eles dava cesta básica. Agora num dá mais nada.

Pesquisadora: Você fala de quando o prefeito atual estava trabalhando com a ex-presidenta?

logo no início dos anos 2000, dizem respeito às ações diretas da Secretaria de Assistência Social. Sobre isso, falamos no capítulo anterior.

Marli: É!

Pesquisadora: Quando ele não era prefeito aqui, mas ele tava lá em Brasília?

Marli: É.

Pesquisadora: Nessa época o que que acontecia?

Marli: Cesta básica. O ex-prefeito que tirou, minha fia! Foi ele que tirou!

Enquanto era do Edinho, o Edinho dava, né?! Cesta básica. Agora que tá voltando porque... nossa senhora! Eu trabalho lá dentro minha fia, quando eu vejo... tá muito difícil!

2.2. Os sentidos do CRAS

Como relatamos anteriormente, Sofia começou a trabalhar desde muito cedo e por conta disso trouxe consigo a moral do trabalho, e mais do que isso a dureza que ele carrega. Por conta disso chegou a vislumbrar no convívio conjugal uma vida melhor, através de sua experiência restrita ao ambiente doméstico, o que foi confortável até ver aquilo que seria uma “proteção” se transformar em submissão. A partir daí, o trabalho remunerado se firmou novamente em seu horizonte, ainda por uma questão de sobrevivência, mas carregando agora também o valor de sua autonomia anteriormente ameaçada. Sofia voltou a apostar na vida conjugal, mas agora firmada em uma parceria, na possibilidade de dividir as responsabilidades e multiplicar as possibilidades de sobrevivência. Afinal, como ela mesma disse: “Nunca morou com ninguém por amor.”

Dessa forma, a estruturação familiar se deu em torno de um projeto de ascensão social via trabalho, que se consolidou principalmente após os registros em carteira de Sofia e de seu marido Jorge. Mas salientamos que embora este projeto nos remeta àquele vigente até os anos de 1980, onde a contrapartida salarial garantiria a proteção social, no contexto ao qual a família de dona Sofia se insere trata-se de um processo de desregulamentação do trabalho, desmontando justamente os aparatos públicos de proteção. Sendo assim, as carteiras assinadas de Sofia e de seu marido representaram a expansão do assalariamento, mas em um contexto de subcontratação, precariedade e de baixa remuneração, cenário propício inclusive para a própria contratação de dona Sofia, tendo em vista a flexibilização do trabalho através, principalmente, do trabalho feminino (GAMA, 2014). Não é à toa que, por vezes, mesmo trabalhando Sofia irá recorrer a serviços assistencialistas filantrópicos.

Ainda assim, não se pode negar algumas conquistas: aos filhos, Sofia e Jorge conseguiram garantir creche e posteriormente a escola, o que já corresponde para essa geração ao aumento da escolaridade – tendo em vista que os pais não têm

escolaridade alguma. A garantia de uma maior completude quanto às contrapartidas do assalariamento, como por exemplo, a possibilidade de alugar uma casa e posteriormente comprar uma cesta básica, propiciaram um pequeno salto para a família.

Apesar das dificuldades, o trabalho continuou sendo um valor central que foi passado principalmente para os filhos, que aos 13 e 17 anos começavam a trabalhar, enquanto que as mulheres se casavam e constituíam sua própria família. Um projeto familiar que remete bastante ao de famílias rurais como da própria Sofia e de seu marido que têm não somente nos valores do trabalho, como na religiosidade popular cristã, o código moral de coesão do grupo. Em algumas ocasiões ouvíamos dos filhos de Sofia quando chegavam: “Benção, mãe!”, “Benção, pai!” e também era comum que os filhos usassem o “senhor” a “senhora” ao se referirem aos pais, o que denota também o respeito aos mais velhos.

Ao que nos parece, a família de Sofia corresponde às configurações convencionais, no sentido de que o espaço familiar é concebido enquanto uma unidade de “autogestão”. Isso se deve ao processo de desregulamentação que transfere para a família a função de proteção social. O Estado perde seu protagonismo enquanto um pilar, mas mantém uma “orientação familista” onde a responsabilidade principal do bem-estar está a cargo das famílias (GAMA, 2014) e nestes termos, cabe à família desenvolver estratégias para garantir sua reprodução.

Apesar da expectativa quanto ao possível recebimento do Bolsa Família, Sofia não compreende o CRAS enquanto um equipamento primordial em sua vida; nele não se vê favorecida, aliás, “nem tinha tempo de ir atrás dessas coisas” como falou algumas vezes, o trabalho remunerado e doméstico lhe ocupava todo o tempo. Diferente do valor que imprime à escola e à creche que dizem respeito à instância do cuidado, à educação dos filhos, ao trabalho reprodutivo que afeta diretamente sua autonomia enquanto responsável por tal função⁷⁵. Mas é justamente em se tratando da instância do cuidado que Sofia recorrerá posteriormente ao CRAS. Se em um primeiro momento, a relação com este equipamento não passou de uma “boa ação” por parte de uma das funcionárias, ao levar notícias sobre seu filho, este contato possibilitou que Sofia reconhecesse uma outra função do equipamento que diz

⁷⁵ A inserção das mulheres no mercado de trabalho não significa uma transformação na sua relação com o trabalho doméstico, daí o conflito entre autonomia financeira e sobrecarga de trabalho e tempo de trabalho.

respeito ao seu caráter também preventivo, de escuta e de orientação, além da articulação em rede de serviços e benefícios. Mas, para além disso, ao acessar o CRAS em busca de orientação a respeito de sua responsabilização pelo cuidado do irmão, Sofia tensiona justamente essa relação entre o “campo do cuidado” e o Estado, ao reivindicar através da procura pelo CRAS a responsabilidade que este tem frente às demandas sociais.

No caso de Marli e Patrícia, as coisas se deram de forma bastante distintas embora estivessem inseridas no mesmo contexto de Sofia de desemprego, aumento no custo de vida, dificuldade de entrada no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a dificuldade da manutenção da família. Porém, o modo como a família e a vida de Marli e Patrícia se organizaram é que diferem da de Sofia. Mais distantes de um projeto de ascensão familiar, as trajetórias se individualizaram e se tornaram bastante heterogêneas, principalmente mediante às incertezas da conquista do trabalho.

A inserção de Marli no mercado de trabalho sempre foi através de empregos com baixa remuneração e temporários, algumas vezes foi empregada como mão de obra no campo: na colheita da laranja e no plantio da cana, mas a maioria de seus empregos se concentraram no setor de serviços domésticos (como cozinheira, como faxineira...). Não muito diferente de Patrícia, com exceção ao trabalho no campo, ela também percorreu o setor dos serviços domésticos. Essa trajetória em comum tem relação na verdade com a realidade de muitas mulheres que se tornam esposas e/ou mães antes mesmo de completarem sua escolaridade ou se profissionalizarem, não tendo outra alternativa mediante sua condição social, senão exercer o trabalho remunerado. Para essas mulheres, a inserção no mercado de trabalho representa, geralmente, a inserção numa instância subalternizada e que normalmente não oferece proteção social alguma.

No caso de Patrícia, a situação se complica devido à responsabilidade em garantir o sustento e o cuidado de sete filhos. E se agrava ainda mais quando em meio à precarização do emprego, à lógica do consumo, seus filhos adentram o “mundo do crime”.

Ainda que com o tempo tenha encontrado na vida conjugal um apoio, a instabilidade do emprego e a baixa nos salários já não garantem que a inserção do marido no mercado de trabalho seja em condições muito diferentes das mulheres, principalmente para os que possuem baixa qualificação, dessa forma, já não há a

garantia da melhoria no rendimento familiar e, conseqüentemente, a necessidade da dupla inserção no trabalho remunerado permanece. Além disso, os filhos cresceram, alguns casaram, outros se inseriram no tráfico... mas vieram os netos que ficaram sob os cuidados de Patrícia. Dessa forma, o contexto que pressupõe a “autogestão familiar” pressiona ainda mais, pois o trabalho do cuidado não se realiza se há a necessidade de quem o executa se incorporar no mercado de trabalho; por outro lado, se quem o executa permanece restrito ao trabalho reprodutivo⁷⁶, há o comprometimento no rendimento familiar inviabilizando, inclusive, a manutenção do próprio cuidado que inclui a necessidade do consumo.

Nestes termos, as expectativas de Patrícia em relação ao CRAS se constituíram em torno das necessidades básicas do trabalho reprodutivo; não é à toa que, quando perguntamos a respeito da função do equipamento, Patrícia elenca benefícios e serviços que se referem à instância do cuidado com as crianças, como a vacina, a vaga na creche, o leite e com a manutenção da vida familiar como a cesta básica... Foram estes os benefícios aos quais ela teve acesso nos primeiros anos de funcionamento do CRAS no bairro, quando ainda todos os seus filhos eram crianças. Mas, ao longo dos anos ela ainda foi beneficiada por programas de repasse de renda como o “Renda Cidadã” e o “Bolsa Família”, porém hoje sua expectativa gira em torno do programa “Frente de Trabalho”, pois vê nele as chances de voltar a trabalhar, o que para Patrícia seria o ideal.

Porém, Patrícia não esconde sua frustração ao constatar que nem sempre alguns destes benefícios estarão assegurados, situação essa que ao longo de nossas conversas ela atribuiu a dois fatores: um suposto processo seletivo, que recebe “*quem é escolhido a dedo*” e os cortes empreendidos pela Prefeitura, mais especificamente pelo ex-prefeito cuja gestão foi responsável, segundo ela, pelos cortes nas cestas básicas e demais benefícios (como a passagem de transporte), mas quanto a isso Patrícia também pondera: “*Mas é muita gente aqui!*”, se referindo às demandas do bairro⁷⁷.

Mas, para além das frustrações quanto aos benefícios, a situação que parece mais incomodar Patrícia diz respeito à acusação de maus tratos que partiu do CRAS,

⁷⁶ Trabalho de manutenção da vida e da reprodução das pessoas no âmbito da esfera privada e familiar, como o cuidado com os filhos e dependentes e as tarefas domésticas (limpeza da casa, preparo das refeições e etc).

⁷⁷ Na última vez que estivemos no CRAS Hortências, uma das funcionárias relatou que recebem cinquenta cestas básicas por mês, quando na verdade precisariam de no mínimo cem.

e que quase lhe tirou a guarda de seus filhos. Esta acusação chegou em meio ao período em que ela entrou em depressão por conta do filho que havia sido preso. Mesmo após ter comprovado que a denúncia não era válida, Patrícia ficou durante um tempo afastada do CRAS.

O caso de Marli, a princípio, não se distancia muito do caso de sua filha Patrícia, exceto pelo fato de que os filhos de Marli já eram adolescentes quando se mudaram para o Hortências, um deles aos quatorze anos já até trabalhava em um mercado, mas assim como o neto, filho de Patrícia, mais tarde viria também a se inserir no mundo do crime, já o outro filho logo casou e saiu do bairro.

Nessas circunstâncias, as demandas que envolviam seus filhos enquanto eram mais novos se davam mais em torno de informações e orientações a respeito de vagas na escola e de cursos oferecidos pela cidade. Já em relação à própria Marli, ela foi beneficiada pela “Frente de Trabalho”, através do qual fez cursos e trabalhou como cozinheira em creches e no restaurante popular. Além disso, sempre frequentou as reuniões socioeducativas, ainda que não recebesse o benefício do “Renda Cidadã”. Hoje Marli trabalha na Prefeitura, não é registrada e ganha por dia, e além disso vende cigarros em casa. Não recebe benefícios, mas durante algumas conversas disse que quando precisa de algo pede diretamente para o prefeito e que ele costuma lhe ajudar.

Marli tem uma visão bastante positiva em relação ao CRAS e isso vem do reconhecimento do mesmo enquanto uma conquista do bairro. Em nossa primeira conversa, ainda informal, quando perguntamos a respeito do CRAS, Marli respondeu que *“foi uma luta de todos”*, que não imagina o bairro sem ele e que todo mundo o frequenta.

A ideia de “conquista e luta de todos”, nos parece vir dessa relação mais próxima de algumas figuras políticas com o bairro. Foi Patrícia quem falou um pouco sobre isso quando nos contou sobre as visitas do prefeito e sobre a relação dos moradores com o mesmo, o que inclui o episódio em que não foi permitida, por parte dos “meninos”, a campanha eleitoral de outros candidatos no bairro.

Para além desse apreço dos moradores com o atual prefeito, aparentemente fruto de seus mandatos anteriores, o que observamos também é que esses mecanismos de participação como o Orçamento Participativo ou mesmo conselhos e reuniões realizadas no bairro não apenas estabelecem essa proximidade bem como trazem a ideia de que a população também participa da gestão de seu território. Daí Marli valorizar sua atribuição enquanto “delegada do bairro” e enaltecer tanto seus

equipamentos, tendo em vista a lógica de que eles são parte dos moradores e enquanto tal têm que ser valorizados. Ela pouco fala dos benefícios para si; Marli quase sempre fala enquanto um coletivo: “Nosso CRAS”, “Nosso Hortências”, “A comunidade”, “Nós conseguimos”, o que nos traz também, em relação a ela, a ideia de pertencimento e identificação com aquele território apesar de seu incômodo com o mesmo, que vem de sua reprovação em relação a presença da polícia no bairro.

Para Marli, ainda que o CRAS “não dê cesta básica”, ele é fundamental porque nas palavras dela, ele é “Para todas as necessidades”. A presença do CRAS junto aos outros equipamentos públicos parece representar a virada do bairro que até então parecia esquecido pelo poder público, o que de certa forma, cria grandes expectativas. Desse modo, para algumas moradoras como Marli, a presença dessas instituições, mesmo com suas limitações, traz a noção de uma expansão da cidadania, daí Marli valorizar esses espaços enquanto “uma conquista de todos”, uma conquista da população, tendo em vista finalmente o alcance desta a benefícios e serviços públicos.

CONCLUSÕES

Neste trabalho tivemos como objetivo compreender se e como o CRAS adquire significação para algumas mulheres do bairro Parque das Hortências. Porém, é importante salientarmos que não tivemos a intenção de chegarmos a definições fechadas ou pontuais sobre estes significados. Nosso intuito foi tentar alcançar o processo de construção de tais percepções sem que isso se desdobrasse em determinismos e cristalizações, uma vez que compreendemos a partir de Thompson (1981), que sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem se impor a partir das experiências; experiências essas que se inscrevem no cotidiano dessas mulheres. Ou seja, buscamos levar em conta que suas percepções podem se modificar ao longo do que viveram e do que foram experimentando durante suas vidas e em seus cotidianos, lembrando que o cotidiano está presente em todas as esferas da vida das pessoas e que a mudança de contexto histórico e social transforma seu cenário, mas não o elimina; o cenário se modifica quanto aos ritmos, regularidades, vivências e experiências, conforme os grupos ou classes sociais aos quais pertencemos (CARVALHO, 2000).

Neste sentido, o que pudemos observar ao longo de nossa pesquisa é que as relações que essas mulheres foram estabelecendo com o CRAS foram mediadas por situações e necessidades distintas que, por sua vez modificaram ou não suas leituras a respeito do mesmo. O caso de Sofia talvez seja o que mais nos evidenciou isso, pois em um primeiro momento o CRAS para Sofia não tinha papel algum, o trabalho no campo e as responsabilidades domésticas lhe tomavam todo o tempo, e por conta disso quase desconhecia os serviços do CRAS, se não fosse o fato de ouvir falar sobre, ou as chamadas para renovação do seu cadastro. Mas ao longo da pesquisa, algumas coisas foram mudando: o CRAS já não lhe era totalmente indiferente, não lhe trouxe o benefício do Bolsa Família, mas a colocou em contato com os filhos que há muito tempo não tinha notícias; então os sentimentos foram se modificando: de indiferença, passou à gratidão, *“Primeiro a Deus e depois a ela (uma das técnicas do CRAS)”* (Sofia). Meses depois, já ao final de nossa obtenção de dados, veio a situação do irmão usuário de drogas e se durante todo esse tempo foi o CRAS quem chegou até Sofia, dessa vez foi Sofia quem chegou até o CRAS. Houve, portanto, uma mudança na trajetória; Sofia confiou ao CRAS uma demanda, mas não sabemos ao certo o que veio depois do sentimento de gratidão.

O caso de Patrícia também nos traz essas relações circunstanciais, pois se em um primeiro momento o CRAS lhe “ajudou muito” ao fornecer o leite para as crianças, a cesta básica e os programas de repasse de renda, em outro momento “ferraram” a vida dela quando houve uma denúncia por maus tratos aos filhos. Isso apareceu de forma bastante conflituosa para Patrícia, pois embora tenha lhe causado um sentimento de desconfiança em relação ao mesmo fazendo com que tentasse se afastar por um período, o CRAS continuou sendo um lugar ao qual ela recorria, principalmente durante o período em que o marido esteve desempregado. Naquela ocasião, não era ela quem ia até o CRAS, mas segundo ela mesma, o marido foi algumas vezes em busca de cesta básica e solicitação de alguns documentos.

No caso de Marli, sua percepção a respeito do CRAS também nos pareceu circunstancial, porém, em torno da nossa própria relação de pesquisadoras e interlocutora. Ao longo de nossas conversas, Marli buscou durante muito tempo trazer uma imagem bastante positiva do bairro e consequentemente do CRAS, o que nos pareceu uma defesa em relação aos estigmas que o bairro carrega frente às pessoas “de fora”, lembrando que Sofia nos relatou sobre isso. Mas por outro lado, em meio a conversas informais com outras moradoras, nas falas de Marli já se apresentavam os contrapontos, e algumas críticas a respeito do CRAS, inclusive a negação deste enquanto um fator benéfico para ela. Ao que nos parece, a pesquisa impôs à Marli um posicionamento mais formal, com falas mais “institucionalizadas”, o que faz sentido quando lembramos que ela se apresentou a nós como “delegada do bairro” e se referia às nossas conversas como “reuniões”. Porém, é importante nos atentarmos ao fato de que essa mudança reflete a capacidade de negociação contida nas relações entre sujeitas e sujeitos que neste caso, inclui as pesquisadoras, que por sua vez, também se colocam como tal conforme as diversas relações vão se estabelecendo, e neste sentido, essa mudança de postura também ocorre com as pesquisadoras. Além disso, também é importante levarmos em conta sua relação com a política e o seu comprometimento com o bairro, não só a partir de sua atribuição enquanto “delegada”, mas também de seu reconhecimento frente a outras normativas que regulam aquele território, como o próprio “mundo do crime” no qual Marli não está diretamente envolvida, mas reconhece sua autoridade personificada em seu neto. Tudo isso ao que nos parece, e partindo de suas falas traz à Marli não somente o sentimento de pertencimento, mas também a ideia de que o bairro de fato pertence aos moradores,

daí também ela apresentar uma fala coletiva: “Nós conseguimos”, “Nosso CRAS”, “Nossa Hortências”.

Embora não tenhamos nos aprofundado em todas essas relações, achamos importante apontá-las, a fim de que possamos compreender que uma determinada visão de mundo vai depender da forma como as forças sociais conflitantes se confrontam e sustentam seus interesses, lembrando que o CRAS não se reduz ao fornecimento imediato de ajudas, mas trata-se de uma mediação que atua nas tramas das relações de conquista e reivindicações entre o Estado e a população e, portando, comporta este conflito entre os interesses do Estado e as demandas da população.

Voltadas então para o modo como essas mulheres construíram suas percepções a respeito do CRAS buscamos inicialmente recompor o processo de formação do bairro, a fim de compreendermos não somente o processo de urbanização daquele território, mas sobretudo o processo de intervenção por parte do poder público ali, que levou à instalação principalmente deste e dos demais equipamentos públicos.

Junto a este percurso no campo passamos também pela análise teórica, a fim de compreendermos o processo histórico da relação do Estado com a questão social e, dessa forma, vimos que a instalação do CRAS no bairro junto a outros equipamentos correspondeu à uma medida que visava atenuar condições que ameaçavam a ordem pública; não foi à toa que pudemos constatar através de nossas interlocutoras que a chegada deste equipamento de proteção social veio acompanhada também da chegada do policiamento no bairro, o que nos levou a compreender, de acordo com Feltran (2014) e Lautier (2014), que a questão social contemporânea passa a se moldar frente ao “bom pobre”, aquele a quem irão se dirigir as medidas de proteção social e integração via mercado e ao “mau pobre”, aquele indisciplinado, não integrável a quem irão se dirigir as medidas de controle e repressão. Tais medidas são as diversas técnicas sociais de administração e controle que tomam o lugar dos espaços públicos enquanto espaços de conflito, dissenso, portanto, de política, para se submeter a lógica do mercado que esvazia as formas espontâneas de agir da população estabelecendo assim uma “cidadania tutelada”, afastada da referência a direitos universalizados.

Dessa forma, as políticas sociais assumem um caráter fragmentado, focalizado e dirigido a públicos-alvo, conforme o comportamento moral daquele determinado grupo ou indivíduo, mas não somente isso, conforme também o interesse político e

ideológico; como vimos no caso da inserção das mulheres nessas políticas que, se por um lado, correspondeu a uma conquista via publicização de suas demandas, por outro lado correspondeu também a limitações e ressignificações via apropriação das demandas pelo Estado neoliberal.

Porém, através das conversas com nossas interlocutoras, vimos que não há como discordarmos de Faleiros (2014, p. 714) ao constatar que “São diversas e mesmo conflituosas as demandas que têm o público das políticas sociais [...]”. Ao chegarmos às suas trajetórias e vivências percebemos que os cuidados com os filhos e demais familiares, além das responsabilidades com o trabalho e as necessidades do consumo, dentro de um contexto de exclusão e limitadas condições de sobrevivência, fizeram com que os serviços públicos acabassem por assumirem grande importância em seus cotidianos, ainda que estivessem aquém de suas expectativas.

Como vimos, este tem sido um dos grandes conflitos em torno das questões urbanas em nosso país, principalmente a partir do processo de industrialização, impulsionado nos anos de 1950, que trouxe à tona ao processo desenfreado de urbanização a pauperização da população que afetou diretamente a garantia de sua reprodução física. Neste contexto tornou-se inevitável a emergência das reivindicações populares, mas sobretudo daquelas que têm como responsabilidade (ainda que convencionalmente imposta) o trabalho no centro da reprodução individual e familiar que é a moradia. É ali que as deficiências são sentidas primeiro e de modo imediato, e daí, portanto, a forte presença de lideranças femininas em tais movimentos já naquela época.

No entanto, quando olhamos para a realidade atual dessas mulheres, o que percebemos é que as demandas continuam em voga, mas sedimentadas em um contexto mais árido, determinado sobretudo pelo neoliberalismo que por um lado desregulamentou o mercado de trabalho remunerado, e por outro privatizou a proteção social através da responsabilização familiar, em um contexto de compressão dos salários e dos gastos públicos.

Como pudemos observar, o fato dessas mulheres terem se tornado mães e/ou esposas antes mesmo de garantirem a escolaridade ou um maior grau desta determinou suas inserções em um mercado de trabalho bastante limitado e com baixa remuneração. Para Sofia, a vida conjugal foi uma condição de sobrevivência que mais tarde viria viabilizar um projeto de ascensão familiar pautado numa relativa

estabilidade via registro em carteira, que viria lhe garantir inclusive uma aposentadoria.

Já no caso de Marli e Patrícia, essa estabilidade não fora alcançada e embora tenham estabelecido entre si uma rede de apoio – lembrando que moraram juntas durante muito tempo – isso não foi suficiente justamente porque continuaram sendo elas as principais responsáveis pela manutenção da família, mas é importante salientar que não colocamos aqui a condição de precariedade ou limitações da manutenção da família enquanto fatores inerentes às chefias femininas. O que pudemos observar a partir do nosso campo, bem como dos referenciais teóricos é que justamente a imposição social do cuidado enquanto uma prioridade das mulheres relega a segundo plano qualquer possibilidade que venha lhes garantir condições de uma certa autonomia, que no caso poderia vir através do processo de escolarização e profissionalização, e isso faz com que essas mulheres se insiram no mercado de trabalho, já em posição desvantajosa refletindo na remuneração e nos cargos que estarão em seus alcances.

Ainda que a premissa da mulher como força de trabalho secundária continue persistente no imaginário social, o que Sofia, Patrícia e Marli puderam nos mostrar é que “os homens já não podem mais sustentar suas famílias”, lembrando que tal ideia faz parte também de um imaginário sustentado pela ideologia patriarcal, e que portanto, nunca se sustentou de fato, e que agora tornou-se mais evidente ainda, justamente em um país com fortes traços de desigualdade social, aprofundados pela reestruturação produtiva que impôs a eles também a erosão do curso de vida face à instabilidade do emprego e ao desemprego, principalmente aos que possuem baixa qualificação; sendo assim, a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, independentemente de suas vidas conjugais, continuou sendo necessária.

Neste contexto de crise econômica e desemprego coloca-se em questão a família como pilar de provisão e bem-estar social, que se apoia tradicionalmente no trabalho das mulheres no interior da família e que se agrava com a ampliação do ideário neoliberal de “autogestão familiar” tornando sua manutenção bastante dispendiosa e dependente de ajudas externas.

Com a reformulação nas políticas sociais, a atenção à saúde, educação e seguridade social foram privatizadas coexistindo com o setor público limitado, sucateado e incapaz de cobrir a população demandante. A baixa cobertura desses serviços transfere para os indivíduos e suas famílias a busca por soluções que dizem

respeito a enfermidades, desemprego, educação, incapacidades físicas e mentais (GAMA, 2014). Daí as expectativas frente aos CRAS, que se apresentou para essas mulheres através do fornecimento de benefícios e do trabalho de orientações e informações suprimindo pelo menos parte de algumas de suas necessidades no âmbito do trabalho reprodutivo e mediante condições limitadas de subsistência: o leite das crianças, o encaminhamento para vacinação, para vagas na creche e escola, a cesta básica, a solicitação de documentação, citados por Marli e Patrícia e o encaminhamento para outras redes de serviços públicos, como foi o caso de Sofia em relação ao irmão que precisava de internamento. Benefícios e serviços fundamentais para aquelas que têm a responsabilidade da organização e reprodução familiar e que, na maior parte das vezes, não conseguem se garantir apenas através do assalariamento.

Dessa forma entendemos que, através da mediação na prestação de serviços sociais, o CRAS interfere nas relações sociais que fazem parte do cotidiano dessas mulheres, a fim de atenuar algumas privações e atender as necessidades mais imediatas, porém, ele também pode agregar um caráter disciplinador para moldá-las na inserção institucional e na vida social (YAKBECK, 2007), através da imposição de condicionalidades ou ainda de assumir um “caráter seletivo” a partir de critérios burocráticos, mas também em consonância com as possibilidades de atendimento às demandas, tendo em vista o fato de ser um equipamento público que enquanto tal está sujeito às adversidades da administração pública, que acabam por não garantirem uma política de assistência com atendimento integrativo destinado àqueles que dela necessitarem, como preconiza a LOAS.

No entanto, reconhecemos que é inevitável que o CRAS, enquanto mediador e porta de entrada da política de assistência inserida no marco capitalista, atue de forma paliativa frente às desigualdades e aos cerceamentos de direitos que, por sua vez, são amplos e já estão instaurados. Porém, reconhecer essas limitações torna compreensivo esta busca por benefícios imediatos que garantem ao menos em parte alguns dos direitos violados, com os quais as usuárias convivem continuamente.

Portanto, se falamos de um esvaziamento de direitos conquistados que dá lugar à uma cidadania outorgada, é importante observar que isso não modifica o fato de que para essa população a situação de emergência impõe a busca de soluções que não necessariamente dizem respeito a estratégias ideais ou de longo alcance e que viriam se contrapor a soluções dentro do sistema social dominante, e esta é a grande

contradição: o Estado abafa qualquer ameaça à ordem, proporcionando o mínimo, porém é justamente ao proporcionar o mínimo que a população encontra brechas para se beneficiar dessas políticas e tatear meios de obter acesso aos seus direitos. Se do ponto de vista institucional o CRAS representa o controle e a disciplinarização da população passível de ser integrada, para Marli, por exemplo, o CRAS representa uma conquista, uma porta de entrada a benefícios e serviços outrora inalcançáveis.

Se do ponto de vista do Estado os programas socioassistenciais representam a administração da desigualdade, para as populações subalternizadas representa o acesso a serviços sociais, o que nos faz refletir até que ponto tais políticas sociais são ou não funcionais aos interesses dessas populações.

Pelo que foi possível verificarmos até aqui, mediante as perspectivas de nossas interlocutoras e a partir de nossos referenciais teóricos, assumimos pelo menos enquanto uma hipótese, o fato de que tais políticas tornam-se funcionais a essa população no sentido de que lhes possibilitam o acesso a benefícios que correspondem a necessidades imediatas, mas que lhe são fundamentais, afinal falamos de benefícios que lhe oportuniza o acesso à alimentação, o acesso à saúde, à educação e não podemos perder de vista que estes nada mais são do que direitos que, em tese, lhe seriam assegurados por nossa Constituição de 1988, mas que ao serem caracterizados enquanto benefícios, por vezes ganham a conotação de beneficência. Dessa forma, não afirmamos aqui que estas políticas lhe garantam “a verdadeira cidadania” – aquela postulada na universalização de direitos e a partir do também já discutido dissenso – mas, o que está posto é a possibilidade da garantia do mínimo o que também não quer dizer que isso de fato satisfaça tal população, o que nos pareceu evidente diante de algumas falas de nossas interlocutoras, não só enquanto críticas, mas enquanto reivindicações.

É justamente este mínimo que lhes garante a sobrevivência que, para parte dessa população torna-se uma conquista diária.

REFERÊNCIAS

- ABUMANSSUR, E. S. Fé e crime na “quebrada”: pentecostais e PCC na construção da sociabilidade nas periferias de São Paulo. **Dossiê: Religião, Política e Violência**. V. 12, n. 33, jan/mar. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2014v12n33p99>>. Acesso em: 11 jun. 2018.
- ALVAREZ, S. E. Engajamentos ambivalentes, efeitos paradoxais: movimentos feminista e de mulheres na América Latina e/em/contrá o desenvolvimento. **Rev. feminismos**. v. 2, n. 1, jan./abr., 2014. Disponível em: <<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/view/111>>. Acesso em: 22 jun. 2018.
- ARARAQUARA (SP). **Lei nº 2.467, de 11 de junho de 1979**. Dispõe sobre, loteamentos, desmembramentos e arruamentos (Título V da Lei Municipal nº 1.794, de 26/07/1971). Disponível em <<http://www.camara-arq.sp.gov.br/Siave/arquivo?id=103639>>. Acesso em: 24 jan. 2018.
- _____. **Lei nº 3.297, de 03 de junho de 1986**. Estabelece normas para uso do solo urbano e dá outras providências. Disponível em <<http://www.camara-arq.sp.gov.br/Siave/arquivo?id=104772>>. Acesso em: 24 jan. 2018.
- BIROLI, F. Justiça e família. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014 (p. 47-62).
- BONETTI, A. L. Para Além da “Maternidade Militante”: mulheres de base e os ativismos. **Cadernos do Lepaarq**. v. IV, nº7/8. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Ago./Dez. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/1196/990>>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- BRAGAGNOLO, V. C. C. **A política de assistência social em Araraquara: enfoque no bairro Jardim das Hortênsias**. Monografia do Curso de Especialização em Competências Gerenciais Públicas. Araraquara: UNESP, 2003.
- BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Brasília, 1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF>. Acesso em: 22 jan. 2018.
- _____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Brasília – DF, 1993.
- _____. **PNAS – Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, nov. 2005. Disponível em: <<http://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2014/10/politica-nacional-assistencia-social.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2017.
- _____. **LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social, 1993**. Recurso eletrônico. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

_____. **Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Publicação em formato digital. Brasil, 2017. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15801Brazil_Portuguese.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018

CABRAL, A. A. C.; SÁ, A. J. Os movimentos sociais urbanos e suas manifestações concretas no Brasil e no Recife: síntese e retrospectiva. **Rev. de Geografia**. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, n. 3, set/dez. 2009.

CAPELLE, M.C.A.; MELO, M. C. O. L.; GONÇALVES, C. A. Análise de Conteúdo e Análise de Discurso nas Ciências Sociais. **Organizações Rurais & Agroindustriais - Revista Eletrônica de Administração da UFLA**. Lavras - MG, v.5, n.1, 2003. Disponível em: <<http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/251>>. Acesso em 30 abr. 2018.

CARLOTO, C. M; MARIANO, S. A Família e o Foco nas Mulheres na Política de Assistência Social. **Sociedade em Debate**. Pelotas, 14(2): 153-168, Jul. Dez./2008

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, n.49, p.117-133, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 23 jun. 2018.

CARVALHO, M.C B.; NETO, J.P. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 2000.

CASTRO, L. Hortênsias: vitória contra criminalidade. **Tribuna Seu Bairro**. Araraquara, 30 de Abril de 2009.

DEL ROIO, M. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Rev. de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 29, p. 63-78, Nov. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782007000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 maio 2018.

EVERS, T.; MULLER-PLANTENBERG, C.; SPESSART, S. Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: MOISÉS, J. A. et. al. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FALEIROS, V. P. O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 120, p. 706-722, out./dez. 2014

FELTRAN, G. S. **O legítimo em disputa: as fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo**, São Paulo: CEM/CEBRAP, 2008a, p.93.

_____. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. Tese de doutorado (Ciências Sociais). IFCH/Unicamp, 2008b.

_____. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. **Revista de Antropologia**. v. 53, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/37711/40440>> Acesso em: 13 jun. 2018.

_____. Territórios e populações marginais em tempo de desenvolvimento: modos de gestão do conflito social no Brasil contemporâneo. In: Maria da Glória Bonelli & Martha Díaz Villegas de Landa (Orgs.). **Sociologia e mudança social no Brasil e na Argentina**. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2013. Disponível em: <<http://web.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/aaa/616-SociologiaeMudancaSocialnoBrasilenaArgentina.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

_____. Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Cad. CRH**, Salvador, v.27, n.72, p.495-512, Dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792014000300004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 08 jun. 2018.

FREITAS, R. C. M. Programas de combate à pobreza: o condicionamento ao “poder”. In: **Leituras de resistência: corpo, violência e poder**. (Org.) Carmen Susana Tornquist et. al., v.II., p. 269-298, 2009.

FREITAS, T. P. **Tintas pretas e papéis brancos: educadoras negras e emancipação**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2015

GALASTRI, L. **Classes sociais e grupos subalternos: uma crítica aos “Subaltern studies”**. In: 38º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu – MG, 2014. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/38-encontro-anual-da-anpocs/gt-1/gt20-1/9018-classes-sociais-e-grupos-subalternos-uma-critica-aos-subaltern-studies>> Acesso em: 03 maio 2018.

GALVÃO, A. Os metalúrgicos do ABC e a Câmara Setorial da indústria automobilística. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, 10/11, 1998, p. 83-101. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/download/39278/24097>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

GAMA, A. S. **Trabalho, família e gênero impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2014.

GEORGES, I. P.H.; RIZEK, C. S.; CEBALLOS, M. As políticas sociais brasileiras: o que há de novo?. **Cad. CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 457-461, Dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792014000300001>. Acesso em: 07 jun. 2018.

GIAQUINTO, M. F. **Tornando-se um “acampado” a experiência das famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)**. Dissertação de Mestrado (Sociologia). UFSCar, 2016.

GOHN, M. G. M. **A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política e Sociedade**. v.6, n. 11, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1255>> Acesso em: 21 jun. 2018.

GOMES, S. S. R. Notas preliminares de uma crítica feminista aos programas de transferência direta de renda – o caso do Bolsa Família no Brasil. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 10, n. 1, p. 69 - 81, jan./jul. 2011.

LARA, A. M. B.; MOLINA, A. A. Pesquisa Qualitativa: apontamentos, conceitos e tipologias. In: Cèzar de Alencar Arnaut de Toledo; Maria Teresa Claro Gonzaga. (Org.). **Metodologia e Técnicas de Pesquisa nas Áreas de Ciências Humanas**. Maringá: EEduem, 2011, v. 01, p. 121-172. Disponível em: <<http://gepeto.ced.ufsc.br/pesquisa-qualitativa-apontamentos-conceitos-e-tipologias/>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

LAUTIER, B. O governo moral dos pobres e a despolitização das políticas públicas na América Latina. **Cad. CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 463-477, Dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792014000300002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 07 jun. 2018.

LIMA, R. S. **Expansão urbana e acessibilidade – o caso das cidades médias brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes). Escola de Engenharia de São Carlos, Departamento de Engenharia de Transportes. São Carlos, 1998.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. Disponível em: <<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lobes-louro.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

LÜCHMANN, L. H. H. 25 anos de Orçamento Participativo: algumas reflexões analíticas. **Política e Sociedade**. Florianópolis, v. 13, nº 28, Set./Dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n28p167/28903>> Acesso em: 12 jun. 2018.

MARIANO, S. Ap.; CARLOTO, C. M.; Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. **Rev. Sociedade e Estado**, v. 28, n. 2, p.393-417, 2013.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, Oct. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004>. Acessado em 8 de Março de 2018.

MESQUITA, A. A.; FREITAS, R. C. S. Programas de transferência de renda e centralização nas famílias: prioridades do sistema de proteção social não contributivo brasileiro em questão. **O Social em Questão**, Ano XVII, nº 30, 2013.

MÉSZÁROS, I. Educação para além do capital. **Revista Theomai**, nº15, Primeiro semestre, 2007. Disponível em: <<https://cacsuece.files.wordpress.com/2010/09/educacao-para-alem-do-capital-istvan-meszaros.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

MINAYO, C. S. O desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** (Org.) Cecília de Souza Minayo. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS).

Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2018

_____. **Orientações Técnicas Sobre o PAIF.** 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012. 1 v. Disponível em:

<http://agendaprimeirainfancia.org.br/arquivos/Orientacoes_PAIF_1.pdf>. Acesso em 27 nov. 2018.

MOREIRA, J. B. **O processo de urbanização de Araraquara: 1970-1993.** Monografia de Conclusão do Curso (Graduação em Economia). Araraquara: UNESP, 1995.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NUNES, E.; JACOBI, P. Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia. In: MOISÉS, J. A. et. al. **Cidade, povo e poder.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, F. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: **A era da indeterminação.** (Orgs.) Francisco de Oliveira; Cibeles Saliba Riseck. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, L. A. Gramsci. In: **Estudos do discurso: perspectivas teóricas.** (Org.) Luciano Amaral Oliveira. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

PAOLI, M. C. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: **A era da indeterminação.** (Orgs.) Francisco de Oliveira; Cibeles Saliba Riseck. São Paulo: Boitempo, 2007.

PEREIRA, T. D. **Política Nacional de Assistência Social e território: um estudo à luz de David Harvey.** Tese de doutorado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2009.

PERRUSO, M.A. A temática dos movimentos sociais urbanos no Brasil dos anos 1970/80. **Revista Mundos do Trabalho.** Florianópolis, vol. 4, n. 7, p. 32-56, Janeiro-Junho de 2012

PIERRE, A.; SILVA, A. C. A.; SOUZA, K.; RODRIGUES, S. A. **Ocorrências do poder público**: Jardim das Hortênsias. Araraquara, 2008. (Trabalho de Conclusão de Especialização Lato Sensu). Disponível em:

<<https://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/07/ocorrencias-do-poder-publico-no-jardim-das-hortencias.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

QUEIROZ, T. A. N. Espaço geográfico, território usado e lugar: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. **Para Onde?!**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS, v. 8, n.2, 2014. Disponível em:

<<http://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/61589>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

RIBEIRO, P. A. A Descentralização e a Territorialização nas Políticas de Assistência Social: Novas estratégias para as políticas sociais no Brasil. **SINAIS - Revista Eletrônica. Ciências Sociais**. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.12, v.1, Dezembro 2012. pp. 69 – 84

ROCHA, E. A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In: Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP). **20 anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafios da seguridade social**. (Coords.) Flavio Tonelli Vaz, Juliano Sander Musse, Rodolfo Fonseca dos santos. Brasília : AnFiP, 2008. Disponível em: <http://www2.anfip.org.br/publicacoes/livros/includes/livros/arqs-pdfs/Livro_da_20_anos_Constituicao72dpi.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2018.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n.2, Jul./Dez., 1995. Disponível em:

<<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/view/3038>> Acesso em: 20 jun. 2018.

SELINGARDI-SAMPAIO, S.; MENDES, A. A. **A interiorização da indústria no Estado de São Paulo (Brasil)**: tendências e perspectivas. In: Encuentro de Geógrafos de America Latina, 1993, Merida, Venezuela. Memoria del IV Encuentro de Geógrafos de America Latina. Merida, Venezuela: ULA, 1993. v. 4. p. 61-67.. Disponível em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal4/Geografiasocioeconomica/Geografiaindustrial/01.pdf>> Acesso em: 27 jan. 2018.

SILVA, L.C. **Dessas lutas que ninguém vê**: relatos do cotidiano de mulheres negras do Jardim das Hortênsias. Monografia de Conclusão do Curso (MCC). Araraquara: UNESP, 2015.

SINGER, P. O feminino e o feminismo. In: *São Paulo: o povo em movimento*. (Orgs.) Paul Singer; Vinicius Caldeira Brant. Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1980.

SOUZAS, R. **Relações, raça e gênero em jogo**: a questão reprodutiva de mulheres negras e brancas. Tese de doutorado. Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2004. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-28082007-175532/pt-br.php>> Acesso em: 23 jun. 2018.

SZWAKO, J. Os sentidos da democracia: crítica, aposta e perplexidade na produção do Cenedic. **Lua Nova**, São Paulo, n.78, p. 251-303, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000300012>. Acesso em: 06 jun. 2018.

TEIXEIRA, M. S. Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. **Revista Política Públicas**, São Luiz, 2009, v.13, n.2, p.255-264, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/4769/2787>> Acesso em: 13 nov. 2018.

TELLES, V. S. A “nova questão social” brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de nossa modernidade. In: **Pobreza e Cidadania**, São Paulo: Editora 34, 2001, p. 139-166. Disponível em: <www.veratelles.net/wp-content/uploads/2013/04/1999-Questao-Social1.pdf> Acesso em: 06 jun. 2018.

THOMPSON, E.P. **Um Termo Ausente**: Experiência. In: A miséria da teoria. Ou um planetário de erros uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 180-200, 1981.

VALE, A. R. **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP)**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2005.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*. Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/2144>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

VITURI, R. C. I.; BURGER, E. R. **Metodologia de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**: história de vida como estratégia e história oral como técnica – algumas reflexões. In: XI Encontro de Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo, 2013, São Paulo. Anais, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2013. Disponível em: <http://www.pucsp.br/webcurriculo/edicoes_anteciores/encontro-pesquisadores/2013/downloads/anais_encontro_2013/poster/reneecoura_ivovituri_e_dneiareginaburger.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Sites

ARARAQUARA. Deodata do Amaral denomina prédio anexo da Câmara de Araraquara. **Câmara Municipal de Araraquara**. 14 de março, de 2014. Disponível em <<http://www.camara-arq.sp.gov.br/site/index.php/deodata-do-amaral-denomina-predio-anexo-da-camara-de-araraquara/>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

ARRUDA, Roldão. População negra é maior beneficiária dos programas sociais. **ESTADÃO**, 15 out. 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/populacao-negra-e-maior-beneficiaria-dos-programas-sociais>>. Acesso em: 27 jun. 2018

ASSIS, C. Câmara aprova concessão de uso para as 63 moradias do mutirão do Hortênsias e Arco Iris. **Câmara Municipal de Araraquara**. 05 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://www.camara-arq.sp.gov.br/publico/Noticia/Noticia.aspx?IDNoticia=6207>> Acesso em: 05 fev. 2018.

BACHTOLD, Felipe. Alckmin vai gastar menos com programa de transferência de renda. **Folha de São Paulo**, 17 de janeiro de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/01/1730309-alckmin-vai-gastar-menos-com-programa-de-transferencia-de-renda.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2017.

Centro de Convivência Maria Velho Temponi. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/CentroDeConvivenciaMariaVelhoTemponi/about/?ref=page_internal> Acesso em: 12 jun. 2018.

REDE SOCIAL DE ARARAQUARA. Um pouco de história. **Hortênsias_DL**. 18 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://hortenciasdl.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

RODRIGO. Prefeitura faz projeto para mais 470 apartamentos populares. **Portal Araraquara Hoje**. Junho de 2011. Disponível em: <<http://araraquarahoje.blogspot.com.br/2011/06/prefeitura-faz-projeto-para-mais-470.html>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Araraquara, de de 2017

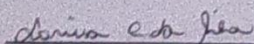
Senhor(a)

Eu, Larissa Cristina da Silva, responsável pelo projeto de Dissertação de Mestrado o qual está sendo realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP Campus de Franca (SP), orientada pela Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Nassif Soares, venho pelo presente, solicitar, através da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social do município de Araraquara, SP, autorização para realizar o trabalho de pesquisa de campo no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Hortênsias. Sob o título "Olhares de dentro: uma análise sobre o que o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) representa para as mulheres que o frequentam", a presente pesquisa tem como objetivo analisar se e como o CRAS adquire significação para as mulheres que o frequentam, tomando como base suas perspectivas e representações sobre ele.

Na oportunidade, solicitamos autorização para que a pesquisa seja realizada com a coleta de dados através da observação participante e da realização das entrevistas com quatro mulheres frequentadoras do CRAS. Queremos informar que o caráter ético desta pesquisa assegura a preservação da identidade das pessoas participantes, por meio da submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa da referida Universidade.

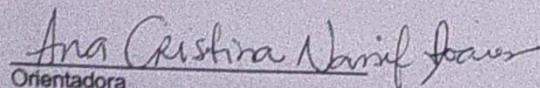
Uma das metas para a realização deste estudo é o comprometimento da pesquisadora em possibilitar, as participantes, um retorno dos resultados da pesquisa. Solicitamos ainda a permissão para a divulgação desses resultados e suas respectivas conclusões, em forma de pesquisa, preservando sigilo e ética, conforme termo de consentimento livre que será assinado pelas participantes. Esclarecemos que tal autorização é uma pré-condição.

Atenciosamente.



Pesquisadora

Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP - Franca (SP)
lah_silva@yahoo.com.br (016) 3375-2771 - 98166-3490



Orientadora

Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP - Franca (SP)
anassif48@gmail.com

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS DE CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS

Nome (fictício):

Idade:

Estado civil:

Número de filhos (idade e sexo):

Escolaridade:

Profissão:

Identidade racial (como se autodeclara):

Identidade de gênero (como se autodeclara):

Composição familiar:

Há quanto tempo mora no bairro:

Há quanto tempo frequenta o CRAS:

1. Conte-nos como foi sua vida na sua cidade/bairro de origem.

Perguntas derivadas⁷⁸:

- Vida escolar
- Configuração e convívio familiar
- Formas de sustento

2. Conte-nos como foi sua chegada ao bairro Parque das Hortências.

3. Conte-nos como foi o seu primeiro contato com o CRAS.

4. Quais os motivos que a fazem ir ao CRAS?

5. Como você enxerga a inserção do CRAS em sua vida? Por quê?

6. Para que você acha que o CRAS serve?

⁷⁸ Apresentar caso não abordem ao longo dos relatos.

APÊNDICE C - FLUXO DE DEMANDAS DO CRAS HORTÊNCIAS
1º SEMESTRE DE 2017

DEMANDAS RECEBIDAS PRECONIZADAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE

<i>Acesso ao cadastro de programas sociais (Cadastro Único; BPC; Renda Cidadã; Ação Jovem)</i>	67
<i>Atualização cadastral de programas sociais</i>	47
<i>Regularização do benefício de transferência de renda</i>	10
<i>Acesso a Benefício de Prestação Continuada - BPC</i>	04
<i>Obtenção/Regularização de Documentação Civil</i>	31
<i>Cesta básica</i>	34
<i>Acesso a Habitação</i>	06
<i>Acesso a cursos de capacitação/qualificação profissional (cuidador de idoso)</i>	07
<i>Acesso a Previdência Social (aposentadoria/auxílios/pensão)</i>	04
<i>Acesso à Saúde</i>	12
<i>Acesso às demais Políticas Públicas</i>	10
<i>Acesso ao Sistema de Garantia de Direitos</i>	06
Total	238

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras.

DEMANDAS RECEBIDAS NO CRAS NÃO PRECONIZADAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE

<i>Pequeno reparo na moradia</i>	05
<i>Pagamento de contas</i>	02
<i>Transporte urbano</i>	20
<i>Passagem intermunicipal/interestadual</i>	03
<i>Cadeiras de rodas</i>	01
<i>Óculos</i>	04
<i>Passagens/vale-transporte para tratamento médico dentro do município</i>	10
<i>Passagens/vale transporte para realização de exames médicos</i>	05
<i>Passagens/vale-transporte para realização de exames médicos</i>	05
<i>Leite de prescrição especial</i>	05
<i>Dietas de prescrição especial (dieta enteral)</i>	02
<i>Fraldas descartáveis para pessoas acamadas</i>	10
Total	72

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras.

ANEXOS

ANEXO A – DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA



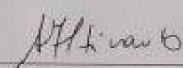
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL "AMADOR GALILEUCCI JÚNIOR"
 AVENIDA REMO FRONTALDELLI, 16 - CEP: 14.808-518
 Fone/Fax: (16) 3333-4512 (Fax) 3333-6723- E-mail: saad@araraquara.sp.gov.br



DECLARAÇÃO

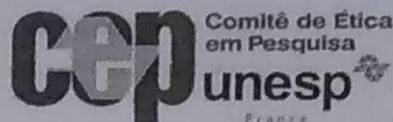
Declaro, para os devidos fins, que o pesquisadora Larissa Cristina da Silva (nome/RG) 43.580.683-X, está autorizada a realizar pesquisa nesta (Instituição/Endereço/Cidade/Estado/CNPJ) Unidade Centro Referência de Assistência Social "Amador Galileucci Júnior" - CRAS Hortências - situado Av. Remo Frontalcelli nº 16 - cidade Araraquara - SP

Araraquara, 27 de setu de 2017.



Sueli Aparecida Stivanato
 RG: 15.324.930
 Gestora de Unidade – Cras Hortências

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____ IDADE: ____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: ____ Nº ____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____

Eu, _____,

declaro, para os devidos fins ter sido informada verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: "Olhares de dentro: uma análise sobre o que o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) representa para as mulheres que o frequentam". O projeto de pesquisa será conduzido por Larissa Cristina da Silva, aluna regular do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, orientada pela Profª. Drª. Ana Cristina Nassif Soares, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de Dissertação observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. A presente pesquisa tem como objetivo analisar se e como o CRAS adquire significação para as mulheres que o frequentam, tomando como base suas perspectivas e representações sobre ele. Para isso, será feita a coleta de dados através da observação participante e da realização das entrevistas. Fui esclarecida sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Araraquara, _____ de _____ de _____

Assinatura do participante

Larissa C. da Silva (assinatura)

Pesquisadora Responsável

Nome *Larissa Cristina da Silva*Endereço: *R. Irmão Rios, 1741, Jd. Beatriz*Tel: *(016) 98166-3490*E-mail: *larissa@yaho.com.br*

Ana Cristina Nassif Soares (assinatura)

Orientadora

Prof. (ª) Dr. (ª) Ana Cristina Nassif Soares

Endereço: *Av. Eufrásia Monteiro Petraglia 900, Jd. Antônio Petraglia Franca/SP*Tel: *(16) 999673456*E-mail: *anassif@netsite.com.br*

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Unesp - Campus de Franca

Av. Eufrásia Monteiro Petraglia, 900 - Jd. Dr. Antônio Petraglia - CP 211. CEP: 14409-160 - FRANCA - SP

Telefone: (16) 3706-8723 - Fax: (16) 3706-8724 - E-mail: *comiteetica@franca.unesp.br*

ANEXO C – PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: OLHARES DE DENTRO: ANÁLISES SOBRE OS SIGNIFICADOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) PARA AS MULHERES DO BAIRRO PARQUE DAS HORTÊNCIAS

Pesquisador: LARISSA CRISTINA DA SILVA

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 79506117.4.0000.5408

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.655.373

Apresentação do Projeto:

As etapas do projeto estão bem definidas.

Objetivo da Pesquisa:

Exequíveis e claros.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Definidos objetivamente.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não há.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

De acordo.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

A coordenadora aprova "ad referendum" do colegiado o parecer do relator.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

**UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA**



Continuação do Parecer: 2.655.373

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_994791.pdf	03/05/2018 06:11:10		Aceito
Outros	Observacao_quanto_ao_cronograma.pdf	03/05/2018 06:09:45	LARISSA CRISTINA DA SILVA	Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTA.pdf	15/03/2018 07:08:12	LARISSA CRISTINA DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	31/10/2017 23:35:17	LARISSA CRISTINA DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_instituicao.pdf	30/10/2017 16:58:08	LARISSA CRISTINA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_consentimento.pdf	04/10/2017 00:11:31	LARISSA CRISTINA DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_para_pesquisa.pdf	04/10/2017 00:10:48	LARISSA CRISTINA DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FRANCA, 15 de Maio de 2018

**Assinado por:
Helen Barbosa Raiz Engler
(Coordenador)**

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br